



**INSTITUTO FEDERAL BAIANO – CAMPUS CATU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

NEIMAX SANTOS SANTANA

**OS AUXÍLIOS DO PRAAE/IFS E SUA RELAÇÃO COM A EVASÃO NOS CURSOS
TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO CAMPUS TOBIAS BARRETO**

**CATU - BA
2025**

NEIMAX SANTOS SANTANA

**OS AUXÍLIOS DO PRAAE/IFS E SUA RELAÇÃO COM A EVASÃO NOS CURSOS
TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO CAMPUS TOBIAS BARRETO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, ofertado pelo IF Baiano - Campus Catu, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Área de concentração: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, macroprojeto 1 - Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na EPT.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Brito Machado

**CATU - BA
2025**

Ficha catalográfica: Anderson Silva da Rocha - Bibliotecário - CRB 5/1508

S232a Santana, Neimax Santos

Os auxílios do PRAAE/IFS e sua relação com a evasão nos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto / Neimax Santos Santana. -- Catu, BA, 2025.

172 p.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Catu, BA, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Brito Machado

Bibliografia: p. 133 - 140

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Evasão escolar. 3. Políticas públicas educacionais. 4. Assistência estudantil. 5. Ensino técnico subsequente I. Machado, Cristiane Brito. II. Título.

CDU: 377



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Educação Profissional e
Tecnológica

Ata da Banca Examinadora de defesa de dissertação Intitulada:
OS AUXÍLIOS DO PRAAE/IFS E SUA RELAÇÃO COM A EVASÃO NOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO
CAMPUS TOBIAS BARRETO

No dia 22 de julho de 2025, às 14h, no campus Catu do IF Baiano /através do link <https://conferenciaweb.rnp.br/sala/cristiane-brito-machado> deu-se início a defesa da dissertação pelo discente Nelmax Santos Santana como requisito para conclusão do mestrado. A Banca Examinadora foi presidida por Cristiane Brito Machado e também contou com a participação de Patrícia de Oliveira, Eudes Oliveira Cunha e Alex Lara Martins. Após a abertura da sessão de defesa, a discente fez a exposição oral em 35 minutos; em seguida foi arguido pela banca que, logo após, reuniu-se reservadamente. A banca decidiu por aprovar o discente e sugere revisão de acordo com as recomendações da banca e diálogo com a orientadora.

Documento assinado eletronicamente por:

- Eudes Oliveira Cunha, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 22/07/2025 20:48:59.
- Nelmax Santos Santana, 20231CAT01M0005 - Discente, em 23/07/2025 12:01:44.
- Alex Lara Martins, 068.359.876-77 - Usuário Externo, em 23/07/2025 13:54:32.
- Patrícia de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 23/07/2025 16:53:12.
- Cristiane Brito Machado, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 28/07/2025 19:26:23.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 22/07/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 722345
Verificador: 60aebdca93
Código de
Autenticação:



NEIMAX SANTOS SANTANA

**OS AUXÍLIOS DO PRAAE/IFS E SUA RELAÇÃO COM A EVASÃO NOS CURSOS
TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO CAMPUS TOBIAS BARRETO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, ofertado pelo IF Baiano - Campus Catu, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Área de concentração: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, macroprojeto 1 - Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na EPT.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Brito Machado.

Aprovada em 22 de julho de 2025

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristiane Brito Machado
Instituto Federal Baiano
Orientadora

Profa. Dra. Patrícia de Oliveira
Instituto Federal Baiano

Prof. Dr. Alex Lara Martins
Instituto Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Eudes Oliveira Cunha
Instituto Federal Baiano



NEIMAX SANTOS SANTANA

**OS AUXÍLIOS DO PRAAE: GUIA ORIENTATIVO PARA OS ESTUDANTES DOS
CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES – CAMPUS TOBIAS BARRETO**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, ofertado pelo IF Baiano - Campus Catu, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Área de concentração: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, macroprojeto 1 - Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na EPT.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Brito Machado.

Validado em 22 de julho de 2025

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristiane Brito Machado
Instituto Federal Baiano
Orientadora

Profa. Dra. Patrícia de Oliveira
Instituto Federal Baiano

Prof. Dr. Alex Lara Martins
Instituto Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Eudes Oliveira Cunha
Instituto Federal Baiano

À minha avó, Maria Germana Santos, *in
memoriam*, que me criou com muito amor e
dedicação, proporcionando-me uma educação
sólida.

AGRADECIMENTOS

Ao pai celestial, à abertura de discussão, que é o responsável pela concretização de tudo.

À minha filha Ana Júlia Santana Santos, que é a inspiração maior.

A cada membro da minha família, que sempre acreditou e me apoiou. Mãe e irmãos. Não haveria espaço suficiente para nomear aquilo que tenho de tão precioso. Vocês nunca duvidaram de que eu chegaria onde eu quisesse.

À minha esposa que sempre se esforçou, saindo da sua zona de conforto, para entender minhas aflições, minhas indagações, minhas narrativas. Imagino que não foram poucas as vezes que pensou: *O que ele está falando?* Obrigado pelas palavras de carinho, pelas orações e pelo apoio incondicional. Sei que sofria bastante todas as vezes que eu dizia que não iria conseguir. Obrigado por todas as vezes que trouxe meu almoço no quarto, encarando inclusive a cara emburrada. Não tenho dúvidas que você aprendeu bastante sobre EPT, independente de querer ou não. É também uma conquista sua.

À minha orientadora, Profa. Dra. Cristiane Brito Machado, pelo zelo e cuidado durante toda a pesquisa. Uma pessoa de luz.

A todos os membros da comissão examinadora que contribuíram desde a qualificação até este momento.

A cada professor do PROFEPT – Campus Catu por todas as contribuições durante esse período. Jamais serão esquecidos.

Aos colegas da minha querida turma de 2023, onde construí amizades.

À amizade surgida de imediato com Roney. Os acarajés das quintas à noite, finalizadas com uma cerveja, nos faziam esconder o cansaço.

À amizade sólida construída nas orientações com Guilherme, intermediada, involuntariamente, por nossa orientadora maravilhosa.

À amizade e principalmente à inspiração, trazida por Emanuel e Uálisson. Não vejo a hora de concluir e ligar imediatamente pra vocês e dizer que estou à disposição.

Aos meus amigos e amigas que sempre se colocaram à disposição, cada um à sua maneira. Uns pondo a *mão na massa*, dando ideias, lendo o trabalho, retificando, opinando. E tantos outros, não menos importantes, na torcida e sempre apoiando e incentivando com palavras, orações e/ou gestos de carinho. Por sorte, eles são em bom número.

A todos os servidores e colaboradores do Campus Tobias Barreto, pelo apoio incondicional, em especial a todos que fazem a Direção Geral e a Gerência de Ensino.

Ao IFS, em sua totalidade.

Aos colegas do Campus Salgueiro do IF Sertão Pernambucano, onde o projeto de cursar um mestrado se iniciou.

A cada um dos estudantes do Campus Tobias Barreto, já que sem eles nada aconteceria.

A cada um dos docentes que fizeram parte do meu ciclo de aprendizagem, desde a pré-escola até os bancos universitários. Aqui não poderia deixar de citar minhas duas primeiras professoras Juvete e Irene, que me ensinaram as primeiras letras e os primeiros números.

A tantos outros que não se sentiram representados acima, inclusive os que sempre prezaram pelo anonimato, mas que sabem o quanto são significativos.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

(Freire, 2000, p.31)

RESUMO

Esta pesquisa, desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), vinculada à linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e ao macroprojeto Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais na EPT, aborda a problemática da evasão na educação profissional técnica de nível médio. Mesmo reconhecendo que o fenômeno da evasão é complexo e de caráter nacional, buscou-se estudar a relação entre os auxílios do PRAAE/IFS e sua relação com a evasão nos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto, do IFS. Considerando a natureza, a abordagem, o problema e os objetivos propostos, a pesquisa se caracteriza como aplicada, qualitativa e exploratória, respectivamente. A pesquisa teve como base de seus procedimentos técnicos metodológicos, um estudo de caso, realizado no Campus Tobias Barreto do IFS, onde a intenção foi compreender a política do PRAAE, como possível fator colaborador de diminuição da evasão no campus, sem, contudo, deixar de explorar outros fatores causadores da evasão. Sua base procedimental foi subdividida em análise documental, levantamento bibliográfico e entrevistas com os estudantes. Nos dois primeiros casos, através da análise dos documentos institucionais do PRAAE, dos dados sobre a evasão no campus e com o aprofundamento sobre estudiosos que se dedicaram ou se dedicam, à EPT, à evasão e às políticas públicas educacionais. Através de entrevistas semiestruturadas com dezesseis estudantes ou ex-estudantes foi possível entender mais profundamente aquilo que o referencial teórico já apontava: a importância dos auxílios da assistência estudantil para os mesmos. Entre os diversos fatores que levam à evasão no campus estão, segundo os sujeitos da pesquisa, as dificuldades financeiras, as dificuldades em conciliar estudo e trabalho, as dificuldades com transporte, a insuficiência ou falta de recursos do programa de assistência estudantil, entre tantos outros. Reforça-se a consciência do quanto é complexo o fenômeno da evasão, porém, acredita-se que, baseado nos principais fatores citados, é possível melhorar consideravelmente o quadro. Através das entrevistas também foi constatada a necessidade de ampliação na comunicação com os discentes, o que resultou na construção de um Guia Orientativo sobre o PRAAE. O Guia, resultado do Produto Educacional desenvolvido, foi avaliado pela equipe multidisciplinar e pelos sujeitos da pesquisa e foi pensado como um processo de formação educacional dos sujeitos, contribuindo para uma maior efetividade da política de assistência estudantil.

Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica; Cursos técnicos subsequentes; Evasão escolar; Políticas públicas educacionais; Produto educacional.

ABSTRACT

This research, developed in the Professional Master's Program in Professional and Technological Education (PROFEPT), linked to the line of research Educational Practices in Professional and Technological Education (EPT) and to the macroproject Methodological proposals and teaching resources in formal and non-formal spaces in EPT, addresses the problem of dropout in secondary level professional technical education. Even recognizing that the phenomenon of dropout is complex and of a national nature, the aim was to study the relationship between PRAAE/IFS aid and its relationship with dropout in subsequent technical courses at the Tobias Barreto Campus of the IFS. Considering the nature, approach, problem and proposed objectives, the research is characterized as applied, qualitative and exploratory, respectively. The research was based on its technical methodological procedures, a case study, carried out at the Tobias Barreto Campus of the IFS, where the intention was to understand the PRAAE policy, as a possible contributing factor to the reduction of dropout on campus, without, however, neglecting to explore other factors that cause dropout. Its procedural basis was subdivided into documentary analysis, bibliographical survey and interviews with students. In the first two cases, through the analysis of institutional documents of the PRAAE, data on dropout on campus and with in-depth analysis of scholars who dedicated or dedicate themselves to EPT, dropout and public education policies. Through semi-structured interviews with sixteen students or former students, it was possible to understand in more depth what the theoretical framework already indicated: the importance of student assistance aids for them. According to the research subjects, the various factors that lead to campus dropout include financial difficulties, difficulties in balancing study and work, difficulties with transportation, insufficient or lack of resources in the student assistance program, among many others. The awareness of how complex the dropout phenomenon is is reinforced, but it is believed that, based on the main factors mentioned, it is possible to considerably improve the situation. Through the interviews, it was also noted the need for increased communication with students, which resulted in the creation of a Guide on PRAAE. The Guide, a result of the Educational Product developed, was evaluated by the multidisciplinary team and the research subjects and was designed as a process of educational training for the subjects, contributing to greater effectiveness of the student assistance policy.

Keywords: Professional and technological education; Subsequent technical courses; School dropout; Public educational policies; Educational product.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - IFS: Da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe à fusão com a Escola Agrotécnica de São Cristóvão	44
Figura 2 - IFS: Da Escola Agrotécnica de São Cristóvão à fusão com o CEFET/SE	44
Figura 3 - Mapa do Estado de Sergipe, destacando os IF's.....	46
Figura 4 - Visão externa do Campus Tobias Barreto	50
Figura 5 - Termos utilizados para o conceito final de evasão	63
Figura 6 - Capa do Produto Educacional.....	114
Figura 7 - Página 20 do Produto Educacional em sua versão final	118
Figura 8 – Cabeçalho do Formulário de avaliação do Produto Educacional.....	120
Figura 9 - Representação gráfica das respostas das perguntas 2, 3 e 4 do formulário de avaliação do Produto Educacional.....	121
Figura 10 - Representação gráfica das respostas das perguntas 5, 6 e 7 do formulário de avaliação do Produto Educacional.....	122
Figura 11 - Página 21 do Produto Educacional, antes das contribuições no formulário de avaliação	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Matrículas por município na região Centro-sul do estado - SEDUC/SE.....	51
Gráfico 2 - Taxa de Evasão na EPT entre 2017 e 2023.....	67
Gráfico 3 - Recursos orçamentários disponibilizados para execução no IFS (total e da Assistência Estudantil) de 2019 a 2023 (em milhões de R\$)	69
Gráfico 4 - Percentual dos recursos orçamentários disponibilizados para execução no IFS destinados à Assistência Estudantil (2019 – 2023)	70
Gráfico 5 - Taxa de evasão (%) no <i>Campus</i> e no IFS (2020 – 2023).....	78
Gráfico 6 - Ingresso, evadidos e não evadidos no Campus (subsequente) 2022/2023.....	81
Gráfico 7 - Relação entre a evasão e o APE entre os evadidos e não evadidos (%)	81
Gráfico 8 - Entrevistados distribuídos por grupos.....	84
Gráfico 9 - Gênero e curso dos entrevistados.....	87
Gráfico 10 - Faixa etária, local de moradia e cor/raça dos entrevistados	87
Gráfico 11 - Meio de transporte e trabalho formal dos entrevistados	88
Gráfico 12 - Entrevistados que solicitaram e/ou foram contemplados com o APE	90
Gráfico 13 - Utilização do Auxílio Permanência Estudantil dos entrevistados	91
Gráfico 14 - Utilização do Auxílio Financeiro, conforme Santos (2021)	94
Gráfico 15 - Fatores internos mais citados pelos entrevistados.....	101
Gráfico 16 - Porcentagem dos participantes que responderam ao formulário de avaliação do Produto Educacional.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - As características da pesquisa	26
Quadro 2 - Dissertações significativas ao tema da pesquisa	31
Quadro 3 - Principais eventos que marcaram a EPT no Brasil	43
Quadro 4 - Dificuldades apresentadas pelos entrevistados	95
Quadro 5 - Principais motivos que levaram os estudantes à evasão	101
Quadro 6 - Sugestões de melhorias citadas pelos entrevistados.....	103
Quadro 7 - Trechos de falas dos entrevistados que justificam a escolha do PE.....	116
Quadro 8: Contribuições dos discentes e ex-discentes sobre o PE.....	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultado da busca de Teses e dissertações com temas correlatos à pesquisa.....	31
Tabela 2 - Principais documentos utilizados	32
Tabela 3 - Listas de alunos ingressantes - Subsequente – Campus Tobias Barreto	33
Tabela 4 - Relatórios da Assistência Estudantil – PRAAE - Campus Tobias Barreto	34
Tabela 5 - Orçamentos da Rede Federal de EPT entre 2012 e 2021 (em bilhões R\$)	42
Tabela 6 - Cursos oferecidos pelo IFS - Campus Tobias Barreto (2024)	49
Tabela 7 - Dados sobre a educação da região Centro-sul de Sergipe.....	52
Tabela 8 - PIB (<i>per capita</i>) região Centro-sul de Sergipe - 2021.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

APE	Auxílio Permanência Estudantil
CAE	Coordenadoria de Assistência Estudantil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Ciência e Tecnologia
CF	Constituição Federal
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
EAD	Educação à Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMI	Ensino Médio Integrado
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIC	Formação Inicial e Continuada
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IF	Instituto Federal
IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NAEC	Núcleo de Análises Econômicas/IFS
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PE	Produto Educacional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPPI	Projeto Político-Pedagógico Institucional
PRAAE	Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando
PROFEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PROUNI	Programa Universidade para Todos
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
UFS	Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 PROCESSO METODOLÓGICO	24
1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	24
1.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICO-METODOLÓGICOS	25
1.3 SUJEITOS DA PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	27
1.4 <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA	28
1.5 ASPECTOS ÉTICOS.....	28
1.6 ETAPAS DA PESQUISA.....	30
1.6.1 Levantamento bibliográfico.....	30
1.6.2 Levantamento documental.....	32
1.6.3 Entrevistas com os sujeitos da pesquisa	35
1.6.3.1 Análise dos Dados	36
1.6.4 Produto Educacional: A construção do Guia Orientativo.....	37
2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DO PROCESSO HISTÓRICO ÀS ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DO INTITUTO FEDERAL DE SERGIPE 38	
2.1 BREVE HISTÓRICO DA EPT	38
2.2 O INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE	43
2.2.1 O Campus Tobias Barreto	48
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO IFS: UM OLHAR PARA O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E ACOMPANHAMENTO AO EDUCANDO.....	54
2.4 A EVASÃO ESCOLAR: CONTEXTO GERAL.....	59
2.4.1 Conceituando a Evasão Escolar	61

2.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	64
3	A EVASÃO ESCOLAR NA EPT E NO IFS, BASEADA NOS DOCUMENTOS ANALISADOS.....	67
3.1	FATORES CAUSADORES DA EVASÃO ESCOLAR.....	71
3.2	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	82
4	A EVASÃO ESCOLAR NO CAMPUS TOBIAS BARRETO NA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	84
4.1	DADOS GERAIS DOS ENTREVISTADOS	85
4.2	A INFLUÊNCIA DO AUXÍLIO PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO COMBATE À EVASÃO	89
4.3	FATORES QUE INFLUENCIARAM NA EVASÃO DOS ESTUDANTES	95
4.3.1	Fatores individuais e fatores externos à instituição citados pelos entrevistados	96
4.3.2	Fatores internos à instituição citados pelos entrevistados	97
4.4	DETALHAMENTO DA ANÁLISE DOS DADOS DOS ENTREVISTADOS	102
4.5	AS SUGESTÕES DISCENTES PARA DIMINUIR A EVASÃO.....	103
4.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	111
5	O PRODUTO EDUCACIONAL.....	113
5.1	ESCOLHA E DESCRIÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	113
5.2	VALIDAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	118
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
	REFERÊNCIAS:.....	133
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE	141

APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA - ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	144
APÊNDICE C - PRODUTO EDUCACIONAL - GUIA ORIENTATIVO	147
APÊNDICE D - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	166
ANEXOS:	168
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	168

INTRODUÇÃO

Natural de Itabaiana, no interior do estado de Sergipe, de família humilde e numerosa, cursei toda a educação básica em escola pública. De uma época na qual aqueles que queriam cursar uma graduação em uma universidade pública no meu estado, tinham que se deslocar para a região metropolitana de Aracaju, onde havia o único campus da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Com a interiorização da UFS, em 2006 foi instalado um campus em Itabaiana, mas ainda somos o único estado da federação que conta com uma única universidade pública.

Como estudante da graduação, à qual só ingressei aos 22 anos e concluir aos 32 anos, por ter que sempre priorizar o trabalho, estudei na Universidade Pública (concluir a graduação como bolsista em uma universidade particular) por dez anos. Mudei de curso algumas vezes por motivos diversos, como a distância, a dificuldade para custear o transporte e a alimentação, a necessidade de trabalhar, a pouca opção de cursos noturnos (meu primeiro ingresso foi em Geografia - Licenciatura, que à época era ofertado somente pelo dia), entre outros.

A expansão das políticas públicas educacionais dos anos 2000 (BRASIL, 2014), permitiu que finalmente eu conseguisse, na década seguinte, o tão sonhado diploma de nível superior. Primeiro cursei alguns períodos na universidade pública que acabara de chegar a Itabaiana. Com mais uma opção, e por afinidade maior com o curso, tive a oportunidade de cursar História em uma universidade particular, como bolsista do Programa Universidade para Todos (Prouni)¹.

Integrante do quadro de servidores do Instituto Federal de Sergipe (IFS), Campus Tobias Barreto, exercendo o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais desde 2020², onde são funções natas do cargo, o *acompanhamento de frequência discente*, o *acompanhamento dos estudantes*³ *beneficiados pelas políticas públicas, a participação em portarias de ingresso*

¹ O Prouni surgiu em 2004, com a Lei nº 11.096/2005. O programa oferece bolsas de estudos integral ou parcial em instituições particulares de ensino superior.

² Estou no cargo desde 2017, porém, até 2020 desempenhava a função no Instituto Federal do Sertão Pernambucano – Campus Salgueiro. A exigência para ingresso no cargo é ser licenciado e, para tal, à época do ingresso eu tinha apenas a licenciatura em História. Percebendo a necessidade para um melhor desempenho da função, posteriormente também me licenci em Pedagogia.

³ Nesta pesquisa, sempre que utilizarmos os termos *aluno* ou *estudante*, seja no singular ou no plural, estaremos nos referindo a todos os gêneros, conforme adotado pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Destaca-se ainda que adotamos o termo *estudante* nesta pesquisa, por considera-lo mais atualizado, como já fazem diversos autores citados. Contudo, tentamos preservar o termo original citado por terceiros.

estudantil, de permanência e êxito, entre tantas outras, conforme o documento RECOMENDAÇÃO CD/ IFS Nº 37, de 28 de março de 2022.

Com uma experiência profissional na educação de mais de quinze anos, desde a educação básica até a educação profissional e superior, em sua maior parte como técnico administrativo em educação, porém com algumas passagens como docente da educação básica, sempre demonstrei o desejo de entender as causas dos fracassos no processo educacional nas instituições por onde passei. Aqui, destacam-se ainda as passagens profissionais por pequenas Escolas Municipais, Escolas Federais de Educação Básica e Superior (Institutos Federais) e por uma Universidade Pública, também federal.

Todo esse contexto apresentado, desde as adversidades para a conclusão do ensino superior até as experiências profissionais, enriquece e ajuda na justificativa do tema para minha pesquisa. Espera-se que o trabalho contribua para a democratização do acesso e da permanência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e, conseqüentemente, nos traga uma educação de melhor qualidade.

Foi o IFS, em Tobias Barreto, onde acompanho diretamente o processo de ensino e aprendizagem de nossos estudantes, suas angústias, o que esperam da escola, como veem o processo educacional em suas vidas, etc. que despertou ainda mais meu interesse pelo tema.

Em 2023, após algumas tentativas, fui agraciado com a aprovação no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal Baiano, Campus Catu, o qual apresentarei o resultado desses mais de dois anos de dedicação.

Buscou-se nessa pesquisa contribuir para a ampliação dos estudos que tratam da questão da evasão na Educação Profissional. A relevância do tema é ainda maior por se concentrar de maneira mais específica no Campus Tobias Barreto, onde se tem pouca pesquisa. Espera-se que, ao estudar o fenômeno da evasão e os auxílios financeiros do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando (PRAAE), possa-se fazer uma relação que contribua na queda dos índices de evasão no campus, contribuindo para a qualidade da educação na região.

Num país como o Brasil, *onde grande parte da população tem preocupações mais urgentes que aprender, como **comer e morar*** (JARA, s.d., *apud* Ciavatta, 2014, p. 188, grifos nossos), a educação passa a ser um desafio ainda maior. É pequeno o número de estudantes que conclui o ensino superior e ainda é grande o número de estudantes que sequer concluiu o ensino médio. Assim, parece coerente que ofereçamos aos nossos jovens uma educação básica de qualidade (e é da educação básica que estamos falando quando nos aprofundamos nos

cursos técnicos), que forme para a vida e também os qualifiquem para o trabalho. Ou seja, uma educação omnilateral, no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica (Ciavatta (2014, p. 190)); uma educação tecnológica que, conforme Ramos (2014, p. 11), só é obtida a partir da formação integral do homem, superando a ideia histórica da divisão social do trabalho entre executar e pensar. Só conseguiremos isso quando enxergarmos o homem como ser histórico e social, integrando todas as dimensões da sua vida no processo educativo.

É nesse contexto que a pesquisa será realizada, considerando as especificidades dos Institutos Federais, a realidade socioeconômica da região Centro-sul do estado de Sergipe e de Tobias Barreto, a política de assistência estudantil no IFS, a evasão no Campus Tobias Barreto e as especificidades dos estudantes dos cursos técnicos na forma subsequente.

Importante salientar que quando nos referimos à educação profissional técnica de nível médio, na qual está inserida a forma subsequente, de acordo com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estamos tratando da educação básica e, portanto, de uma garantia. Tanto é que a seção IV do Capítulo II do Título V da LDB apresenta o ensino médio e, para não deixar dúvida, a educação profissional técnica de nível médio é apresentada logo na sequência, na seção IV-A. Ou seja, reforça que a educação profissional técnica de nível médio não só abrange a educação básica como também está vinculada ao ensino médio.

Estudar os fenômenos da evasão no Brasil é um desafio grande, mas que precisa ser enfrentado se quisermos sonhar com um país mais justo, tendo em vista que é através da educação que um povo tem a chance de evoluir em todos os sentidos. A partir dessa realidade chega-se ao seguinte problema de pesquisa: Quais as possíveis contribuições do PRAAE no combate à evasão nos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto?

Trata-se de um trabalho vinculado à linha de pesquisa *Práticas Educativas em EPT* e ao macroprojeto *Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais na EPT*. Assim como a linha de pesquisa, este trabalho tem foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, objetivando formar integralmente o estudante.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os auxílios do PRAAE e sua relação com a evasão nos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto.

O objetivo geral nos leva a estabelecer os seguintes objetivos específicos:

- Compreender o conceito da evasão no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.
- Compreender o contexto do PRAAE no campus.

- Analisar a evasão no campus entre os estudantes assistidos pelo PRAAE e os não assistidos.
- Produzir um Produto Educacional (PE) que tenha relação direta com a política do PRAAE.

1 PROCESSO METODOLÓGICO

A metodologia, em um trabalho científico, vai além da seleção de técnicas e procedimentos para colher dados empíricos, em uma pesquisa. Difere de uma receita pronta, pela qual, seguindo criteriosamente os ingredientes, obtém-se sucesso. Metodologia trata-se de um processo a ser percorrido pelo pesquisador, em que interage com os sujeitos e o objeto de estudo, em busca de compreender uma realidade ou fenômeno social (Gonçalves, 2001 *apud* Pereira, 2022. P. 50).

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Considerando a natureza, a abordagem, o problema e os objetivos propostos, a pesquisa se caracteriza como *aplicada*, *qualitativa* e *exploratória*, respectivamente. A pesquisa, pela sua natureza, classifica-se como aplicada, por pretender solucionar uma questão e responder às consequentes intervenções. A aplicação de um Produto Educacional como um de seus objetivos específicos reforça ainda mais a natureza da pesquisa.

Tem uma abordagem qualitativa, por envolver aspectos que não são mensuráveis apenas na abordagem quantitativa, já que não se resumem apenas à relação de causa e efeito, envolvendo opiniões e/ou comportamentos dos indivíduos pesquisados. Mesmo fazendo uso de tabelas e gráficos, os dados foram analisados sob a ótica social, política e econômica e não meramente com o olhar das ciências exatas.

Buscou-se conhecer e entender o objeto estudado, construindo questões que foram respondidas ao longo da pesquisa. Conforme Minayo (2009), a pesquisa qualitativa

responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2009, p. 21),

A pesquisa se classifica como *exploratória* por buscar, de maneira geral, através de outros documentos, sejam institucionais, sejam dissertações, teses, artigos, entre outros, explorar a temática relacionada à importância dos auxílios do PRAAE e sua relação com a evasão no campus. Após a compreensão do objeto de estudo, propôs-se melhorias e desenvolveu-se um Produto Educacional, baseado na experiência vivenciada por grupos de pessoas envolvidos com o tema.

Gil (2002, p. 41) nos traz que a pesquisa exploratória é desenvolvida com o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, objetivando ainda o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

1.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICO-METODOLÓGICOS

A pesquisa teve como base de seus procedimentos técnicos metodológicos, um *estudo de caso*, realizado no Campus Tobias Barreto do IFS, com o intuito de compreender a política do PRAAE como possível fator colaborador de diminuição da evasão no campus sem, contudo, deixar de explorar outros fatores causadores da evasão.

O estudo de caso é aquele em que se dedica a conhecer um caso específico, por ser representativo de diversos outros, mas com características semelhantes e ao mesmo tempo distintas, tornando-o único, mas capaz de ser significativo, a ponto de servir de base para inferências e generalizações de situações análogas (Gonçalves, 2001; Severino, 2007 *apud* Pereira 2022, p. 51).

Outro autor que aborda o estudo de caso é Gil (2002). O mesmo o conceitua como sendo

[...] uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (Gil, 2002, p. 54).

A pesquisa teve sua base procedimental subdividida em: análise documental, levantamento bibliográfico e entrevistas com os estudantes. Nos dois primeiros casos, através da análise dos documentos institucionais do PRAAE, dos dados sobre a evasão no campus (e, quando necessário, também na instituição como um todo) e com o aprofundamento sobre estudiosos que se dedicaram ou se dedicam, à EPT, à evasão e às políticas públicas educacionais.

De acordo com Magalhães Junior e Batista (2023),

A pesquisa documental, enquanto técnica qualitativa auxilia no entendimento histórico, cultural e científico de uma comunidade e/ou de um fenômeno (social ou natural) localizados em um determinado período, esclarecendo, assim, inquietações despertadas no pesquisado, que, na maioria das vezes, foram sistematizadas em uma proposição de pesquisa (Magalhães Junior e Batista, 2023, p. 48).

Bardin (2016) define a análise documental como uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da

original, sendo, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados. Continuando, o autor considera que

A análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo) com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo) (Bardin, 2016, p. 51).

O Quadro 1 apresenta resumidamente a caracterização da pesquisa, que acabamos de detalhar:

Quadro 1 - As características da pesquisa

Natureza	Aplicada
Abordagem	Qualitativa
Problema e objetivos	Exploratória
Base procedimental	Estudo de caso
Instrumentos de coleta da base procedimental	Análise documental
	Levantamento bibliográfico
	Entrevistas com os estudantes
Participantes	16 ⁴ estudantes ou ex-estudantes (03 grupos ⁵)
Análise dos dados	Análise de Conteúdo de Bardin
Produto Educacional	Construção de um Guia Orientativo

Fonte: Elaboração própria (2025)

Os mesmos autores (p. 49) ainda consideram que a pesquisa documental pode ser aplicada em diversas áreas da ciência, desde as exatas, até as sociais. É uma metodologia que permite o estudo, análise, investigação ou comparação de documentos para extrair informações que atendam aos objetivos de um projeto científico.

Já no tocante à pesquisa bibliográfica, Gil (2002) assim a descreve como sendo

[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir

⁴ Foram pensadas em quinze entrevistas durante o projeto de pesquisa (deferidas pelo Comitê de Ética), sendo cinco de cada grupo. Por uma falha na execução das mesmas, acabou-se realizando dezesseis entrevistas. Como as entrevistas foram feitas simultaneamente com os três grupos, antes das quinze, um dos grupos já contava com seis entrevistados. Assim, para que o outro grupo não ficasse com apenas quatro entrevistados, realizou-se uma décima sexta entrevista. Após reunião com a orientadora, chegou-se à conclusão de que não poderia descartar as falas de nenhum dos sujeitos entrevistados, seja pela importância das mesmas, seja pelo compromisso ético com a pesquisa e com os entrevistados. Assim o grupo 3, que representa os estudantes que não se evadiram, contou com seis entrevistados, enquanto que os outros grupos, cinco entrevistados.

⁵ Sempre que nos referirmos individualmente a cada um dos três grupos que formam os sujeitos da pesquisa, utilizaremos a palavra grupo seguida do algarismo arábico correspondente.

de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas (Gil, 2002, p. 44).

1.3 SUJEITOS DA PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa teve como sujeitos estudantes e ex-estudantes dos cursos técnicos da forma subsequente⁶ dos cursos técnicos do Campus Tobias Barreto, que ingressaram nos anos 2022 e 2023. Nesse período ingressaram no campus, nessa forma, cinco turmas, sendo três do Curso Técnico em Comércio e duas do Curso Técnico em Informática. A escolha da forma se deu por ser a que apresentava a maior quantidade de estudantes nos dois anos analisados.

Sobre os cursos técnicos subsequentes, Ramos (s.d, p. 12) diz que se apresentam como educação profissional continuada, para formação profissional ou atualização, que não seja uma alternativa compensatória ao ensino superior. Voltado para o público de jovens e adultos, permitindo que os mesmos possam, inclusive, buscar outras profissões, mas, por compromisso ético-político, o direito a este conhecimento deve ser desenvolvido pela mediação do trabalho, da ciência e da cultura.

Nas pesquisas que têm o estudo de caso como base de seu procedimento técnico metodológico, o processo de coleta de dados se apresenta de maneira mais complexa e nem sempre é clara a técnica utilizada, como em outros tipos de pesquisa. Geralmente uma única técnica não dá conta. Gil (2002) diz que:

[...] em termos de coleta de dados, o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, pois se vale tanto de *dados de gente* quanto de *dados de papel*. [...] esses dados podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos (Gil, 2002, p. 141).

Assim, as técnicas de coleta de dados foram centradas principalmente na *análise documental e nas entrevistas*. Como em toda pesquisa, a pesquisa bibliográfica que, conforme Gil (2002), se constitui como uma etapa que propicia o contato do pesquisador com os estudos já elaborados, sejam através de livros, artigos, entre outros. Mais uma vez recorre-se a Gil (2002), para relatar o quão difícil é o processo de análise de dados:

Entre os vários itens de natureza metodológica, o que apresenta maior carência de sistematização é o referente à análise e interpretação dos dados. Como o estudo de caso se vale de procedimentos de coleta de dados os mais variados, esse processo pode, naturalmente, envolver diferentes modelos de análise (Gil, 2002, p. 141).

⁶ A LDB de 1996 apresenta diferenças quanto a forma e a modalidade. Para esta pesquisa, a modalidade é a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que é subdividida nas formas: Integrada ao Ensino Médio, Concomitante com o Ensino Médio e Subsequente, para os estudantes que já concluíram o Ensino Médio. O campus atende às três formas, contudo nosso objetivo de estudo é apenas a forma subsequente.

Contudo, o próprio autor nos traz algumas características padrões a serem seguidas e/ou observadas para a análise de dados no estudo de caso: (i) é de natureza predominantemente qualitativa; (ii) é importante a preservação da totalidade da unidade social; (iii) o cuidado para não cair na falsa sensação de certeza que o pesquisador pode ter sobre suas conclusões; (iv) e, finalmente, destaca que é conveniente que o pesquisador desenvolva no início da pesquisa um quadro de referências teóricas, afim de evitar especulações no momento da análise.

1.4 LÓCUS DA PESQUISA

O estudo foi aplicado no âmbito do Instituto Federal de Sergipe, mais especificamente no Campus Tobias Barreto. Reforça aqui o vínculo acadêmico com o Instituto Federal Baiano, porém a pesquisa, inclusive o Produto Educacional, foram desenvolvidos no Campus Tobias Barreto. Foram várias as razões para a escolha, entre as quais o próprio objetivo do PROFEPT, que é produzir conhecimento e desenvolver produtos por meio de pesquisas inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado. A formação continuada, numa perspectiva interdisciplinar, voltada para os profissionais da EPT também se configura como um objetivo do PROFEPT e, portanto, como servidor técnico-administrativo deste Instituto, justifica-se, assim, a escolha do local.

1.5 ASPECTOS ÉTICOS

Por envolver seres humanos, esta pesquisa preza pelas normas presentes na Resolução 466/12 e na Resolução 510/16, observando os princípios éticos da justiça, equidade, autonomia, beneficência e não maleficência. Isso se traduz pela possibilidade de decisão de participar ou não da pesquisa por livre e espontânea vontade dos interessados.

Toda e qualquer atividade relativa à pesquisa de campo, inclusive a seleção da amostra, foi feita somente após o deferimento da proposta pelo Comitê de Ética de Pesquisas com Seres Humanos. Este pesquisador esteve, durante a pesquisa, vinculado academicamente ao Instituto Federal Baiano, contudo, por questões internas da instituição, o Projeto de Pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Tiradentes – UNIT. O Projeto foi submetido no dia 16 de setembro de 2024, aceito sob o Código CAAE 83494824.9.0000.5371, e deferido no dia 04 de dezembro de 2024, na versão 1, através do Parecer nº 7.268.670 (Anexo A).

Como não houve a participação de menores de idade, não foi necessário o uso do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido e, conseqüentemente, de um responsável legal. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) foi lido e assinado pelo entrevistado, que ficou com uma via do mesmo.

As entrevistas foram feitas no mês de janeiro de 2025 e foram gravadas em áudio, com o consentimento dos participantes, mediante assinatura dos termos necessários, atendendo às Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 - que tratam dos procedimentos éticos, riscos e benefícios e das normas aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais. Com a gravação, foi possível transcrever na íntegra as falas dos entrevistados, contudo, para não expor nenhum deles, a íntegra das entrevistas não seguirá anexa a este trabalho. Sempre que for necessário citar trechos das entrevistas, os participantes serão identificados como *entrevistado 1*, *entrevistado 2*, e assim sucessivamente, até o *entrevistado 16*. A numeração arábica faz referência à ordem cronológica de quando os mesmos foram entrevistados, onde o entrevistado 1 foi o primeiro e o entrevistado 16 foi o último. Ainda para não expor nenhum entrevistado, independente de gênero, todos serão discriminados no masculino. Finalmente, enfatiza-se que não foi levada em consideração a sequência das entrevistas por grupo, para um maior sigilo dos participantes.

Quanto aos possíveis riscos decorrentes da participação dos entrevistados na pesquisa estavam: possibilidade de constrangimento ao responder a entrevista; medo de não saber responder ou de ser identificado(a); estresse; cansaço ou vergonha ao responder às perguntas; quebra de anonimato e de sigilo, mesmo que de forma involuntária e não intencional.

Ciente destes riscos buscou-se garantir a dignidade dos(as) participantes, mantendo-se o princípio da integridade, da justiça e equidade, bem como a garantia de manifestar-se em conformidade ou não com o que está sendo proposto. A fim de minimizar os riscos de constrangimento, cansaço e/ou desconforto, no que tangeu as participações nas entrevistas, foi promovida uma exposição sobre a pesquisa e seus objetivos, bem como sobre a importância do respeito às diversas opiniões, com o intuito de motivar a interação dos participantes e valorizar a participação de cada um na construção do seu próprio conhecimento e no conhecimento coletivo.

O encontro com cada entrevistado foi realizado em momento propício em um ambiente confortável e definido em comum acordo entre o pesquisador e o (a) entrevistado(a), respeitando-se a disponibilidade do(a) mesmo(a), de forma a otimizar o tempo, evitando assim o cansaço e o desgaste. Durante o encontro, o pesquisador esteve atento aos sinais

verbais e não verbais de desconforto e/ou cansaço, e caso ocorresse, o(a) participante teria toda a liberdade de não responder mais às questões.

Os instrumentos de pesquisa foram elaborados levando-se em consideração os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resoluções nº 510/16 e 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que versam sobre a ética na pesquisa, preocupando-se em desenvolver abordagens respeitadas.

1.6 ETAPAS DA PESQUISA

A pesquisa foi subdividida nas seguintes etapas: Levantamento bibliográfico; levantamento documental; entrevistas com os estudantes ou ex-estudantes e a construção de um Produto Educacional. O levantamento bibliográfico e documental está distribuído ao longo dos próximos capítulos, principalmente o segundo e terceiro. As entrevistas compuseram o quarto capítulo e o Produto Educacional foi desenvolvido no quinto capítulo.

Seja nos capítulos que abordam o levantamento bibliográfico e documental, seja no capítulo que aborda as entrevistas, minha experiência como servidor do campus estudado fez-se necessária e, portanto, foi levada em consideração no desenvolvimento dos capítulos. Finalmente enfatiza-se que os capítulos precisam ser analisados como partes de um todo e não vistos de maneira isolada.

1.6.1 Levantamento bibliográfico

A base bibliográfica se constituiu de artigos científicos e dissertações de mestrados relacionados ao tema. Enfatiza-se que, ao analisar quais dissertações seriam pertinentes com os objetivos da pesquisa, foram levadas em considerações, entre outras coisas, a ênfase nas pesquisas produzidas nos Institutos Federais e a preferência pelas pesquisas voltadas para a forma subsequente - ou que não tratassem especificamente apenas do Ensino Médio Integrado (EMI), que será a forma a ser explorada, pois, como dito, na forma subsequente a evasão é ainda maior, por serem jovens que não estão mais na idade obrigatória de frequentar a escola e que precisam trabalhar. Apenas uma dissertação tem como público alvo os estudantes do EMI, mas, após leitura, percebeu-se grande pertinência com a temática e assim optou-se por aproveitá-la no referencial teórico. Além dos filtros aplicados na pesquisa que resultou na Tabela 1, foi necessário analisar os títulos dos trabalhos, os resumos, e a leitura de alguns capítulos.

Tabela 1 - Resultado da busca de Teses e dissertações com temas correlatos à pesquisa

Termo	Ocorrências	Área de concentração - EPT	Pert. com o tema
Evasão	2.706	62	8
Assist. Estudantil	711	39	4
Políticas públicas	82.466	32	3
Total	85.883	133	15

Fonte: Elaborada pelo autor, baseada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>) (2024)

Utilizou-se a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como fonte de coleta de dados por ser um portal que reuni as principais publicações acadêmicas desse tipo defendidas em grupos de pesquisa e nos programas de pós-graduação no país.

Conforme a Tabela 1, das quase 86 mil ocorrências dos três temas pesquisados, a maioria fazia referência ao Ensino Médio Integrado. As pesquisas com a forma subsequente foram priorizadas por ser a trabalhada nesta pesquisa que, aliás, conta com poucas publicações relacionadas, o que torna esta pesquisa ainda mais necessária. Reforça-se, finalmente, que outros trabalhos, inclusive artigos científicos, foram estudados com o andamento da pesquisa.

Buscando a palavra “evasão” no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, foram encontradas 2.706 ocorrências, sendo 62 com o filtro EPT na área de concentração, 9 foram consideradas tangentes ao tema.

Buscando, analogamente, o termo “assistência estudantil”, dos 711 resultados, apenas 39 correspondiam à área de concentração EPT. Após longa análise, chegou-se a 4 dissertações que poderiam contribuir com o tema.

O mesmo foi feito com o termo “políticas públicas”, com 82.466 resultados, dos quais 32 correspondiam à área de concentração EPT. Aqui, mais 3 dissertações foram selecionadas pela pertinência com o tema.

Extraindo do cômputo os trabalhos que pertencem simultaneamente a mais de uma categoria e também aqueles que não estão disponíveis para leitura, a soma de dissertações (já que após os filtros não foram encontradas teses) nesta temática é de 15 trabalhos acadêmicos, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Dissertações significativas ao tema da pesquisa

AUTOR(A)	TÍTULO DO TRABALHO	INSTITUIÇÃO
ARAÚJO, Edclecia Barbosa de	Evasão escolar: representações sociais construídas por estudantes evadidos do curso técnico subsequente em Eletroeletrônica do IFPE - Campus Afogados da Ingazeira	IF Pernambuco

BETTONI, Vanessa	O Programa Nacional De Assistência Estudantil (PNAES): Um Estudo de caso no Instituto Federal Catarinense - Campus Videira	IF Paraná
FERREIRA, Daiana da Rosa	Processo de Ingresso do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho no Campus Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC): Um Estudo Sobre a Relação Acesso - Permanência - Sucesso-Progressão	IF Santa Catarina
FERREIRA, Júlia Angélica de O. Ataíde	Criação de um painel de controle para prevenção da evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	IF Amazonas
MARCHESAN, Maria C. Carpes	O programa permanência e êxito no Instituto Federal Farroupilha: perspectivas para o pós-pandemia	IF Farroupilha
MIRANDA, Natália Aparecida Dornelas	Acompanhamento educacional e sociofamiliar no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais: Concepções e propostas no âmbito da assistência estudantil	IF Minas Gerais
OLIVEIRA, Flávia A. de Castro	Evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano - Campus Ceres	IF Goiano
ROSA, Alcemir Horário	Ecos da EPT - A evasão escolar nos cursos técnicos: diagnóstico, números e propostas para o fortalecimento do ensino técnico - Um estudo de caso sobre a realidade do IFPI – Parnaíba.	IF Ceará
SANTOS, Odailde Ferreira Campos dos	Nós, IFS! Permanência estudantil no Instituto Federal de Sergipe: Uma análise a partir do Campus Tobias Barreto	IF Sergipe
SILVA, Carmem Betty Batista da	Guia orientativo enquanto ferramenta para auxiliar estudantes na compreensão dos editais de Assistência Estudantil do Instituto Federal - Mato Grosso do Sul	IF M. G. do Sul
SILVA, Jeane de Lima	Evasão e ações de Permanência e Êxito na Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade Subsequente: O caso do Instituto Federal do Amazonas - Campus Avançado Manacapuru	IF Amazonas
SILVEIRA, Leda Maria Pereira da	Prevenção à evasão escolar nos cursos técnicos subsequentes em Educação Profissional e Tecnológica do IFRS - Campus Viamão/RS	IF R. G. do Sul
SOARES, Priscila da Silva	Assistência estudantil no Instituto Federal do Acre: Contribuições para uma identidade para além dos auxílios financeiros	IF Acre
SOUZA, Heloísia Carneiro de	Fatores associados à permanência e ao êxito dos estudantes nos cursos técnicos subsequentes / concomitantes	IF Goiano
SOUZA, Maria da Graça do Nascimento de	Evasão ou permanência na educação profissional e tecnológica? Um estudo de caso no IF Sul-Rio-Grandense – Campus Santana do Livramento.	IF Rio G. do Sul

Fonte: Elaborada pelo autor, baseada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>) (2024)

Vale ressaltar que, mesmo as dissertações do Quadro 2 compoem a base das dissertações utilizadas, outras precisaram ser inseridas, ao passo que o trabalho ia evoluindo nos meses subsequentes, conforme discriminadas na referências bibliográficas.

1.6.2 Levantamento documental

Traz-se a partir de agora os principais documentos que serviram de base para a pesquisa, bem como uma breve explicação dos mesmos. A maioria São documentos do próprio IFS, localizados no site da instituição ou no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Principais documentos utilizados

Ordem	Documento	Observação
1	Decreto 7.234/2010	Dispõe sobre o PNAES.

2	Resolução 37/2017/CS	Política de Assistência Estudantil do IFS
3	Resolução nº 21/2018/CS	Regulamento do PRAAE/IFS
4	Resolução nº 28/2016/CS	Plano Estrat. Instit. para Perm. E Êxito
5	Resolução nº 128/2022/CS	Plano de Desenvolvimento Institucional
6	Listas de alunos ingressantes	Conforme tabela 3
7	Relatórios do PRAAE	Conforme tabela 4
8	D.O.S.E.R. na RFEPCT (2014)	Documento que orienta a evasão/retenção na RF de EPT

Fonte: Elaborada pelo autor (2024)

A Tabela 2 apresenta os principais documentos que foram estudados e que embasaram a pesquisa. Aqueles ordenados de 1 a 5 serviram para a apresentação da política de assistência estudantil e para as estratégias de combate à Evasão Escolar como um todo, a nível institucional.

Os documentos de número 6 e 7 da Tabela 2 foram a base qualitativa para o estudo detalhado da distribuição dos auxílios no campus, o número de evadidos e a relação entre um e outro. Abaixo citamos os principais documentos institucionais utilizados durante a pesquisa:

Listas de alunos ingressantes nos cursos subsequentes do Campus Tobias Barreto. São cinco listas correspondentes a cada uma das cinco turmas que fazem parte da análise. Através destas listas, teve-se acesso ao número de estudantes ingressantes, dos evadidos, dos que concluíram o curso ou dos que se encontram ativos no curso. O acesso a essa lista se deu através da plataforma *online* SIGAA, da qual todos os profissionais da equipe multidisciplinar têm acesso. Durante a pesquisa foram analisados os números de cada uma das cinco turmas apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Listas de alunos ingressantes - Subsequente – Campus Tobias Barreto

Ordem	Ano/Período - ingresso	Curso	Ano/Período - conclusão
1	2022/1	Comércio	2023/1
2	2022/2	Comércio	2023/2
3	2022/2	Informática	2024/1
4	2023/1	Comércio	2024/1
5	2023/2	Informática	2025/1

Fonte: Elaborada pelo autor, baseado nos dados retirados do SIGAA (2024)

Relatórios mensais (ou bimestrais) de acompanhamento da Assistência Estudantil. São os relatórios construídos mensalmente (referentes aos meses letivos) pela Equipe multidisciplinar. Durante cada mês, a equipe acompanha os estudantes beneficiados pelo PRAAE e constroem um relatório onde constam quais apresentaram inconsistências com a política. Discriminam também quais estudantes terão seus benefícios suspensos ou

cancelados. Esses relatórios servem de base para muitas ações, como definir quais estudantes precisam de um acompanhamento mais aprofundado (e por qual(is) profissional(is) da equipe), além de ser um documento indispensável para a abertura do processo de pagamento do auxílio. Foram utilizados 18 desses relatórios que correspondem a quatro semestres letivos, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - Relatórios da Assistência Estudantil – PRAAE - Campus Tobias Barreto

Ordem	Ano/Semestre letivo	Mês correspondente	Data do relatório
1	2022/1	Março/abril	03/05/2022
2	2022/1	Maio	06/06/2022
3	2022/1	Junho	22/06/2022
4	2022/1	Julho	26/07/2022
5	2022/2	Setembro	11/10/2022
6	2022/2	Outubro	08/11/2022
7	2022/2	Novembro	06/12/2022
8	2022/2	Dezembro	10/01/2023
9	2022/2	Janeiro	01/02/2023
10	2023/1	Abril	10/05/2023
11	2023/1	12/04 – 12/05	25/05/2023
12	2023/1	Maio	15/06/2023
13	2023/1	Junho	18/07/2023
14	2023/1	Julho	08/08/2023
15	2023/2	21/08 – 20/09	27/09/2023
16	2023/2	21/09 – 20/10	26/10/2023
17	2023/2	21/10 – 20/11	23/11/2023
18	2023/2	21/11 – 20/12	21/12/2023

Fonte: Elaborada pelo autor, baseado nos relatórios mensais (2024)

Resultados dos Editais que ofertaram o Auxílio Permanência Estudantil (APE)

para os estudantes do campus, no período de 2022 e 2023. Esses documentos se encontram no Site da instituição e é de acesso público. Através destes documentos, foi possível chegar ao número de estudantes que receberam tais auxílios. Aqui, interessa apenas os estudantes das turmas em análise. Esses documentos serviram apenas para reforçar os dados das planilhas semestrais.

Planilhas semestrais contendo os nomes dos estudantes que estão recebendo os auxílios. Essas mesmas planilhas trazem os nomes dos estudantes que deixaram de receber o auxílio, por inconsistência com a política (baseados nos relatórios da equipe multidisciplinar). Essas planilhas foram solicitadas à Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE⁷) do campus.

⁷ Adotamos nesta pesquisa a sigla CAE para nos referirmos à Coordenadoria de Assistência Estudantil do campus. Contudo, observamos nos documentos institucionais que também há quem designe a sigla como COAE. Fizemos uma consulta à chefia de gabinete do campus e fomos orientados a usar a Sigla CAE, conforme o Regimento Interno do campus.

Finalmente o documento 8 da Tabela 2, intitulado Documento Orientador para a Superação e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, produzido pelo Ministério da Educação (MEC), em 2008, é o principal documento utilizado para classificar os fatores causadores da evasão e, principalmente, para apontar as sugestões de melhorias por parte da instituição. Similarmente, a nível institucional, utilizou-se ainda o documento 4 da Tabela 2, que é o Plano Estratégico Institucional para a Permanência e Êxito (Resolução nº 28/2016/CS).

1.6.3 Entrevistas com os sujeitos da pesquisa

As entrevistas foram do tipo semiestruturadas, aplicadas individualmente e foram subdivididas em três grupos de estudantes ou ex-estudantes dos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto. Um grupo composto por estudantes evadidos e que não recebiam o Auxílio do PRAAE; outro grupo composto por estudantes evadidos e que recebiam o Auxílio do PRAAE e um terceiro grupo composto por estudantes que concluíram o curso ou que estavam com matrícula ativa no curso, independente de receberem ou não o Auxílio do PRAAE. Ressalta-se que, por serem estudantes da forma subsequente, todos os entrevistados tinham idade a partir de dezoito anos. De mãos dos dados coletados nas entrevistas, foi possível entender melhor a importância dos auxílios, especialmente do APE - por ser o mais comum - para a continuação dos estudos destes jovens e, concomitantemente, conhecer outros fatores causadores da evasão no campus.

O Instrumento de coleta das entrevistas (Apêndice B) teve uma base comum, contudo houve perguntas específicas para cada um dos três grupos, ligadas ao problema de pesquisa. Baseado em Gil (2002), a entrevista resguarda uma flexibilidade intrínseca não admitida em outras técnicas de pesquisa. Fazendo uso da entrevista semiestruturada (ou parcialmente estruturada, conforme Gil (2002)), é possível, segundo Magalhães Junior e Batista (2023), fazer interrogações sobre pontos específicos de interesse do pesquisador orientados por um roteiro pré-definido.

A seleção dos participantes foi feita com o auxílio do SIGAA. Buscou-se a lista de e-mails de todos os estudantes que compunham as cinco turmas, bem como os contatos telefônicos. Foram entrevistados os estudantes que se mostraram interessados via e-mail, respeitando a ordem cronológica de quando responderam ao e-mail, conforme cada um dos três grupos. Destaca-se que esse critério não garante aleatoriedade no sentido técnico e pode favorecer estudantes com maior conectividade ou proximidade com a escola. Portanto, se

tratou de amostragem intencional por conveniência, com critérios específicos de inclusão (estudantes ou ex-estudantes que responderam ao convite via e-mail ou telefone).

1.6.3.1 Análise dos Dados

No tocante à análise dos dados coletados nas entrevistas, foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin (2016), sempre seguindo as fases sugeridas: a *Pré-análise*, abrangendo a leitura flutuante e a escolha dos documentos, a *Exploração do material*, com a identificação das unidades de registros e das categorias e o *Tratamento dos Dados, Inferência e Interpretação*. Segundo esta autora, a Análise de Conteúdo trata-se de um conjunto de técnicas de análise das comunicações a partir de determinados procedimentos baseado na descrição do conteúdo das mensagens fazendo inferências de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens. A análise de conteúdo tem por objetivo a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (Bardin, 2016, p. 50).

Nas entrevistas, adotando-se a Análise de Conteúdo de Bardin (2016), as falas dos discentes classificam-se como a *Unidade de Registro* utilizada. As *Categorias Pré-estabelecidas* foram baseadas no “Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” de 2014, produzido pelo MEC. O processo de categorização foi manual, com exemplos de codificação. Devido à natureza qualitativa da pesquisa, justifica-se a não adoção da totalidade da quantificação dos dados / frequência numérica. Houve um processo interpretativo com base na leitura flutuante, na análise categorial e na construção de inferências, conforme orientações da autora.

Os dados obtidos com as entrevistas foram relacionados com a análise documental, o levantamento bibliográfico e o referencial teórico, contribuindo, assim, para uma resposta para o problema de pesquisa e, conseqüentemente, para os objetivos propostos. Objetivou-se ainda, após estes procedimentos, conhecer a real importância dos auxílios do PRAAE no combate à evasão no campus. Também foi feita uma análise entre outros fatores que acarretam a evasão no campus, baseado na fala dos entrevistados, tendo sempre como referência o documento intitulado “Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” de 2014, produzido pelo MEC.

1.6.4 Produto Educacional: A construção do Guia Orientativo

Considerando que a construção do PE é um dos objetivos específicos da pesquisa e que os documentos da Capes, no tocante aos mestrados profissionais, já trazem a obrigatoriedade de tal produto durante o curso; ou seja, uma das diferenças regulamentares entre os mestrados profissionais e acadêmicos é justamente essa: a exigência, para os primeiros, da dissertação e do Produto Educacional, foi desenvolvido um Guia Orientativo voltado para os estudantes dos cursos técnicos subsequentes.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DO PROCESSO HISTÓRICO ÀS ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

Este capítulo apresenta um histórico resumido da EPT no Brasil, desde a criação do Colégio das Fábricas até se chegar ao que na contemporaneidade conhecemos por Institutos Federais. Na sequência apresenta-se o processo de criação do IFS, com ênfase no Campus Tobias Barreto. Dando continuidade, é abordado o panorama geral da assistência estudantil no IFS, denominado Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando. O capítulo é finalizado com a apresentação dos conceitos sobre a Evasão Escolar na concepção de diversos autores, quando finalmente se chega ao conceito utilizado nesta pesquisa.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EPT

A vinda da família real portuguesa em 1808 - com a criação do Colégio das Fábricas - e a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, são considerados os marcos iniciais para aquilo que mais tarde chamaríamos de Educação Profissional no Brasil. Essas últimas deram origem aos nossos atuais Institutos Federais de Educação.

Santos (2010, p. 207-208) considera que a primeira iniciativa de D. João VI para atender às demandas de mão de obra para a insipiente indústria brasileira foi a criação do Colégio das Fábricas em 1809, mas destaca que estes possuíam um caráter assistencial com a finalidade de abrigar os órfãos trazidos na frota que transportou a família real e sua comitiva para o Brasil. Enfatiza (p. 208) que a mentalidade conservadora colonial foi mantida durante o Império, destinando tal ramo de ensino aos humildes, pobres e desvalidos, continuando, portanto, o processo discriminatório em relação às ocupações antes atribuídas somente às pessoas escravizadas. Ramos (2014, p. 24) também enfatiza a importância do Colégio das fábricas como sendo o ponto inicial de uma Educação Profissional no país.

Em 1909 são criadas as Escolas de Aprendizes Artífices, consideradas como as primeiras a ofertar o ensino profissional no Brasil, instituídas no geral nas capitais de cada estado e deveriam recair sobre os “desfavorecidos da fortuna” (Santos, 2010, p. 212). Conforme Fonseca (1986), a Educação Profissional era vista como filantrópica ou de caridade e atuava como mecanismo de regulação social, destinada aos elementos das mais baixas categorias sociais. O documento elaborado em 2009 pelo MEC, intitulado *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*, também enfatiza a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909 destinadas ao ensino profissional (BRASIL, 2009, p. 2).

Infelizmente nos seus primeiros anos, o sucesso esperado não veio. Isso se deveu pela falta de professores especializados, pelos edifícios inapropriados, etc. A aprendizagem se restringia ao conhecimento empírico e o número de evadidos era elevado. No plano das ideias estava expressa a tendência de se articular a formação geral com a profissional. Fonseca (1986, p.183), nos traz que em seu primeiro ano de funcionamento, em 1910, a taxa de evasão nas Escolas de Aprendizes Artífices era de 41,1%. No caso da unidade sergipana, essa taxa era ainda maior, atingindo 42,5%.

Na década de 1940 surge um conjunto de decretos, entre os quais o que criara o Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial (SENAI), dando origem ao “Sistema S”⁸ e o que criara a Lei Orgânica do Ensino Industrial. O primeiro foi atribuído ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o segundo ao Ministério da Educação e Saúde. Falando-se de maneira mais ampla, esses decretos ficaram historicamente conhecidos como a “Reforma Capanema”.

Com a implantação da Lei 4.024/61 – a primeira LDB - finalmente se tem a articulação completa entre os ensinos secundário e profissional, fazendo com que ambos os certificados permitissem o ingresso nos cursos superiores. Mesmo assim a tradição dual entre os dois modelos foi mantida: cursos secundários para as elites, de onde saíam os que ingressariam nos cursos superiores e a Educação Profissional voltada para as classes menos favorecidas. Ainda sobre a LDB de 1961, destaca-se a inovação de estender ao SENAI a possibilidade de instituir a mesma organização prevista para o sistema público de ensino.

Com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 20 de dezembro de 1961, lei 4.024, trazendo mudanças para a educação profissional organizadas nos termos das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, o candidato passou a ter a possibilidade de continuar os estudos no ensino superior, mas a medida não superou a dualidade estrutural (Silveira, 2023, p. 5).

A tentativa de tornar compulsória a habilitação profissional em todo o segundo grau (atual ensino médio) em 1971, não durou muitos anos. Isso por pressões óbvias da elite, que não tinha o menor interesse em ver seus filhos “profissionalizados” logo cedo, já que o objetivo era a continuidade dos estudos nos cursos superiores. Assim a compulsoriedade foi derrubada na década seguinte.

Chega-se aos anos 1990 com o sonho de uma educação que não se preocupasse apenas com a formação para o trabalho, mas sim com a formação completa de nossas crianças e jovens. Vínhamos de longos anos de luta que resultaram, à abertura de discussão, numa

⁸ Expressão utilizada para fazer referência ao conjunto formado por nove instituições corporativas de interesse de determinadas categorias profissionais, entre as quais o SENAC, O SENAI, o Sesi, entre outras.

Constituição Federal democrática (a CF/88) e, logo em seguida, numa LDB que, conquanto não ser a esperada, apresentava traços de evolução em relação às legislações educacionais anteriores.

Baseado em Ramos (2014), após a constituição federal de 1988, tenta-se redirecionar a educação brasileira em benefício da classe trabalhadora. Na defesa de uma educação politécnica, buscava-se romper a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana integral. Contudo, o projeto original que resultou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 apresentou um caráter minimalista daquilo que inicialmente se previa. Essas alterações no texto original resultaram na reforma do ensino médio e da educação profissional, com o Decreto 2.208/97. Só em 2004, com a aprovação do decreto 5.154/2004, é que foi possível restabelecer os princípios primários da LDB pensada por anos no congresso nacional, de manter uma política de educação profissional articulada com a educação básica.

Mas a prioridade continuou sendo formar mão de obra para o mercado de trabalho, atendendo aos interesses das economias centrais, principalmente a dos Estados Unidos. Essa realidade perdurou por anos nos governos neoliberais de Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Sobre a educação dos anos 90, Ramos (2014) nos traz:

Registramos, finalmente, as principais mudanças curriculares promovidas pela reforma dos anos 90: no lugar de habilitações, áreas profissionais; no lugar de matérias e disciplinas científicas, bases científicas, tecnológicas e instrumentais desagregadas e isoladas de seus campos originais da ciência; no lugar de conteúdos de ensino, competências gerais para a vida e competências específicas para o trabalho. A perda de importância das habilitações baseadas no corpo de conhecimentos que as definem, aliada à ênfase no trabalho polivalente e na competência dos sujeitos, tornou a regulamentação do exercício profissional sob o princípio das corporações um preceito em superação (Ramos, 2014, p. 48).

Com o governo Lula, em 2003, iniciam-se grandes reformas, entre elas a expansão da Educação Profissional no Brasil (Silveira, 2023, p. 24). Mas já na primeira metade do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores fica claro que as sonhadas mudanças estruturais na educação básica não viriam da noite para o dia e, quando vieram, não foram como todos sonhavam. E aqui referimo-nos aos retrocessos causados pelo Decreto 2.208/97, que só foi revogado quase dois anos após o início do novo governo.

Conforme Ramos (2014, p. 59), no tocante ao nível técnico, o Decreto 2.208/97 proporcionava habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos de ensino médio, devendo ter organização curricular própria e independente do primeiro, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este. Com isto instituiu-se a separação curricular entre

o ensino médio e a Educação Profissional. Percebe-se assim que a LDB, aprovada há tão pouco tempo, que outrora foi pensada para a formação integral do estudante, agora sequer permitia ofertar o ensino médio na modalidade integrada com o ensino técnico.

Com a aprovação do Decreto 5.154/2004 volta-se à possibilidade de implantar a ideia inicial da LDB (1996) que era consolidar a base unitária do ensino médio para que comportasse a diversidade própria da realidade brasileira, inclusive possibilitando a ampliação de seus objetivos, como a formação específica para o exercício de profissões técnicas. Em termos formais, o Decreto 5.154/2004 tenta restabelecer as condições jurídicas, políticas e institucionais que se queria assegurar na disputa da LDB na década de 1980. Com a aprovação do decreto seria possível entender o sentido de educação tecnológica com o mesmo significado de politecnia.

Saviani (2003, p. 40) nos traz que a noção de politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica.

Na primeira década do século XXI a educação como um todo e em especial a EPT, passou a conviver com as diretrizes que, na década seguinte, juntamente com outras políticas educacionais, trouxeram algumas melhorias na caminhada para uma educação omnilateral.

Na explicação do termo omnilateral, que seria o oposto de unilateral, conforme Moura (2014, p. 56), estamos nos referindo à formação humana integral, na perspectiva da autonomia e da emancipação. Complementando, Ciavatta (2014, p. 190) traz que a educação deve ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica. Finalmente Marchesan (2021, p. 25), citando Manacorda (2010) define omnilateralidade como o desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação.

As principais mudanças na EPT a partir dos anos 2000 abrangem: a aprovação da Lei nº 11.741/08, que reforça a integração entre o ensino médio e a Educação Profissional; a aprovação da Lei nº 11.494/07, que garante um financiamento específico à EPT por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e a Emenda Constitucional nº 59/2009, que assegura a obrigatoriedade de estudo de crianças e adolescentes dos 4 aos 17 anos.

A partir de 2016, após mais de uma década de investimentos na infraestrutura da Rede Federal de EPT, o cenário mudou drasticamente. Além dos cortes nos orçamentos das instituições superiores de ensino, em especial na EPT (conforme Tabela 5), o governo federal homologou dois dispositivos, os quais Possamai e Silva (2022) os chamam de contrarreforma do Ensino médio e da Educação Profissional (a Lei 13.415/2017 e a Resolução 01/2021/CNE, respectivamente).

Tabela 5 - Orçamentos da Rede Federal de EPT entre 2012 e 2021 (em bilhões R\$)

Ano	Orçamento	Variação em relação ao ano anterior
2012	1,71	-
2013	2	+0,29
2014	2,36	+0,36
2015	2,81	+0,45
2016	2,55	-0,26
2017	2,47	-0,8
2018	2,21	-0,26
2019	2,3	+0,9
2020	2,39	+0,9
2021	1,99	-0,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos no artigo de Silvestre *et al* (2022)

A Tabela 5 nos ajuda a entender os cortes orçamentários na EPT. Reforça-se que, considerando exclusivamente esses dados, de 2012 a 2015 o orçamento anual repassado à Rede Federal de EPT apresentou um aumento no decorrer dos anos. Inversamente, com a chegada do governo Temer e durante o governo Bolsonaro, o orçamento anual homologado para a Rede Federal de EPT foi se reduzindo ano após ano, exceto em 2019 e 2020, quando apresentou pequenos aumentos em relação ao ano anterior.

Ainda baseado nos dados apresentados no artigo de Silvestre *et al* (2022, p. 679), os autores deixam claro que os valores homologados pelo governo federal não são considerados ideais para a EPT nos anos discriminados, segundo o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de EPT (CONIF). Para exemplificarmos, em 2015 o orçamento homologado para a EPT foi de 2,81 bilhões de reais, quando o necessário, segundo o CONIF, seria 3,25 bilhões de reais. A discrepância foi se intensificando ano a ano a ponto de se chegar em 2021 com um orçamento homologado de 1,99 bilhão de reais, quando a matriz proposta pelo CONIF era de 4,95 bilhões de reais.

Apresenta-se agora o Quadro 3 com algumas datas que marcaram a EPT no Brasil, baseado no documento elaborado pelo MEC em 2009, intitulado “Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica” e em Fonseca (1986):

Quadro 3 - Principais eventos que marcaram a EPT no Brasil

Ano	Evento	Objetivo
1808	Criação do Colégio das fábricas	Atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal.
1909 / 1910	Criação das Escolas de Aprendizes artífices	Destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito.
1930	Criação do Ministério da Educação	As Escolas de Aprendizes Artífices saem do Ministério da para o da Educação.
1931	Criação da Inspeção do Ensino Profissional Técnico	Supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices.
1937	Transformação das Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Profissionais	Destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.
1941/ 1942	Reforma Capanema	Transforma as Escolas de Aprendizes Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. Criação do SENAI.
1959	Criação das Escolas Técnicas Federais	As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais.
1971	LDB, nº. 5.692	Torna, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau.
1994	Lei nº 8.948	Transforma, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnica Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).
1996	LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação	dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo separado da Educação Básica
1997	Decreto 2.208/1997	Retrocesso para a EPT.
2004	Decreto 5.154/2004	Permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio.
2008	Lei 11.892	Institui a Rede Federal de EPT e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Fonte: Adaptado de BRASIL (2009) / Fonseca (1986).

Essa retrospectiva histórica nos ajuda a entender o dualismo estrutural que há décadas acompanha a EPT no Brasil. Desde a criação do Colégio das Fábricas em 1808, passando pelas Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, até a promulgação da Lei 9.394/96, a Educação Profissional no Brasil nunca esteve engajada em preparar o estudante para a vida; com exceção da década de 1960, quando por convicções econômicas houve a compulsoriedade da Educação Profissional atrelada ao segundo grau, a Educação Profissional sempre seguiu apartada da Educação Básica. Com a LDB de 1996, mais especificamente com a promulgação do Decreto 5.154/2004, é que passamos a sonhar com uma educação omnilateral, fundamentada na politecnia.

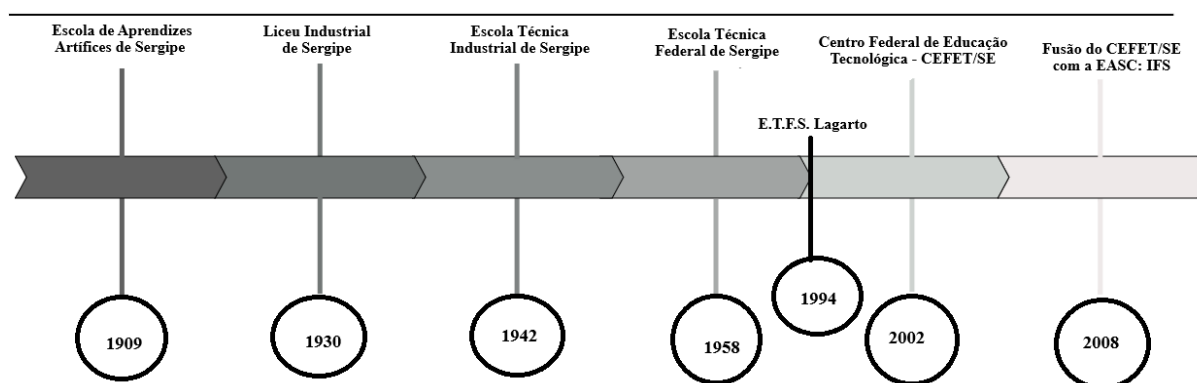
2.2 O INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

Com a implantação dos Institutos Federais em 2008, através da Lei 11.892/2008, há a fusão do Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (CEFET/SE) com a

Escola Agrotécnica de São Cristóvão, transformando-se no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS).

A Figura 1 representa os principais eventos que marcaram a história da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe, desde a sua implantação em 1909 até a fusão com a Escola Agrotécnica de São Cristóvão, que resultou no atual Instituto Federal de Sergipe.

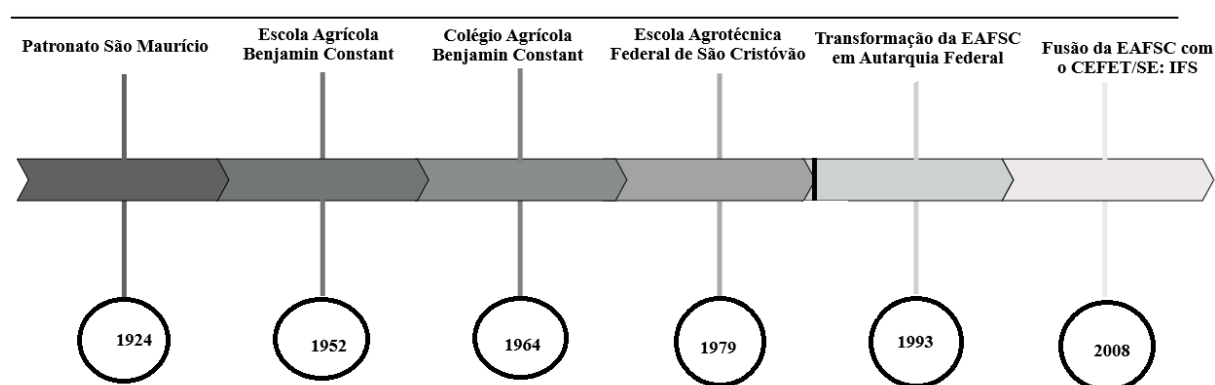
Figura 1 - IFS: Da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe à fusão com a Escola Agrotécnica de São Cristóvão



Fonte: Elaboração própria, adaptada do PDI 2020-2024 (2024)

Também apresentamos (Figura 2) uma linha do tempo com as principais denominações que recebeu a Escola Agrotécnica de São Cristóvão, desde a sua implantação em 1924 até a fusão com o CEFET/SE em 2008.

Figura 2 - IFS: Da Escola Agrotécnica de São Cristóvão à fusão com o CEFET/SE



Fonte: Elaboração própria, adaptada do PDI 2020-2024 (2024)

Entre outros, resume-se os objetivos dos Institutos Federais em oferecer Educação Profissional e Tecnológica em todas as modalidades, de maneira gratuita e de qualidade, estruturada para atender às carências locais e regionais da sociedade, favorecendo a ciência e a tecnologia, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão (Marchesan, 2021, p. 22).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o IFS possui natureza jurídica de autarquia, detendo autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático, pedagógica e disciplinar. É organizado em estrutura multicampi, com orçamento anual para cada campus e a Reitoria (IFS, 2022, p. 137)⁹.

Baseado no PDI (2020 - 2024), com a expansão da Educação Profissional e Tecnológica – EPT, que ocorreu em três fases, entre 2005 e 2020, como uma ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), houve a ampliação do número de *campi* do IFS (IFS, 2022, p. 25). Na segunda fase de expansão da EPT, em 2008, priorizando a interiorização da Educação Profissional e da Educação Superior, o governo federal autorizou a construção em Sergipe dos *campi* Nossa Senhora da Glória, Itabaiana e Estância (IFS, 2022, p. 26).

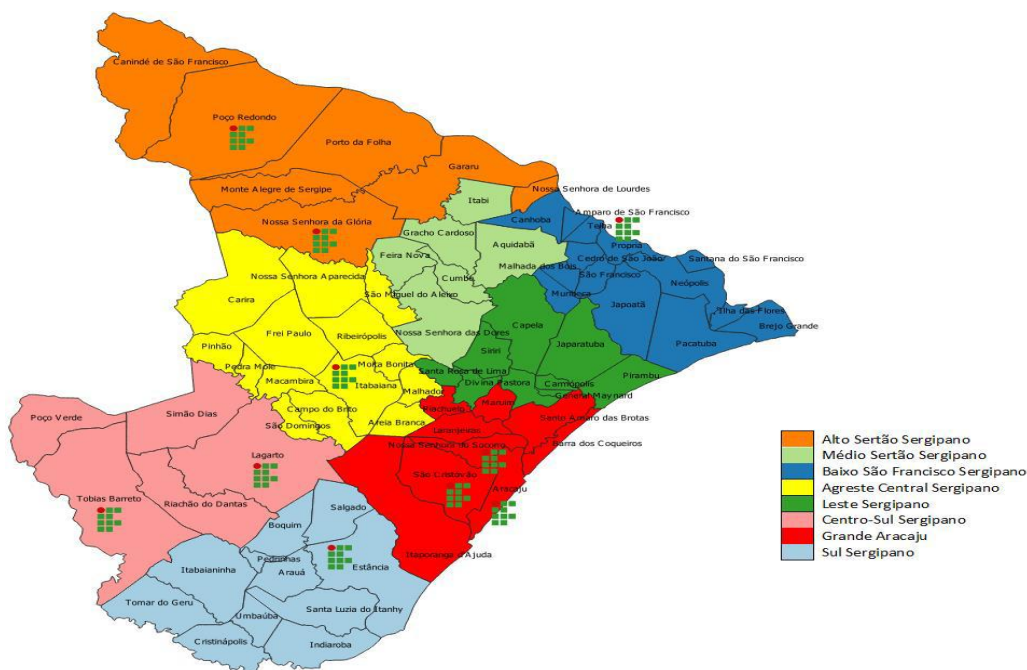
Na terceira fase da expansão, em 2011, o IFS foi contemplado com a construção de mais quatro *campi*, localizados nos municípios de Nossa Senhora do Socorro, Tobias Barreto, Propriá e Poço redondo (IFS, 2022, p. 26), contando atualmente com dez *campi* espalhados pelo estado de Sergipe. Percebe-se, assim, que até 2008 a Educação Profissional Federal em Sergipe se resumia a três unidades: A Escola Agrotécnica de São Cristóvão e as duas unidades do CEFET (Aracaju e Lagarto). Com a promulgação da Lei 11.892/2008, as três unidades se transformam nos três primeiros *campi* do IFS.

Recentemente, em 2024, o governo federal anunciou mais uma fase de expansão da Rede Federal de Ensino e, no caso específico do IFS, além da promessa de investimentos na infraestrutura dos *campi* já existentes, como refeitório em todos, foram anunciados a construção de dois novos *campi*¹⁰ (Portal Gov., 2024). A Figura 3, retirada dos documentos do Núcleo de Análises Econômicas do IFS (NAEC), apresenta o mapa político do estado de Sergipe, com a marcação do símbolo do IFS em cada município que possui um campus da instituição.

⁹ A resolução original que aprovou o PDI (2020-2024) foi a Resolução nº 31/2019/CS/IFS. Mesmo não tendo sido revogada, outra resolução, a de nº 128/2022/CS/IFS, aprovou a revisão do documento. Estamos fazendo referência a esta última, já que as alterações não foram atualizadas na resolução original. Também vale o destaque de que no final de 2024 o IFS prorrogou a vigência do PDI até o final de 2025, conforme Resolução CS/IFS nº 272/2024.

¹⁰ O Relatório de Gestão de 2024 já traz a conquista dos dois novos *campi* como um dos principais destaques e aponta que os mesmos serão construídos em Aracaju e Japaratuba.

Figura 3 - Mapa do estado de Sergipe, destacando os IF's



Fonte: NAEC/IFS

O Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) da instituição (2014), nos traz que

[...] É função deste Instituto promover a formação Profissional e Tecnológica do cidadão, ofertando com qualidade, ensino, pesquisa e extensão em sintonia com os avanços científicos e tecnológicos, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da Região. [...] Considerando o papel que as instituições de educação profissional assumem na contemporaneidade, frente aos desafios oriundos de um contexto socioeconômico e cultural em constante transformação, o IFS adota uma nova postura diante dessa realidade, em que a educação é chamada a interagir com a tecnologia, em busca de garantir inovações e aplicações no sistema produtivo e no enfrentamento dos desafios de um mundo crivado de tecnologias em todos os setores da vida social (IFS, 2014, p.12).

De acordo com a citação do PPPI, o IFS deveria contribuir para uma educação pública e de qualidade, nos moldes da sociedade tecnológica à qual vivemos. É uma característica dos Institutos Federais ter como pilar o tripé ensino-pesquisa-extensão. Contudo, ainda é preciso investir em políticas públicas educacionais (como o transporte, a merenda escolar, o material didático, os recursos financeiros, etc.), se quisermos alcançar uma educação que, com efeito, seja de qualidade. Além da garantia ao acesso, essas políticas precisam garantir a permanência dos estudantes até a conclusão dos percursos formativos. O alto grau de formação de seus professores, aliado a uma infraestrutura física geralmente melhor que as redes estaduais e municipais e com um razoável número de servidores técnicos administrativos (muitos com formações específicas, como pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, técnicos em assuntos

educacionais, entre outros), mostram que, se solucionados os problemas pontuais já citados, o ensino poderá ser de qualidade.

O PDI traz que a educação ofertada pelo IFS promove o letramento científico, constrói uma ciência em prol do bem comum, defende uma cultura da paz onde mulheres e homens se reconheçam como iguais diante do mundo do trabalho e por fim, uma educação que acredite que o conhecimento produzido deva se estender a todos fazendo uma verdadeira e intensa transformação social (IFS, 2022, p. 70).

Contudo, não basta uma legislação retratando a preocupação com o trabalho como princípio educativo que, conforme Ramos (2014, p. 90), é o mesmo que compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, o que não significa “aprender fazendo”, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho.

Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social (Ramos, 2014, p. 90).

Novamente com o PDI, é preciso, entre outras coisas, construir um currículo voltado para a formação omnilateral, ou seja, pautado nos seguintes princípios: trabalho, ciência, cultura e tecnologia (IFS, 2022, p. 72).

Ramos (2014, p. 88), conceitua trabalho como sendo uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana. A dimensão ontológica do trabalho é, assim, o ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais.

Sobre os conceitos de ciência, tecnologia e cultura, Ramos (2014, p. 89) os apresenta como sendo respectivamente: (i) a parte do conhecimento sistematizado e deliberadamente expresso na forma de conceitos representativos das relações de forças determinadas e apreendidas da realidade considerada; (ii) mediação entre ciência (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real) e (iii) o processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do/pelo tecido social, norma de comportamento dos indivíduos numa sociedade e como expressão da organização político-econômica desta sociedade, no que se refere às ideologias que cimentam o bloco social.

2.2.2 O Campus Tobias Barreto

Escolhido para ser o *lugar da pesquisa*, o campus iniciou suas atividades em 2014, ainda em sua sede provisória através de convênio com a prefeitura até o final de 2019, quando foi inaugurada a nova sede (IFS, 2022, p. 26). Oferece os cursos técnicos de nível médio em Comércio, Administração, Informática e Desenvolvimento de Sistemas, nas formas Subsequente, Concomitante e Integrada (não necessariamente todas as formas no mesmo curso).

Os primeiros cursos técnicos ofertados pelo Campus foram os cursos de Informática e de Comércio, em 2014 e 2015, respectivamente, ambos na forma subsequente (IFS, 2022, p. 30). A escolha dos cursos veio para atender às demandas urgentes da cidade, que sempre se destacou economicamente no comércio e na confecção têxtil. Esses cursos, nessa forma, são ofertados até hoje com pelo menos uma turma ingressando a cada ano. Até 2023 a forma subsequente era a que representava o maior número de matrículas na educação formal no campus. Em 2024 o Ensino Médio Integrado passou a ser maioria¹¹. Em 2023 o campus iniciou o EMI com a primeira turma de Administração e em 2024 e 2025 mais duas turmas ingressaram (por ano), sendo uma de Desenvolvimento de Sistemas e uma de Administração.

A partir de um convênio com a Secretaria de Educação do município, surgiu a oportunidade de ofertar dois cursos técnicos na forma concomitante: Desenvolvimento de Sistemas e Comércio, ambos iniciando em 04 de fevereiro de 2019. Com a oferta dos cursos do EMI, desde 2023 o campus deixou de ofertar turmas na forma concomitante, apesar de ainda contar até 2024 com esta modalidade, até a conclusão dos estudantes que já haviam ingressado.

Todos os cursos técnicos são presenciais, independente da forma. Na forma subsequente, oferta os cursos técnicos de Comércio e Informática e, no contexto vigente, ambos no período noturno. E a escolha em ofertar essa forma no turno da noite está de acordo com a nossa atual LDB, a qual diz que os adolescentes e jovens que não podem estudar no período diurno, como é o caso do nosso público do subsequente, geralmente trabalhadores, tem a garantia de estudar à noite, de maneira regular. É uma necessidade atrelada à expansão da escolarização, mas também aos direitos dos que necessitam.

¹¹Em consulta feita no Portal SIGAA, que é Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, no primeiro semestre de 2024, das 207 matrículas ativas nos cursos técnicos, 104 eram de estudantes do Ensino Médio Integrado.

Em consulta ao portal eletrônico da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), na aba *Indicadores de Gestão*, em 2023 o Campus ofertou um total de 12 cursos¹². A Tabela 6 apresenta o nome de todos os cursos de educação formal ofertados pelo Campus em 2024, sem, portanto, discriminar os cursos de curta duração (FIC).

Tabela 6 - Cursos oferecidos pelo IFS - Campus Tobias Barreto (2024)

Modalidade / forma	Cursos	Turno
Técnico Integrado	Administração	Diurno
Técnico Integrado	Desenvolvimento de Sistemas	Diurno
Técnico Concomitante	Desenvolvimento de Sistemas	Matutino
Técnico Subsequente	Comércio	Noturno
Técnico Subsequente	Informática	Noturno

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do PDI 2020-2024 e do Sistema SIGAA/IFS.

No tocante à oferta de cursos superiores no campus, entre 2022 e 2024 havia o planejamento para o início dos cursos de Licenciatura em Matemática, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Bacharelado em Administração e Licenciatura em Informática – EAD. Todos com uma previsão de oferta anual de 40 vagas (IFS, 2022, p. 105). Infelizmente nada se concretizou e não há previsão para tal, com exceção do Curso de Administração que já está com seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) concluído desde 2022 e com previsão de início da primeira turma para 2025 ou 2026.

De acordo com o Relatório de Gestão do ano de 2023 e como explicação para o atraso na previsão da oferta de cursos superiores, o IFS apresentou algumas das causas ou impedimentos para o alcance das metas, abaixo discriminadas:

A maioria dos campi do IFS está impossibilitada de aumentar a oferta de novos cursos e/ou aumentar o número de matrículas, seja por falta de infraestrutura ou por falta de pessoal¹³. A escassez de investimentos nos últimos anos tem impedido o alcance de algumas metas estabelecidas (IFS, 2024, p. 56).

Aqui, deve-se observar que a Pandemia de Covid-19 e os cortes orçamentários que vêm assolando a educação nos últimos anos atrapalharam a programação desses cursos. Sobre os cortes orçamentários, Silvestre *et al* (2022) traz que:

No entanto, é no exercício de 2021 que se observa a redução mais expressiva dos últimos anos, quando o orçamento cai para 1,99 bilhões, retomando os patamares do início da última década. Como consequência das reduções orçamentárias, acrescidas de bloqueios no orçamento aprovado, as instituições que compõem a Rede Federal enfrentam diversas dificuldades para o cumprimento de seus objetivos (Silvestre et al, 2022, p. 682).

¹² A PNP conta como novo curso cada turma que ingressa na instituição.

¹³ O Relatório de Gestão de 2024 já aponta que a partir de 2025 o problema da falta de pessoal será amenizado, por causa dos concursos públicos realizados.

O campus oferece ainda cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), como Assistente Administrativo, Assistente de Recursos Humanos, Programador de Dispositivos Móveis, Espanhol Básico e Libras (IFS, 2022, p. 105). Conforme o PDI, os cursos FIC têm a finalidade de desenvolver habilidades profissionais para o ingresso/reingresso, qualificação do cidadão no mundo do trabalho e elevação do nível de escolaridade (IFS, 2022, p. 110). Aqui, corroboramos a importância desses cursos na região, porém, se não foi um erro de digitação, diferimos quando se diz que esses cursos elevam o nível de escolaridades dos estudantes, já que não se trata de educação formal. O Programa Mulheres Mil também voltou a ofertar cursos em 2024, não só no Campus Tobias Barreto, mas em outros *campi* da instituição e em outras cidades.

Reforça-se que o campus ainda está na sua primeira fase, conforme Figura 4, que mostra o lado exterior do prédio (que era para ser apenas o bloco administrativo). Os desafios ainda são grandes e urgentes, principalmente a construção de uma quadra poliesportiva, refeitório e/ou cantina, além da própria alimentação. Com o anúncio recente do governo federal de mais uma fase de expansão da Rede Federal de Ensino, inclusive com a promessa de investimentos na infraestrutura dos *campi* já existentes (Portal Gov., 2024), é grande a expectativa no campus por essas e outras conquistas.

Figura 4 - Visão externa do Campus Tobias Barreto



Fonte: Arquivo pessoal (2024).

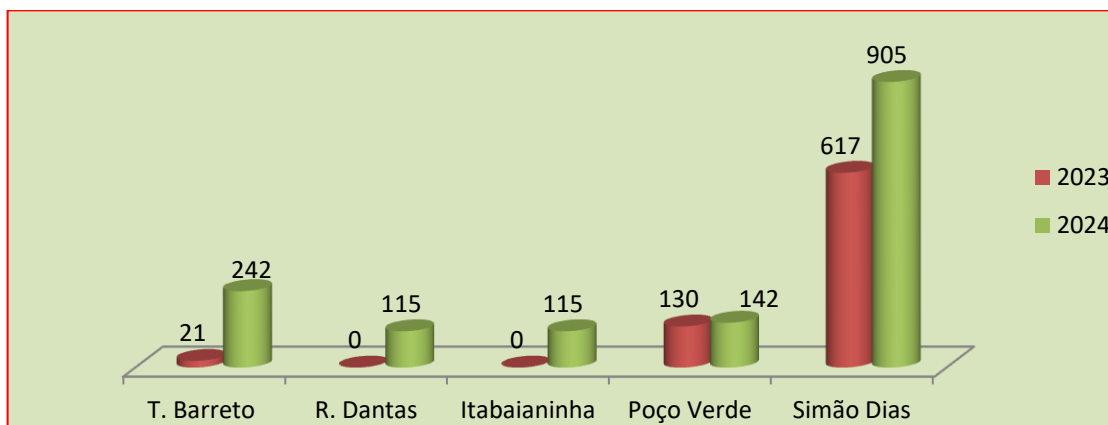
Apresenta-se agora alguns dados relacionados à educação e à economia em Tobias Barreto e nos municípios vizinhos. Acreditamos que tais informações tornam-se cruciais para,

adiante, entendermos o fenômeno da evasão escolar e a importância das políticas públicas educacionais na região e no campus estudado.

A primeira instituição a ofertar a Educação Profissional em Tobias Barreto, foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). A Unidade Tobias Barreto foi inaugurada em 6 de fevereiro de 1994, denominada Centro de Formação Profissional “Josafá Ribeiro de Almeida”, atendendo a vários municípios ao seu redor. Oferta os cursos FIC de Informática Básica, Cabeleireiro, Maquiagem, Doces e Salgados, Costureiro entre outros.

No tocante à educação profissional técnica de nível médio, desde 2023 a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/SE) passou a ofertar em Tobias Barreto os cursos de Administração, Refrigeração e Climatização e Segurança do Trabalho, sendo os dois primeiros na forma subsequente e o último na forma Integrada ao Ensino Médio. Riachão do Dantas, Itabaianinha, Poço Verde e Simão Dias, localizados na região de abrangência do Campus Tobias Barreto, também ofertam cursos técnicos através da SEDUC/SE. O Gráfico 1 apresenta a quantidade de matrículas ofertadas pela rede estadual de Sergipe nesses municípios.

Gráfico 1 - Matrículas por município na região Centro-sul do estado - SEDUC/SE



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado na SEDUC/SE

Concordamos com Sousa (2020), quando nos diz que o discente da Educação Profissional Tecnológica anseia por uma educação identificada com a sua realidade, integrada ao seu tempo, às suas necessidades, aos seus interesses; uma educação que o leve a pensar e refletir sobre sua participação na vida acadêmica, social, econômica e política (Sousa, 2020, p. 22). Achamos pertinente essa citação por acreditarmos que é preciso levar em consideração o contexto social e econômico em que estão inseridos os estudantes de Tobias Barreto e da região centro-sul do estado de Sergipe. O Campus Tobias Barreto situa-se no município de Tobias Barreto, localizado no território sul sergipano, distando 131 km da capital Aracaju. O

município se destaca economicamente nas seguintes áreas: comércio e confecção têxtil (IFS, 2022, p. 30). Os cursos ofertados precisam atender às necessidades locais econômicas, contudo, mais que isso, devem estar engajados com uma formação mais completa desses estudantes.

E a necessidade de uma educação compromissada com a formação completa dos estudantes da região se mostra ainda mais urgente quando analisamos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a taxa de escolarização e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do município de Tobias Barreto.

De acordo com o Ministério da Educação, o Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino e funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. É calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente.

No tocante a alguns indicadores educacionais, apresentados na Tabela 7, infere-se que as taxas de escolarização dos 6 aos 14 anos, nos municípios da região Centro-sul de Sergipe, onde se localiza o município de Tobias Barreto, são parecidas. Os municípios de Tobias Barreto e Riachão do Dantas são os que apresentam os menores índices. Tobias Barreto apresenta a quarta pior taxa de escolarização, entre os 75 municípios do estado, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023).

Tabela 7 - Dados sobre a educação da região Centro-sul de Sergipe

Município	Taxa de escolarização (2010)	IDEB ¹⁴	Posição IDEB no estado
Tobias Barreto	94,3%	4,4	20º
Poço Verde	98,8%	5,0	3º
R. do Dantas	94,4%	4,5	14º
Simão Dias	98,8 %	4,8	7º
Lagarto	98%	4,8	7º

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados do IBGE (2023).

Aliás, esses dois municípios também apresentam os menores índices do IDEB's (anos finais do ensino fundamental) da região analisada. Contudo, em nível estadual, aparecem

¹⁴ Anos finais do ensino fundamental.

numa posição melhor: vigésimo e décimo quarto, respectivamente. Sobre esses dados, os outros três municípios da região apresentam índices educacionais melhores em relação ao estado de Sergipe.

É justamente a população de Tobias Barreto que contribui com os maiores números de estudantes no nosso campus (baseado, no SIGAA, durante o período pesquisado, mais de 90% de nossos estudantes matriculados são de Tobias Barreto e em seguida aparecem Olindina e Itapicuru¹⁵, ambos pertencentes ao estado da Bahia).

A proposta de uma educação de qualidade também objetiva melhorar os índices do IDEB registrados durante o ensino fundamental (antes do ingresso no IFS). Os mesmos estudantes que são penalizados com os problemas sociais refletidos nesses índices negativos podem ter no ensino médio melhores oportunidades, inclusive profissionais, já que estamos falando de uma escola que oferta o ensino médio e a Educação Profissional.

Ao mesmo tempo em que somos um país com muitas riquezas, somos também uma das nações mais desiguais do mundo (Menezes e Kraychete, 2022, p. 2). Somos uma nação excludente, onde a renda é concentrada nas mãos de poucos. Apresentamos o PIB per capita dos municípios da região Centro-sul do ano de 2020 (Tabela 8), para que possamos ter uma noção mais atualizada da renda desses municípios. O destaque negativo é justamente o município de Tobias Barreto, que é apenas o sexagésimo quarto no ranking dos setenta e cinco municípios do estado e o último, se considerarmos apenas a região Centro-sul do estado. Simão Dias é o que apresenta o melhor PIB per capita entre os municípios analisados.

O PIB *per capita* é um indicador econômico cujo objetivo é utilizar o PIB total de um país (ou estado e cidade) para determinar o grau de riqueza de sua população. Apesar de amplamente utilizado, este método desconsidera desigualdade social e concentração de renda, o que o torna relativamente falho.

Tabela 8 - PIB (*per capita*) região Centro-sul de Sergipe - 2021

<i>Município</i>	<i>PIB per capita (R\$)</i>	<i>Posição no estado</i>
Tobias Barreto	12.405,95	64º
Poço Verde	13.427,56	52º
Riachão do Dantas	16.600,44	30º
Simão Dias	19.408,90	19º
Lagarto	16.962,87	27º

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados do IBGE (2024).

¹⁵ Como há um percentual de estudantes naturais de Itapicuru e Olindina no campus a ser considerado, destaca-se que, baseado no IBGE, a taxa de escolarização em Itapicuru em 2010 (a mais atualizada) foi de 95,6%. Já em Olindina essa taxa foi de 91,4%. Esses dados colocam os dois municípios entre os piores índices educacionais no estado da Bahia e, portanto, não fogem da realidade analisada em Sergipe.

Acreditamos que os números referentes à educação e à renda em Tobias Barreto só reforçam a necessidade institucional do IFS em cumprir com o compromisso institucional de atender a comunidade local/regional, com vistas ao seu desenvolvimento socioeconômico, artístico e cultural (IFS, 2022, p. 86).

Partindo para o estudante do ensino técnico na forma subsequente, cada um vem de uma realidade diferente, influenciada por fatores culturais, sociais, econômicos, etc. Assim, conforme o pensamento de Ferreira, D. (2021), acreditamos que a função social para a qual os Institutos Federais foram criados traz a necessidade de estudar de forma mais ampla a região na qual estão ou serão estabelecidos. Na tentativa de atender aos anseios da sociedade, a instituição possui o dever de atuar na transformação e se dedicar ao desenvolvimento dos sujeitos que dela fazem parte (Ferreira, D., 2021, p. 36).

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO IFS: UM OLHAR PARA O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E ACOMPANHAMENTO AO EDUCANDO

Os *IF's* foram contemplados em 2010¹⁶ no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através do Decreto nº 7234/2010. É de responsabilidade de cada instituição estabelecer os critérios de seleção dos estudantes beneficiados. No IFS, a sigla que representa o programa é PRAAE/IFS – Programa de Acompanhamento e Assistência ao Educando, já discriminado.

Cunha (2017, p. 52) considera que o PNAES é considerado um marco para as políticas de assistência aos estudantes, seja por conta do volume de recursos disponibilizados, seja pela abrangência nas áreas de atuação. Mesmo que sua Tese de Doutorado seja voltada para a assistência estudantil nas instituições de educação superior, o contexto também pode ser aplicado para os Institutos Federais de Educação.

Verifica-se ainda que, especialmente no ensino técnico profissionalizante, que apesar do aumento do número de vagas e da instituição de políticas públicas e legislações que preconizam a garantia do acesso à escola, a permanência e o sucesso do educando nas instituições de ensino, o sistema educacional brasileiro ainda enfrenta vários desafios e problemas, dentre eles, o fenômeno da evasão escolar (BRASIL, 1996).

Não podemos falar do PRAAE, que é a denominação dada à política de assistência estudantil do IFS, sem antes falarmos do amplo conceito de políticas públicas. São elaboradas em determinada instância governamental, contando com a participação pública (ou

¹⁶ Em 2007, esse mesmo Decreto já havia instituído o PNAES nas Universidades Federais.

é assim que deveria ser) na sua definição, onde seus resultados ou benefícios são destinados a uma parcela da população. Mesmo passando pelo debate público, a instituição de uma política pública tem relação direta com o quanto a sociedade civil¹⁷ está organizada e, principalmente, com o empenho do poder político que abrange a esfera geográfica à qual se destina aquela política pública.

A criação de uma política pública, além de outros fatores, tem relação direta com o contexto econômico e histórico-social, ora contribuindo, ora dificultando a concretização da política pelo Estado. Conforme Höfling (2001, p. 38), “a manifestação do nascimento de políticas públicas reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas do poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade”.

Teixeira (2002) conceituou as políticas públicas como sendo

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as ‘não-ações’, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos (Teixeira, 2002, p. 2).

A destinação principal das políticas públicas visa responder às demandas das parcelas marginalizadas da sociedade, ou seja, dos grupos vulneráveis. Vão desde a garantia de direitos expressos na CF/88, sendo conquistados com regularidade através das mobilizações sociais, até aquelas que promovem o desenvolvimento econômico, gerando emprego e renda a determinados grupos.

Reforça-se ainda, conforme Mainardes (2018, p. 194), que as políticas não são meramente implementadas no contexto da prática, mas reinterpretadas, modificadas, recontextualizada. Mainardes (2018) ainda traz que as políticas precisam ser avaliadas. O objetivo da avaliação é reunir informações sobre a efetividade dessas políticas ou programas¹⁸, suas potencialidades, limitações e alternativas.

¹⁷ A sociedade civil é a denominação para as organizações sociais que não pertencem às estruturas compostas por instituições governamentais. As organizações são expressões de movimentos sociais, tais como os sindicais, os de mulheres, os de minorias étnicas, os de moradores de bairros, os de juventude, os ambientalistas, os educacionais etc. (Cordioli, 2011, p. 30).

¹⁸ O autor diferencia política e programa, onde a primeira é o horizonte; algo de longo alcance. Já os programas são formas de colocar uma política em ação, constituindo-se em desdobramento das políticas.

No tocante às *políticas públicas educacionais*, Cordioli (2011, p. 33) conceitua-as como sendo o produto da interação entre as ações governamentais e os diversos sujeitos educacionais. O autor discrimina quem são esses sujeitos governamentais e educacionais:

[...]Os gestores dos poderes executivos, as autoridades educacionais, os parlamentares, as autoridades judiciárias, os funcionários de órgãos públicos educacionais, os conselhos de educação, os movimentos sindicais e sociais de educadores e em defesa da educação, os professores e pedagogos, os funcionários de escolas, os mantenedores de instituições escolares privadas, os gestores escolares, os familiares dos estudantes, os estudantes, as comunidades do entorno escolar, os egressos das escolas, os conselhos tutelares e os movimentos em defesa da infância, da adolescência e da juventude (Cordioli, 2011, p. 34-39).

O ano de 2022 foi um dos piores em termos orçamentários para as assistências estudantis do IFS. De acordo com o Relatório de Gestão de 2023 (IFS, 2024, p. 111), R\$ 4.221.000 foram repassados para aqueles setores dos *campi* em 2022. Houve um aumento em 2023 em relação ao ano anterior (R\$ 5.574.000), mas ainda bem abaixo dos valores repassados anualmente na segunda metade da década anterior (2015 – 2020). Para efeito de comparação, em 2015 o IFS disponibilizou aproximadamente R\$ 7.800.000 para as assistências estudantis.

Vale ressaltar ainda que em 2023 o governo federal criou o *Pé-de-Meia*¹⁹, para os estudantes de 14 a 24 anos, de baixa renda, matriculados no ensino médio regular das redes públicas, pertencentes a famílias inscritas no Programa Bolsa Família. O programa se destina também a estudantes de 19 a 24 anos, de baixa renda, matriculados na educação de jovens e adultos (EJA), pertencentes a famílias inscritas no Programa Bolsa Família. Mesmo ciente de que o programa não provém dos recursos da assistência estudantil, precisamos esperar para sabermos se o *Pé-de-Meia* não afetará de alguma maneira o já defasado recurso destinado ao PRAAE.

Convém rememorar o fato de que os estudantes dos cursos técnicos da forma subsequentes, os sujeitos dessa pesquisa, não terão direito ao *Pé-de-Meia* (por não se encaixarem na categoria *ensino médio regular*) e, conseqüentemente, precisarão contar ainda mais com os auxílios do PRAAE. No campus, os estudantes das formas concomitante e do EMI já estão recebendo (ou cadastrados para receber) o *Pé-de-Meia*. Coincidência ou não, o

¹⁹ O *Pé-de-Meia* é um programa de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, destinado a promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público. Por meio do incentivo à permanência escolar, o programa quer democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens do ensino médio, além de promover mais inclusão social pela educação, estimulando a mobilidade social. O programa prevê o pagamento de incentivo mensal de R\$ 200, que podem ser sacados em qualquer momento, mais depósitos de R\$ 1.000 ao final de cada ano concluído, que o estudante só pode retirar da poupança após se formar no ensino médio. Considerando as dez parcelas de incentivo, os depósitos anuais e, ainda, o adicional de R\$ 200 pela participação no Enem, os valores chegam a R\$ 9.200 por aluno.

orçamento da assistência estudantil não foi suficiente para pagar o último mês do *Auxílio Permanência Estudantil* do ano letivo de 2023 no campus²⁰.

Ao consultarmos o Relatório de Gestão referente ao ano de 2024 (IFS, 2025, p. 92), constatou-se que nesse ano também o Campus Tobias Barreto não realizou o cadastramento de novos estudantes, devido ao orçamento insuficiente, o qual foi destinado somente para manter aqueles estudantes contemplados pelo programa em anos anteriores.

Para um melhor entendimento do público específico atendidos pelo PNAES, que no caso específico no IFS denominamos de PRAAE, trazemos uma citação de Oliveira (2022), que

[...] é importante citar que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), documento de referência para o desenvolvimento das ações da assistência estudantil no âmbito das instituições federais de ensino, define como público-alvo, prioritariamente, os(as) educandos(as) oriundos da educação básica da rede pública de ensino ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Portanto, tal critério expressa a não universalidade desse programa e, com isso, grande parte dos(as) estudantes(as) são excluídos(as) da possibilidade de atendimento pelos Programas Específicos de Atenção Primária (Oliveira, 2022, p. 22).

O mesmo autor (p. 22) sintetiza que os Programas de Atenção Primária são direcionados, preferencialmente, àqueles estudantes em situação de vulnerabilidade social e englobam os auxílios alimentação, transporte, moradia, material didático, uniforme e financeiro. Vale lembrar que, caso houvesse orçamento suficiente, basicamente todos os estudantes matriculados no campus atenderiam aos requisitos e seriam beneficiados pelos auxílios financeiros do PRAAE.

Agora passamos a focar de maneira mais específica na política de assistência estudantil do IFS, através de seus documentos. Uma leitura intrincada entre a Resolução 37/2017/CS (IFS, 2017), a Resolução nº 21/2018/CS (IFS, 2018), (que reformulou o regulamento do PRAAE) e o Decreto 7.234/2010 (BRASIL, 2010), chega-se aos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil, a saber: *democratizar as condições de permanência dos jovens na educação pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; contribuir para a promoção da inclusão social pela educação*. Resta-nos saber se os recursos financeiros que constituem a política da assistência estudantil do IFS (o PRAAE) abrangem indubitavelmente todos esses objetivos.

²⁰ Informação obtida com a CAE.

É uma política que tem como finalidade prover os recursos humanos, materiais e financeiros necessários para que o estudante supere os entraves do seu desempenho acadêmico, propiciando, assim, a permanência e êxito do estudante nesta Instituição, possibilitando uma formação voltada para o exercício da cidadania. [...] É importante salientar que para a construção desta política houve um intenso processo dialógico e participativo dos diversos sujeitos: estudantes, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, enfermeiros, gestores em geral, entre outros. A PAE/IFS foi tecida em diversos momentos, nas Jornadas de Assistência Estudantil (2013 e 2016) e no Fórum de Assistência Estudantil (2013), bem como no I Encontro de Servidores da Assistência Estudantil (2016), momento em que se constituiu a Comissão responsável pela sistematização das Ações da Assistência Estudantil, no início do ano de 2017 (IFS, 2017, p. 8).

Esses mesmos documentos nos trazem que as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, agir preventivamente nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras e serem desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Ainda considerando os documentos supra, o PRAAE é um programa institucional composto por Projetos, Linhas de Ações e Serviços, sendo destinado a atender os estudantes regularmente matriculados e os estudantes que estejam em mobilidade nacional e internacional (IFS, 2017, p. 37). Sublinha-se que muitos desses projetos, linhas de ações e serviços contam com normativas próprias.

Os **Projetos** são de caráter sistêmico e universal e consideram as demandas e as especificidades apresentadas por cada campus (IFS, 2017, p. 37). São eles: Projeto Jornada de Assuntos Estudantis; Projeto Educação, Saúde e Cidadania; Projeto Partilhando Saberes; Atenção Psicossocial e Pedagógica.

As **linhas de ações** são constituídas de auxílios financeiros e bolsas, que dependem ou não da situação de vulnerabilidade dos estudantes (IFS, 2017, p. 38). São as seguintes: Auxílio Permanência Estudantil - Concessão de um valor monetário mensal, com a finalidade de contribuir com despesas relacionadas à alimentação, transporte, creche, impressão e fotocópia, dentre outras despesas para a permanência dos estudantes na instituição. É o que demanda maiores recursos, tanto financeiros como de profissionais envolvidos. À luz do exposto, será o mais explorado na pesquisa.

Temos ainda o Auxílio financeiro eventual, de caráter temporário e/ou emergencial, que consiste na concessão de repasse financeiro a estudantes regularmente matriculados no IFS, para custear despesas específicas, com a finalidade de propiciar a permanência e êxito

dos mesmos nesta instituição. Entende-se por emergencial um fato de surgimento inesperado que acarrete um problema e altere, prejudique e ameace a tranquilidade e o bem-estar do estudante ou sua família, necessitando de intervenção imediata. Entende-se por eventual temporário, transitório, não permanente, passageiro, esporádico.

Dando continuado, temos o Auxílio aos Estudantes de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA; Auxílio Material e Fardamento²¹; Auxílio Residência; Bolsa Trainee; Bolsa Monitoria de Nível Médio e Superior²²; Bolsa Partilhando Saberes; Auxílio Financeiro para Participação em Eventos²³; Arte, Cultura, Esporte e Lazer; Bolsa de Incentivo ao Êxito Acadêmico.

Finalmente, destacam-se os **Serviços** da Assistência Estudantil do IFS, que são o Seguro (geralmente utilizado para viagens e/ou visitas técnicas); o Alojamento estudantil e o Refeitório²⁴.

Os projetos e as linhas de ações precisam ser ampliados, seja com mais servidores na instituição para fortalecer as equipes multidisciplinares²⁵, seja com a ampliação dos recursos financeiros. Aqui, precisa-se evidenciar que os orçamentos são provenientes do governo federal e, portanto, dependente daquilo que é repassado por este ente estatal.

2.4 A EVASÃO ESCOLAR: CONTEXTO GERAL

O combate à evasão escolar já é de certa forma expressado na *CF de 1988*, quando diz que todos têm direito a um ensino de qualidade, preparando-o para o exercício da cidadania e qualificando-o para o trabalho (BRASIL, 1988). Assim fica claro que é preciso manter o

²¹ Trata-se da concessão de fardamento escolar e de materiais didáticos e/ou técnicos, garantindo um melhor desempenho das atividades acadêmicas aos estudantes assistidos.

²² A monitoria é uma atividade desenvolvida pelo discente para melhoria do Ensino Técnico de Nível Médio e do Ensino Superior, através da adoção de novas práticas e experiências pedagógicas. Visa a fortalecer a articulação teórico-prática e a integração curricular em seus diversos aspectos, com vistas a promover a cooperação mútua entre discentes e docentes, sendo de competência da Pró-Reitoria de Ensino a abertura dos editais.

²³ De natureza acadêmica, científica, tecnológica, desportiva, artística e cultural contribuirá para a formação do estudante em sua totalidade, bem como para seu desempenho na instituição.

²⁴ Tem função social e não visa lucros para o IFS e tem por finalidades oferecer à comunidade estudantil uma alimentação balanceada que atenda às necessidades nutricionais de seus usuários e propiciar aos estudantes condições de permanência na instituição. Este serviço poderá ser prestado por empresa terceirizada ou oferecido pelo refeitório do próprio campus.

²⁵ O documento mais recente que trata da composição da equipe multidisciplinar é a Instrução Normativa Nº 10, de 4 de abril de 2025. Baseado na mesma, a equipe multidisciplinar pode ser composta pelos seguintes profissionais: assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, psicopedagogos, educadores físicos, enfermeiros, médicos, nutricionistas, fisioterapeutas, odontólogos, assistentes de alunos, técnicos em assuntos educacionais, revisores braille, transcritores braille, intérpretes de libras, assistentes/auxiliares em administração, professores e outras áreas correlatas, Coordenadores/as de Assuntos Estudantis-CAE/COAE, Coordenadores/as do Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas-NAPNE e demais servidores/as envolvidos/as direta ou indiretamente com o processo educacional.

estudante na escola, utilizando-se das ferramentas sugeridas pela própria legislação, como a ampliação dos processos sociais.

A evasão é um problema que atinge não somente a rede federal de ensino, mas todo o sistema de educação do país, sendo causada por múltiplos fatores. Assim há a necessidade de conhecer essas causas e atuar de forma preventiva para que se tenha êxito. As ações institucionais podem contribuir com o sucesso escolar, com ações que ativem o sentimento de pertencimento dos ingressantes. Ambientes acolhedores, servidores atenciosos e compreensivos, estrutura acessível também são determinantes na superação das dificuldades e na decisão de permanecer na instituição.

Mesmo com a literatura se aprofundando no tema, entender as razões da evasão continua sendo desafiante. O estudante que se evade da instituição é tão essencial quanto o que permanece; afinal, os IF's têm uma política de Educação Profissional preocupada com a formação integral do sujeito, garantindo que ele possa ser capaz de pensar e agir sobre o processo de trabalho e também sobre as demais dimensões da vida social. Assim, conforme Silveira (2023, p. 38) a evasão escolar traz severas implicações e gera para o aluno evadido um processo de exclusão social, além de danos econômicos, não só para a instituição de ensino, mas para toda a sociedade.

A Evasão Escolar traz enormes perdas financeiras para as instituições de ensino e para a máquina pública devido aos gastos desnecessários e investimentos desperdiçados com materiais e profissionais para vagas que são preenchidas, mas acabam ociosas com a Evasão Escolar. Complementando, Ferreira, J. (2021, p. 25), nos traz que, além dos prejuízos financeiros com os investimentos empreendidos para a formação do estudante evadido, o retorno social devido à conclusão do ciclo de estudo é frustrado e a sociedade, assim como as instituições de ensino, perde quando esses investimentos são mal aproveitados.

E pensar em estratégias de enfrentamento dessa problemática multifatorial é pensar em políticas que já estão sendo implantadas, ressignificando-as e criando novas políticas. Afinal são grandes os prejuízos levados para a vida em sociedade dos estudantes evadidos. Devemos pensar, acima de tudo, se a escola está cumprindo sua função social, que é formar cidadãos para o exercício da cidadania.

Segundo Pereira (2022), caso consiga vencer todas essas barreiras apresentadas, ao ingressar no curso, o estudante se depara com pouca ou nenhuma infraestrutura; falta de laboratórios; ausência de professores capacitados para ministrar as disciplinas técnicas;

precariedade ou inexistência de aulas práticas; falta de estágios; o que causa decepção com o curso, frustrando o estudante.

Com isso, percebemos o grau de complexidade que se tem para trabalhar a evasão na Educação Profissional. Mesmo considerando os fatores inerentes ao estudante, como os de ordem socioeconômica relacionada ao seu grupo familiar, é elementar que se analise o todo, inclusive os fatores de ordem interna e externa à instituição. Não se devem desconsiderar as peculiaridades apresentadas pelos Institutos Federais, com suas características diferenciadas em relação a outras escolas.

Pereira (2022) nos diz que

[...] O modelo de educação técnica ou profissionalizante traz consigo, no que diz respeito à evasão, todos os vícios das outras modalidades de ensino, com o agravante de ter grande parte do seu público economicamente ativo, o que gera sérios problemas para conciliar estudo e trabalho. Outro fator possivelmente responsável pelo abandono em cursos técnicos é a falta de conhecimentos prévios. O discente recebe uma formação precária no Ensino Fundamental e no curso técnico tem dificuldade em acompanhar os conteúdos apresentados (Pereira, 2022, p. 48).

2.4.1 Conceituando a Evasão Escolar

São várias as conceituações sobre a Evasão Escolar. Apresentaremos aquelas obtidas através dos documentos e dos trabalhos acadêmicos que selecionamos para dialogar com esta pesquisa. Através dos conceitos, fica clara a complexidade deste tema que apresenta abordagens e fatores variados e que não são isolados.

O Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFS nos traz que:

A evasão escolar está entre os temas que historicamente fazem parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira e que, infelizmente, ainda ocupa até os dias atuais espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação. Esta representa um problema que alcança diferentes modalidades de ensino em maior ou menor grau (IFS, 2016a, p. 04).

O documento ainda explicita a sua definição sobre a Evasão Escolar, que é a interrupção do aluno no ciclo do curso, onde o aluno pode ter abandonado o curso, não ter realizado a renovação da matrícula ou formalizado o desligamento/desistência do curso (IFS, 2016a, p. 5). Por outro lado, a retenção consiste na não conclusão do curso no período previsto, fator concorrente para o aumento da propensão em relação à evasão.

Digiácomo (2005, p.1) conceitua a Evasão Escolar como um problema crônico em todo o Brasil, sendo passivamente assimilada e tolerada por escolas e sistemas de ensino,

chegando ao cúmulo de admitirem a matrícula de um número maior de estudantes por turma, já contando com a "desistência" de muitos ao longo do ano letivo.

Em Ferreira, J. (2021, p. 25), temos que a Evasão é a descontinuidade do processo educacional mediante a saída do estudante do curso em que está matriculado, antes de completado o ciclo de estudos, por qualquer motivo, exceto a diplomação.

Sousa (2020, p. 27), citando Riffel e Malacarne (2010), conceitua a evasão como sendo um ato de se evadir, fugir, abandonar; sair, desistir; não permanecer em algum lugar. Uma fuga ou abandono da instituição de ensino para se dedicar a outra atividade, ou mesmo desistir do curso por não ter existido afinidade, ou por uma desilusão.

Já para o Anuário Brasileiro de Educação, a evasão configura-se quando o aluno, após ter sido matriculado em determinado ano letivo, não se matricula na escola no ano seguinte, independentemente de sua condição de rendimento escolar ter sido de aprovado ou de reprovado (BRASIL, 2019, p. 130).

Traz-se agora o conceito adotado pela PNP, a qual se limita a explicar a evasão como sendo a perda do vínculo do aluno com a instituição, antes da conclusão de um curso. Inclui na categoria de evadidos todos aqueles que se inserem nas categorias de abandono, cancelamento, reprovação, transferências internas e externas e desligamento, sem, portanto, se preocupar com o que causou esses fenômenos.

Tendo em vista que o conceito adotado nesta pesquisa abrange diversos termos, expressões (ou categorias), fazem-se pertinentes algumas observações: Começaremos com a categoria *abandono*. A ideia de evasão apresentada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), traz uma diferença entre abandono e evasão. O abandono é o desligamento dos estudos, retornando ao sistema de ensino no ano seguinte. A evasão seria a saída definitiva do sistema de ensino (Brasil, 2020a).

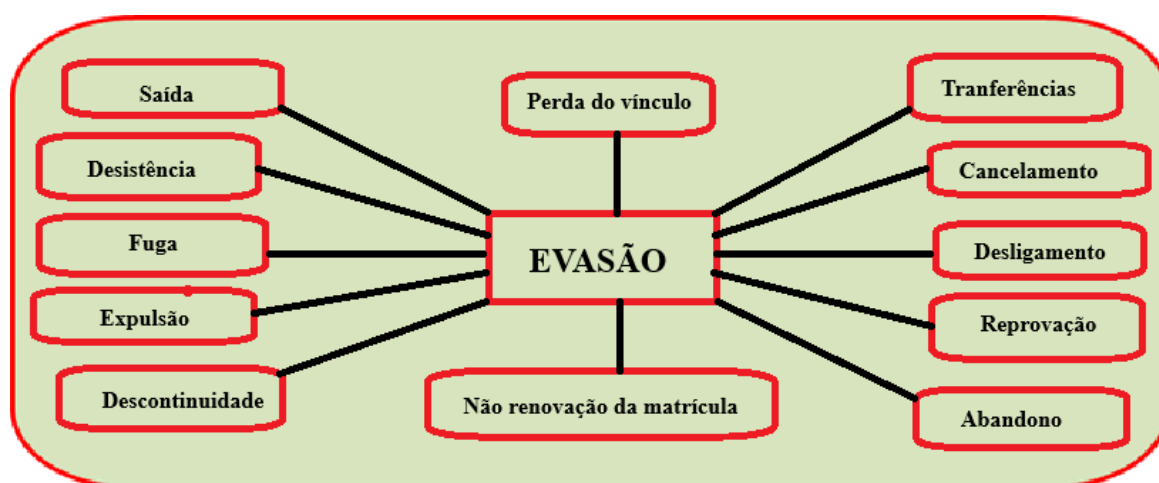
Sobre *reprovação*, nesta pesquisa estamos considerando, para efeito de evasão a reprovação do estudante no curso, ou seja, aquela que o impede de receber o certificado ou diploma. É essencial relatar isso porque o estudante que é reprovado num componente curricular do curso pode cursar este componente curricular em outro momento e isso não significa que irá se evadir (apesar de entendermos que reprovações constantes nos componentes curriculares podem culminar no desinteresse pelo curso e, conseqüentemente, resultar na evasão). Neste caso, onde o estudante reprova mas não abandona o curso, o termo adequado seria a retenção.

Sobre as *transferências internas e externas* (que se dá quando o estudante muda de curso na mesma ou em outra unidade de ensino), por utilizarmos o conceito apresentado pela PNP, resolvemos considerar essas transferências como uma das formas de Evasão. De qualquer forma, enfatiza-se que foi feita uma consulta no Portal SIGAA e, dentre as cinco turmas utilizadas nesta pesquisa (com estudantes que ingressaram no campus entre 2022 e 2023, nos cursos técnicos na forma subsequentes), nenhum dos estudantes que iniciaram o curso fez uso de alguma modalidade de transferência.

Finalmente, sobre o *desligamento*, que também trataremos nessa pesquisa como evasão, ressalta-se que tanto pode partir da instituição, em casos específicos previstos nos documentos institucionais (como a expulsão), como pode partir do estudante. Percebe-se que o desligamento é diferente do abandono, onde simplesmente o estudante deixa de frequentar o curso, sem sequer se preocupar em desligar-se formalmente, ou seja, comunicar à instituição.

Trazemos a seguir a Figura 5, que foi baseada nos termos utilizados pelos diversos autores e documentos para se chegar ao conceito de Evasão.

Figura 5 - Termos utilizados para o conceito final de evasão



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos documentos e bibliografias estudados (2024)

Baseado nos conceitos citados e observando as peculiaridades de cada um, nesta pesquisa, o conceito de evasão utilizado será aquele considerado pelo Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal, publicado pelo MEC em 2014 que conceitua a Evasão como sendo [...] a interrupção do estudante no ciclo do curso, onde este pode ter abandonado o curso, não ter realizado a renovação da matrícula ou formalizado o desligamento/desistência do curso (BRASIL, 2014, p. 20).

O conceito foi escolhido por, ao passo que, metodologicamente, é objetivo e pragmático, também está em consonância com o apresentado por outros conceitos aqui

discorridos. Mesmo sendo um conceito pragmático e objetivo, é amplo e comporta todas as informações buscadas no levantamento bibliográfico e documental, inclusive nas plataformas digitais, como o SIGAA e a PNP.

Na maioria dos conceitos, a evasão escolar quase sempre está relacionada ao abandono escolar, ao fracasso do estudante em sala de aula e contribui para as estatísticas negativas. Contudo, há estudiosos que analisam a evasão escolar com uma ótica diferente, onde os fatores que levaram o estudante à evasão não são necessariamente negativos. A título de ilustração, pode-se mencionar aqueles que se evadem de um curso técnico para ingressar numa faculdade ou até mesmo para trabalhar. Não necessariamente a evasão nesses casos precisa ser vista como uma consequência negativa, já que este estudante evadido pode ter levado consigo uma boa experiência enquanto permaneceu na instituição. O aprendizado acumulado, as experiências adquiridas, as relações interpessoais vivenciadas podem funcionar como experiências positivas para estes estudantes.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Chega-se ao final deste capítulo com um maior entendimento do processo de desenvolvimento da EPT no país, iniciado com a criação do Colégio das Fábricas e das Escolas de Aprendizes Artífices, nos anos iniciais dos séculos XIX e XX, respectivamente. Esses dois eventos, que compreendem mais de um século da nossa história, nos mostra o caráter assistencialista como era tratada a Educação Profissional no Brasil. Quase sempre, durante o século XIX, a preocupação era fazer com que os filhos das classes menos favorecidas da população tivessem uma formação e/ou uma ocupação e assim, além de combater a vadiagem, contribuía para a formação das crianças e jovens e obtinha-se mão de obra para as fábricas.

No começo do século XX as Escolas de Aprendizes artífices, mesmo já preocupadas em formar mão de obra para a insipiente indústria que começava a apontar no Brasil (conforme a lógica capitalista), continuou escancarando ao menos dois modelos de educação no país, já que os estudantes dessas escolas eram quase sempre os filhos dos pobres. Percebe-se assim que há muito tempo o modelo dual de educação foi instalado no Brasil: uma Educação Profissional que forma a mão de obra da nação e uma educação elitista para os mais favorecidos, onde a preocupação é a continuidade dos estudos na educação superior.

Nesse contexto, acompanhamos a formação do nosso atual Instituto Federal de Sergipe (2008), resultante da fusão do Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

(CEFET/SE) com a Escola Agrotécnica de São Cristóvão. Com a expansão da EPT, ocorrida em três fases, entre 2005 e 2020, resultantes do PDE, houve a ampliação do número de *campi* do IFS e, conseqüentemente, surge em 2014 o Campus Tobias Barreto, que foi o local escolhido para a produção desta pesquisa.

Apresentamos o Campus Tobias Barreto, os cursos ofertados, o contexto social e econômico do campus para a cidade e para os municípios vizinhos. Para isso, trouxemos alguns dados relacionados à educação e à economia da região centro-sul do estado.

Dando continuidade, foi feito um panorama geral do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando, resultado do PNAES. Podemos conhecer os Projetos, os Serviços as principais Linhas de Ações ofertadas pelo PRAAE, enfatizando a principal delas que é o Auxílio Permanência Estudantis para onde é destinado a maior partes dos auxílios financeiros da Assistência Estudantil.

Finalmente trouxemos o contexto geral da Evasão Escolar que, juntamente com a política de assistência estudantil da instituição, compõem o problema e o objetivo geral desta pesquisa. Apresentamos os conceitos da evasão escolar segundo a óptica de diversos estudiosos e órgãos que tratam do tema, até escolhermos o conceito utilizado nesta pesquisa.

As políticas públicas educacionais do século XXI, em especial aquelas voltadas para a educação básica, apesar de terem muito a evoluir, podem ser consideradas como um avanço no processo educacional. Podemos destacar a ampliação do principal fundo de recursos, o FUNDEB, que garantiu a consistência de recursos para a educação básica, o fortalecimento dos sistemas de avaliação, como o Saeb, a implantação de políticas voltadas para a EJA, a Educação à distância (EAD), a Educação quilombola e Indígena e a Educação Especial.

Para combater a evasão dos estudantes, algumas políticas também foram criadas ou ampliadas, como o Bolsa Família, o ProEja, o ProUni, as políticas de cotas, entre outros, como o mais recente que é o *Pé-de-Meia*.

Mesmo considerando que essas políticas são um avanço para a educação básica, acreditamos que ainda são insuficientes. Se a evasão ainda é uma realidade e se nem todas as modalidades educacionais, como a EPT, ainda são para todos, significa que há muito o que se fazer. As políticas precisam avançar em temas primordiais como a formação dos professores e dos demais profissionais da educação (se fizemos o recorte para a EPT essa necessidade se mostra ainda mais urgente). A participação da família também precisa ser ampliada, tendo em vista que são sujeitos importantes para a formação das crianças e jovens. Não menos

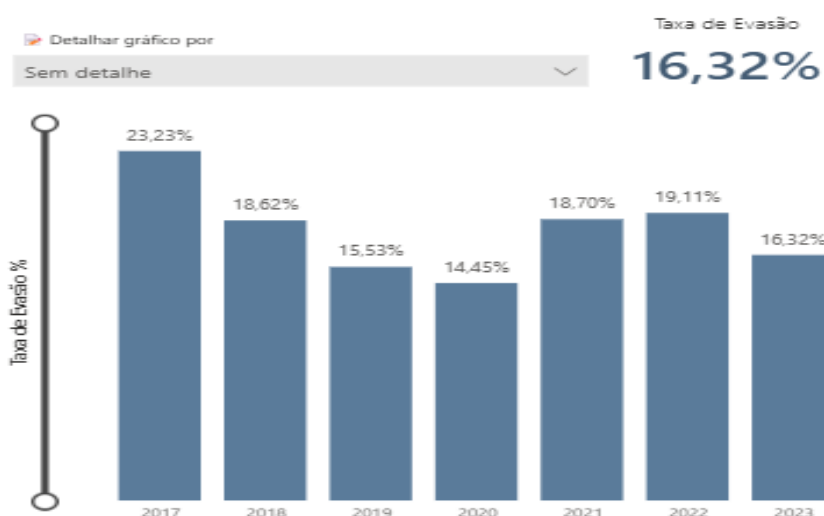
fundamental, convém ampliar as formas de inclusão e a escola em tempo integral, se quisermos atingir a universalização da educação.

3 A EVASÃO ESCOLAR NA EPT E NO IFS, BASEADA NOS DOCUMENTOS ANALISADOS

A evasão é um problema que atinge não somente a Rede Federal de Ensino, mas todo o sistema de educação do país, sendo causada por múltiplos fatores. Assim, há a necessidade de conhecer essas causas e atuar de forma preventiva para que se tenha êxito.

Salienta-se que a taxa de evasão anual na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem apresentado altos índices no percentual de estudantes evadidos. De acordo com os dados oficiais apresentados no Gráfico 2, retirado da PNP, que passou a publicar os dados sobre a evasão na EPT a partir de 2017, houve um aumento da evasão no ano de 2022 em relação a 2021, saindo de 18,70% para 19,11%. Em 2023 houve uma pequena queda e o percentual foi de 16,32%. Fazendo uma comparação entre os números da evasão entre toda a rede nacional de EPT e o IFS, as taxas se equivalem em 2022, porém em 2023 os números locais são bem maiores que os da rede nacional (25,58%)²⁶.

Gráfico 2 - Taxa de Evasão na EPT entre 2017 e 2023



Fonte: Retirado da Plataforma Nilo Peçanha (2024)

Fazendo-se uma relação com os dados do parágrafo anterior, percebe-se um distanciamento com as metas do PDI/IFS – “*Dimensões e metas do PDI/IFS*”, (IFS, 2022. p. 95 - 97). A dimensão *Permanência e Êxito* traz cinco metas das quais citaremos três:

[...] 2.2. Reduzir, até 2024, a taxa de evasão por ciclo para até 8% e a taxa de retenção por ciclo para até 2%, visando atingir o índice de eficiência acadêmica de

²⁶ A consulta à PNP, para esses dados, foi feita em 2024 e os dados foram atualizados em fevereiro de 2025. Destaca-se que esses números costumam ser atualizados ao longo do ano. Os dados sobre a evasão na PNP encontram-se na aba “Indicadores Acadêmicos”.

90%, como estabelecido no Termo de Acordo de Metas e Compromissos. [...] 2.4. Fortalecer o PRAAE em todos os seus projetos e linhas de ações, buscando garantir o atendimento a, no mínimo, 50% dos nossos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica. [...] 2.5. Assegurar a efetiva atuação da equipe multidisciplinar nos *campi*, com a realização de acompanhamento pedagógico e psicossocial para 100%, visando identificar e combater, na medida do possível, as dificuldades pedagógicas e socioeconômicas apresentadas por nosso corpo discente (IFS, 2022, p. 95-96).

No tocante à *meta* 2.2, a intenção do IFS era fazer com que as taxas de evasão em cada ciclo chegassem à casa de 8%. Mas o que se viu foi o aumento dos números entre 2022 e 2023, chegando-se ao patamar de 28,81%. Aqui vale a observação de que a PNP apresenta os dados por instituição e no período de um ano, enquanto o PDI considera a evasão por ciclos que, conforme Ferreira, J. (2021, p. 27), no âmbito educacional, o ciclo se refere a um conjunto de fase sequencias que culmina na conclusão de um nível educacional.

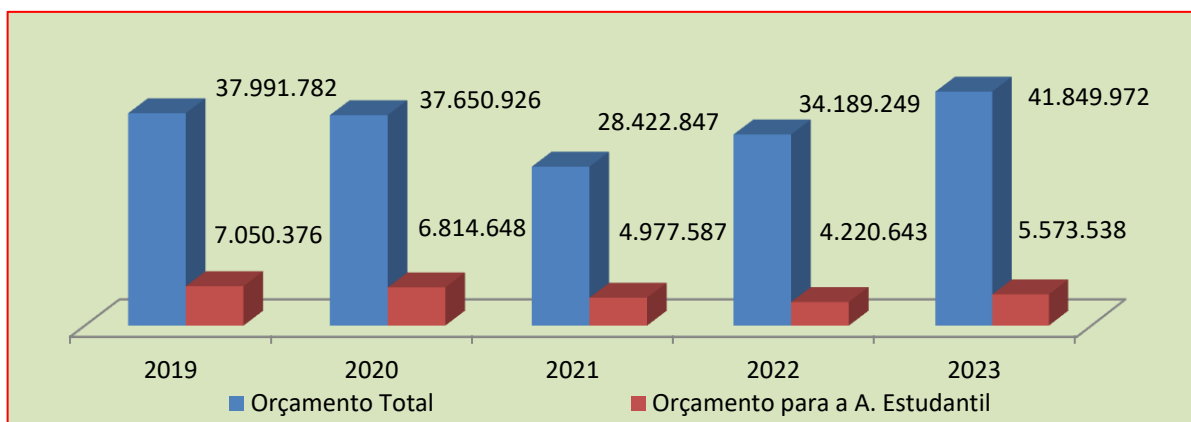
Sobre a *meta* 2.4, o cenário também não é tão favorável. Não há como fortalecer o Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando se o que se percebe nos últimos anos é a queda dos orçamentos repassados para a Rede Federal de EPT (conforme visto na Tabela 5). O percentual entre o total do orçamento do IFS e aquele repassado à assistência estudantil também, ao invés de aumentar tem sido menor do que o de anos anteriores. No caso do IFS, as assistências estudantis são um dos setores que mais sofrem com esses cortes do governo federal. Mesmo fazendo referência ao Instituto Federal do Amazonas, concordamos com Silva, J. (2021), quando, sobre a assistência estudantil, nos traz que:

Apesar das dificuldades com relação a implementação e execução das ações de assistência estudantil, em especial a falta de recursos financeiros para ampliar o número de bolsas e de alunos “cobertos” pela política, é inegável a sua relevância dentro da EPTNM assim como a importância de um profissional que identifique as necessidades desses alunos como o Assistente Social, que trabalha os aspectos socioemocionais junto aos alunos bem como na viabilização de igualdade de condições para promover o ingresso, a permanência e a conclusão com êxito dos alunos numa perspectiva de autonomia, direitos e cidadania (Silva, 2021, p. 36).

Acreditamos que a *meta* 2.5 seja a que mais se aproxima dos objetivos esperados pelo IFS, já que a maioria dos *campi* conta com uma equipe pedagógica e um(a) psicólogo(a). O contexto vigente aponta que ainda em 2025 todos os *campi* contarão com pelo menos um Pedagogo, um Técnico em Assuntos Educacionais e um Psicólogo²⁷. Contar com esses profissionais no quadro da instituição não significa que a meta será cumprida, mas ajuda no cumprimento destas.

²⁷ Em maio de 2024 o IFS homologou o resultado final do concurso para Técnicos Administrativos, inclusive com o cargo de Pedagogo. De acordo com Relatório de Gestão de 2024 (IFS, 2025, p. 73), em 2024 cinquenta servidores técnicos administrativos foram nomeados nos diversos *campi*.

Gráfico 3 - Recursos orçamentários disponibilizados para execução no IFS (total e da Assistência Estudantil) de 2019 a 2023 (em milhões de R\$)

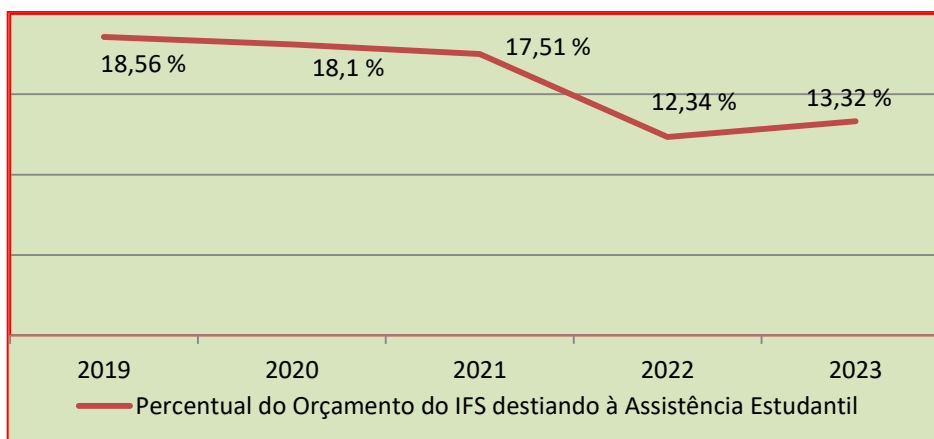


Fonte: Tabulação própria do autor baseado em IFS, 2024 (2025).

Seguindo a tendência nacional apresentada na Tabela 5 (na seção 2.1), que discrimina os valores orçamentários repassados à Rede Federal de EPT entre 2012 e 2021, o ano de 2022 foi um dos piores em termos orçamentários para as assistências estudantis do IFS e, conseqüentemente, do Campus Tobias Barreto. De acordo com o Relatório de Gestão de 2023 (IFS, 2024, p. 111), entre as dotações orçamentárias que foram disponibilizadas para execução no IFS, aproximadamente R\$ 4.221.000 foram repassados para aqueles setores dos *campi* em 2022. Houve um aumento em 2023 em relação ao ano anterior (R\$ 5.574.000), conforme o Gráfico 3, mas ainda bem abaixo dos valores repassados anualmente na segunda metade da década anterior.

Para efeito de comparação, em 2015 o IFS disponibilizou aproximadamente R\$ 7.800.000 para as assistências estudantis. Infere-se assim que o efeito cascata causado pelos cortes orçamentários iniciados na segunda metade da década passada e continuados nos primeiros anos da década atual, comprometeram a qualidade e os planos de expansão da EPT na rede federal.

Gráfico 4 - Percentual dos recursos orçamentários disponibilizados para execução no IFS destinados à Assistência Estudantil (2019 – 2023)



Fonte: Tabulação própria do autor baseado em IFS, 2024 (2025).

Ainda baseado no Relatório de Gestão do IFS (2023), os Gráficos 3 e 4 nos apresentam uma queda considerável na proporção entre o valor total do orçamento destinado ao IFS e a parte repassada às assistências estudantis. Percebe-se que em 2019 e 2020 mais de 18% do orçamento total era destinado à assistência estudantil. Se os valores correspondentes a esses percentuais já não eram suficientes, fica difícil entender o porquê da queda percentual nos anos de 2022 e 2023, que foram de 12,3% e 13,3%, respectivamente.

Esses dados nos ajudam a entender de quais números estamos falando, quando nos referimos ao fenômeno da evasão na Rede federal de ensino e, concomitantemente, nos ajudarão a compararmos com os dados do IFS e do campus estudado. Como a instituição pretende atingir a meta 2.4 das “*Dimensões e metas do PDI/IFS*”, (IFS, 2022. p. 95 - 97) (Fortalecer o PRAAE em todos os seus projetos e linhas de ações, buscando garantir o atendimento a, no mínimo, 50% dos nossos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica), só para citar um exemplo? Com um percentual do orçamento destinado às assistências estudantis que sequer acompanha os percentuais de anos anteriores? Parece no mínimo confuso. Convém rememorar o fato de que não basta distribuir bolsas com auxílios financeiros de valores irrisórios²⁸. Estes precisam suprir as necessidades básicas para que os discentes tenham condições de permanecer estudando.

A busca por melhorias nas assistências estudantis se torna refém da lógica orçamentária do modelo de distribuição de recursos para as instituições de ensino, onde os critérios neoliberais de competitividade geram distorções e disputas por indicadores. É preciso compreender as restrições orçamentárias como uma disputa de projetos e não como questões

²⁸ Os valores das bolsas do APE no campus durante o período da pesquisa variavam de R\$ 120 a R\$ 200.

meramente técnicas. O modelo de financiamento atual se ancora em escolhas políticas, com impactos diretos na permanência e no êxito dos estudantes.

3.1 FATORES CAUSADORES DA EVASÃO ESCOLAR

Pereira (2022, p. 18) nos diz que o termo evasão, quando usado no âmbito do processo de ensino e aprendizagem, ganha o significado de interromper o processo educativo e essa interrupção é provocada por multifatores; afinal, a evasão é um acontecimento complexo e suas causas estão ligadas a problemas familiares, sociais, econômicos dentre outros.

Não podemos estudar os fatores que contribuem para a evasão sem antes conceituar o que seriam os fatores e o que seriam as causas. Para isso, utilizaremos os conceitos apresentados por Ferreira, J. (2021):

Os fatores são as circunstâncias, são as possibilidades que podem definir a causa ou as causas de um problema. Eles podem ser inúmeros, mas não se apresentam da mesma forma em todas as situações. É aquilo que contribui para um resultado. Sua presença aumenta a chance de algo ocorrer, ou ainda, aumenta a eficiência da causa, da mesma forma que sua redução diminui o risco de ocorrência. [...] A causa é elemento essencial que sustenta a existência. É o que explica ou justifica um ato, acontecimento ou ação, motivada por diversos fatores. Como ilustração, cita-se o que ocorre no âmbito da saúde, em que vários fatores de risco podem levar à causa de uma doença e desempenham papel fundamental na determinação desta (Ferreira, J., 2021, p. 28-29).

Podemos considerar a evasão como um fenômeno de causas diversificadas e que resulta no abandono do estudante ao ambiente escolar. Sousa (2020) traz que:

Um dos grandes desafios do nosso país não é apenas o alto índice de evasão, que jogam os estudantes à própria sorte, num futuro incerto e, muitas vezes, perigoso, tendo em vista que em muitos casos não é possível trazer de volta esse estudante que abandonou os estudos. Além desse, há outro grande desafio das escolas: garantir que os estudantes se mantenham nos bancos escolares e concluam seus percursos no âmbito educacional. Portanto, existe a necessidade premente de uma educação para a decisão e para a responsabilidade social e política (Sousa, 2020, p. 20).

Assim, percebe-se que são diversos os fatores que impulsionam a Evasão Escolar. Diversas também são as classificações desses fatores. Adota-se aqui a classificação categorizada pelo *Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica* (BRASIL, 2014): fatores individuais, fatores internos à instituição e fatores externos à instituição. Sempre que necessário, apresentaremos outras classificações.

Entre os fatores individuais, que destacam os aspectos peculiares às características dos estudantes temos:

Adaptação à vida acadêmica; capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo; compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção; encanto ou motivação com o curso escolhido; escolha precoce da profissão; qualidade da formação escolar anterior; informação a respeito do curso; outras questões de ordem pessoal ou familiar; participação e envolvimento em atividades acadêmicas; personalidade; questões de saúde do estudante ou de familiar; e questões financeiras do estudante ou da família (BRASIL, 2014, p. 19).

Os fatores internos às instituições são problemas relacionados à infraestrutura, ao currículo, à gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição, bem como outros fatores que desmotivam e conduzem o estudante a evadir do curso. É nesse rol de fatores que a instituição deve, constantemente, fortalecer sua oferta educativa (BRASIL, 2014, p. 20). Nesse conjunto estão os fatores: Atualização, estrutura e flexibilidade curricular; cultura institucional de valorização da docência; existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria); formação do professor; gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas, etc.); gestão administrativa e financeira da unidade de ensino; inclusão social e respeito à diversidade; infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino; motivação do professor; processo de seleção e política de ocupação das vagas; questões didático-pedagógicas; e relação escola-família.

Já entre os fatores externos que se relacionam às dificuldades financeiras do estudante de permanecer no curso e às questões inerentes à futura profissão, o documento evidencia: Avanços tecnológicos, econômicos e sociais; conjuntura econômica e social; oportunidade de trabalho para egressos do curso; políticas governamentais para a Educação Profissional e Tecnológica e para a Educação Superior; questões financeiras da instituição; reconhecimento social do curso; e valorização da profissão (BRASIL, 2014, p. 20).

Conforme Campos e Santana (2013), diante das altas taxas de evasão detectadas em diversas instituições educacionais, diminuir os altos índices de abandono à sala de aula não tem sido uma tarefa fácil. Por isso, torna-se fundamental diagnosticar o problema e buscar as possíveis soluções, com o objetivo de possibilitar o retorno efetivo do aluno à escola e/ou a sua permanência (Campos e Santana, 2013, p. 3261).

Apresentaremos, a partir de agora, baseado em BRASIL (2014) e em outros documentos explorados nesta pesquisa, os fatores que contribuem para a evasão, principalmente os mais observáveis no Campus Tobias Barreto, em especial nas turmas do subsequente. A nossa experiência como servidor da instituição acaba contribuindo na identificação dos mesmos.

A equipe multidisciplinar mantém um documento *online* onde todos os professores e toda a equipe técnica da Gerência de Ensino possa, sempre que quiser, inserir informações relacionadas aos discentes de cada uma das turmas. Outra maneira bastante comum da equipe multidisciplinar estar a par do processo de ensino e aprendizagem é pelas conversas feitas bimestralmente entre a equipe, os professores e os estudantes beneficiados pelo PRAAE, que resultam num documento denominado Relatório do PRAAE; temos ainda as reuniões de pais e mestres e a cada início de semestre letivo a equipe multidisciplinar mantém um diálogo inicial com todos os estudantes, evento este denominado de “Acolhimento Discente”. Enfim, são várias as formas utilizadas no campus para um maior contato com a comunidade escolar.

Ente os fatores individuais, baseados em BRASIL (2014), os que mais afetam os estudantes do Campus Tobias Barreto, não necessariamente nesta ordem, são: (i) a qualidade da formação escolar anterior; (ii) a (in)compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; (iii) o encanto ou motivação com o curso escolhido; (iv) as informações a respeito do curso; (v) a participação e envolvimento em atividades acadêmicas; (vi) outras questões de ordem pessoal ou familiar; (vii) a falta de hábito de estudo e as dificuldades de adaptação.

Antes de explanar esses fatores, reforça-se que se chegou aos mesmos baseando-se em documentos internos da equipe multidisciplinar e em minha vivência profissional, sem, portanto, apresentá-los como conclusões da pesquisa, já que se tem explícita a distinção entre conhecimento empírico prévio e os resultados da pesquisa de campo, que serão apresentados no capítulo seguinte.

A qualidade da formação escolar anterior: nossos estudantes vêm de realidades variadas, mas, quase sempre são oriundos das escolas públicas municipais e estaduais que apresentam ainda mais dificuldades na qualidade do ensino que as escolas federais. Não é raro auferir informações nos documentos internos e nas falas dos professores que relatam tais dificuldades dos estudantes. Também não é raro deparar-se com estudantes relatando o grau de dificuldade com as disciplinas do curso.

A (in)compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho: pelas falas discentes e docentes também fica evidente a queixa dos estudantes entre o que é visto no curso e aquilo que o mundo do trabalho espera deles. Aqui, as reclamações advêm ainda mais dos estudantes do subsequente, que em sua maioria já exercem atividades trabalhistas.

O encanto ou motivação com o curso escolhido e as informações a respeito do curso também são fatores causadores da Evasão escolar em nosso campus. Como membro da Equipe multidisciplinar²⁹, e da Assessoria Pedagógica, não são raros os relatos de estudantes que dizem que estão abandonando o curso por falta de identificação com o mesmo. Corroboramos com o pensamento de Ferreira, D. (2021), quando diz que as

[...] perspectivas em relação ao indivíduo têm apontado vários motivos que podem se converter em abandono escolar, entretanto, a falta de informações e conhecimentos relativos à escolha do curso têm se apresentado como uma categoria relevante, mas pouco aprofundada, nas análises sobre evasão na Educação Profissional e Tecnológica (Ferreira, D. 2021, p. 42).

Acreditamos que investir nas informações a respeito do curso antes que este estudante adentre a instituição pode ajudá-lo na escolha. Essas informações podem ser divulgadas no site da instituição, nas redes sociais, nas visitas *in loco* durante a divulgação dos processos seletivos nas escolas, etc. Glória (2017) ressalta que,

ao escolher um curso de educação profissional ou ser incentivado a se matricular em uma instituição de ensino por ser próxima de casa, ou apresentar flexibilidade do horário do curso, seja por estímulo familiar ou por acreditar que terá melhores chances de ingressar/permanecer no mundo do trabalho, é fundamental que o candidato saiba a missão e os objetivos do curso, conheça as unidades curriculares que estudará, a duração do curso e o perfil de egresso. Isso envolve a mudança das práticas institucionais de usual divulgação de informações para o desenvolvimento de técnicas de orientação e conscientização dos candidatos (Glória, 2017, *apud* Ferreira, D. 2021, p. 94).

A participação e envolvimento em atividades acadêmicas faz com que o estudante conheça melhor o curso e crie afinidade com o mesmo. Para isso, a instituição precisa ampliar o leque dessas atividades, fazendo o uso do tripé ensino-pesquisa-extensão, tão divulgado em seus documentos, como o PDI. Mais aulas práticas e mais visitas técnicas, seriam um bom começo.

Parece-nos pertinente a fala de Kuenzer (1989), quando

defende a necessidade de uma formação voltada ao estudante trabalhador que o prepare, ao mesmo tempo, para o mundo do trabalho e para a continuidade dos estudos, permitindo o acesso ao saber que oportunize a participação ativa no processo político e no sistema produtivo. Sendo assim, é importante uma proposta de ensino da EPT que busque dar maior sentido à formação profissional a partir de um ensino que extrapole os limites de uma formação voltada apenas ao saber fazer (Kuenzer, 1989, *apud* Araújo, 2021, p. 36).

²⁹No caso do Campus Tobias Barreto, a equipe multidisciplinar é composta pelos profissionais: Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo e Técnico em Assuntos Educacionais. A equipe ainda conta com um intérprete de Libras e uma Psicopedagoga, ambos com contratos de trabalho de no máximo dois anos, além do servidor responsável pelo NAPNE.

Outras *questões de ordem pessoal ou familiar*, como as de ordem financeira do estudante ou da família, também pesam bastante nos percentuais de evasão no campus (e ainda mais entre os da forma subsequente). Esse é um fator causador de evasão que, para combatê-lo, precisamos entender e melhorar diversos outros fatores (internos e externos), como a relação família-escola, a conjuntura econômico-social, as políticas públicas governamentais e a questão financeira das instituições. Afinal,

Nessa luta diária, temos o trabalhador que busca uma qualificação, mas se depara com a dúvida sobre trabalhar ou estudar e acaba muitas vezes na opção de continuar no trabalho deixando os estudos e com isso ocorre a evasão escolar, muitas vezes sem uma oficialização por escrito da desistência da vaga. O candidato busca uma vaga para se qualificar, mas por vários motivos não acaba concluindo este curso mesmo sendo de pouco tempo (Silveira, 2023, p. 27).

A *falta de hábito de estudo* e as *dificuldades de adaptação* também fazem parte dos problemas relatados pelos estudantes. Nas turmas do subsequente é comum haver estudantes que não frequentavam a escola há mais de cinco ou até dez anos. Isso acarreta em outro fator que é o da adaptação, seja em relação à metodologia do curso, seja em relação à Educação Profissional. Nos relatos docentes e discentes são comuns citarem as dificuldades dos estudantes com os conteúdos das disciplinas, principalmente as da área técnica.

Já entre os fatores internos à instituição, poderíamos citar:

A *existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante* (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria). Não basta ter uma política de assistência estudantil com um conjunto de normas regulamentadoras. É preciso que os programas institucionais tenham uma abrangência mais ampla e contemple a todos que dela necessitem. Para isso, é indispensável que os orçamentos disponibilizados para as assistências estudantis sejam ampliados. Essa ampliação, sem dúvidas, passa por políticas públicas mais amplas advindas do governo federal, contudo a instituição precisa rever a destinação dos seus recursos, em especial, os financeiros. Os estudantes reclamavam com frequência de algumas questões como: falta de incentivos financeiros para suprir outras faltas do campus, como merenda escolar e transporte; insuficiência dos auxílios da assistência estudantil; aumento no número e no valor do Auxílio Permanência Estudantil - a principal linha de ação do PRAAE; falta de oferta ou ampliação no número de outras bolsas, como as de monitoria.

Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino. É bem verdade que as escolas federais contam com melhores infraestruturas se comparada às demais redes públicas de ensino. No caso do Campus Tobias Barreto não é diferente. Mas não basta ter um laboratório equipado; convém ter pessoal capacitado para operá-lo e mantê-lo. Não basta ter

uma boa equipe de apoio ao ensino, quando não se dá os meios para o estudante permanecer na escola. O campus é deficiente no tocante à merenda escolar e ao transporte escolar. Aliás, os estudantes quase sempre clamam, por merenda escolar, melhoria na oferta do transporte escolar, espaços para atividades extraclasse, como uma quadra poliesportiva, entre outros.

A *relação escola-família*, quando bem aprofundada, faz com que as famílias dos estudantes compreendam melhor a importância da educação formal na vida dos seus filhos. O campus já vem melhorando neste quesito, principalmente com a inserção no calendário acadêmico de reuniões de pais e mestres ao menos duas vezes ao ano. Também faz um encontro no início do ano letivo com os pais e os estudantes (momento em que apresenta a instituição, os servidores, os sistemas digitais, a metodologia de ensino, as principais normas e faz a entrega de kits escolares). Infelizmente nesses encontros poucos pais aparecem e, no caso do subsequente, a presença quase não existe, por serem maiores de idade. Outro momento de contato com as famílias se dá quando os membros da equipe multidisciplinar do campus entram em contato com os responsáveis para relatar que o estudante não está frequentando, ou está com elevado número de faltas ou quaisquer outros problemas acadêmicos. Mais uma vez registra-se que essa ação acontece com os estudantes das formas concomitantes e EMI, já que no caso do subsequente, a equipe entra em contato com o próprio estudante, por já ser maior de idade. Em sua pesquisa de mestrado, Rosa (2019, p. 84), apresenta que hoje já não se admite que somente a escola seja responsável pela aprendizagem dos estudantes, pelo contrário, o aluno aprende e se desenvolve numa construção conjunta que leva em conta a escola e a família.

A *atualização, estrutura e flexibilidade curricular* também precisam ser encaradas como um fator que, se não levado a sério, pode acarretar na evasão do estudante. Novamente recorre-se aos documentos e meios de escuta dos nossos estudantes onde estes reclamam da distribuição de determinadas disciplinas por períodos letivos. Um caso recorrente se dá no Curso Técnico Subsequente em Comércio que traz, já no primeiro período do curso, conforme o seu PPC, dois componentes curriculares considerados difíceis para o estudante [Contabilidade Básica e Matemática Financeira] (IFS, 2017, p. 17). É possível visualizar sugestões de melhorias, seja da equipe multidisciplinar, seja do corpo docente, como a alteração e atualização dos PPC's. Outras necessidades de atualização nesses PPC's dizem respeito ao excesso de componentes curriculares por período letivo, e a complexidade dos conteúdos abordados nestes componentes. Ramos (2014), baseada em outros textos, faz uma síntese dos principais fundamentos para a construção de um PPC:

[...] não reduzir a educação às necessidades do mercado de trabalho; construir e contar com a adesão de gestores e educadores responsáveis pela formação geral e da formação específica, bem como da comunidade em geral; articular a instituição com familiares dos estudantes e a sociedade em geral; considerar as necessidades materiais dos estudantes, bem como proporcionar condições didático-pedagógicas às escolas e aos professores; transformar o projeto de formação integrada em uma experiência de democracia participativa e de recreação permanente; resgatar a escola como um lugar de memória (Ramos, 2014, p. 97)

Finalmente, mas não menos elementar, elencamos uma série de fatores internos ligados ao corpo docente. A cultura institucional de valorização da docência, a motivação docente, a formação do professor, uma melhor distribuição entre os horários das aulas, da oferta de disciplinas, etc. Quando se fala em formação docente na atualidade naturalmente se pensa no uso das novas tecnologias que intermedeiam o ser humano e o conhecimento. Contudo, Kuenzer (2016) nos lembra que

[...] não basta formação na área específica acrescida de formação tecnológica; ela deverá ser respaldada por formação epistemológica e pedagógica que permita compreender como o aluno se relaciona com o conhecimento pela mediação das novas tecnologias, para que possa construir percursos formativos compostos por atividades integradas que levem ao conhecimento e à participação social, pelo desenvolvimento de competências cognitivas complexas a partir do acesso à teoria (Kuenzer 2016, p. 21).

Dentre os *fatores externos*, temos a conjuntura econômica e social, que também acaba inserida nas modalidades de fatores individuais e internos. Aqui podemos trazer mais uma vez a urgência na resolução de problemas básicos como a oferta precária ou inexistente de políticas públicas já consolidadas como uma garantia (a questão do transporte, a merenda escolar, a oferta atualizada de livros didáticos, a ampliação e construção de novos espaços do campus, entre outros).

Reforçamos a urgência na resolução dos problemas financeiros do campus, apesar de entendermos que é algo que perpassa os muros institucionais. Insistimos na necessidade de ampliação na quantidade de bolsas ofertadas pelo PRAAE no campus, ao ponto de beneficiar todos aqueles que se enquadram nos requisitos da política. Essa mesma ampliação de recursos financeiros irá resolver outros problemas elencados pelos estudantes, como a urgência na oferta de visitas técnicas e atividades práticas. Se estamos falando de cursos técnicos, onde a formação para o trabalho é um dos objetivos, parece ilógico pensarmos esses cursos sem uma conexão entre a teoria e a prática. É preciso pensar o trabalho como princípio educativo e, como tal, é preciso mediar a teoria com a prática. Conforme Kuenzer (2016, p. 15), é através do trabalho educativo que a teoria se faz prática, que se dá a interação entre consciências e

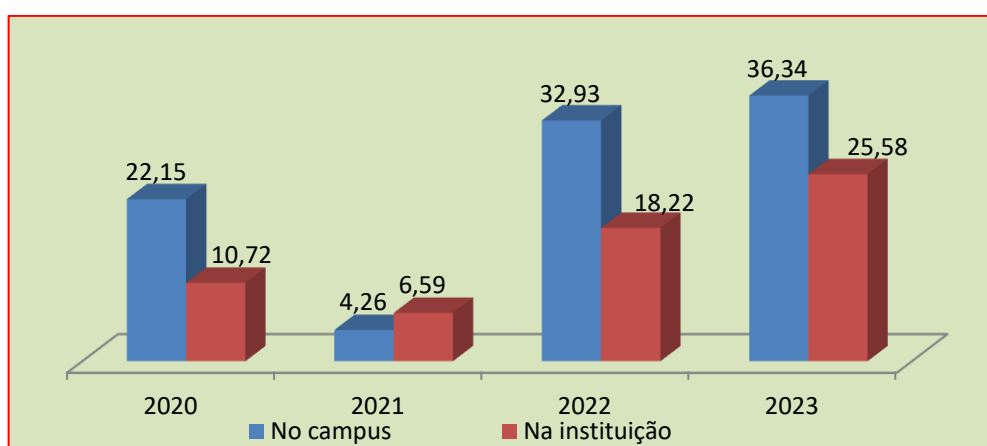
circunstâncias, entre pensamento e bases materiais de produção, configurando-se a possibilidade de transformação da realidade.

Acreditamos na necessidade de estudos atuais de viabilidade dos cursos ofertados pelo campus ou ao menos na urgência de atualização dos PPC's dos cursos em andamento. As parcerias com os órgãos públicos locais e com as empresas privadas locais também precisam urgentemente ser ampliadas para, assim, os estudantes terem a oportunidade de trabalho após a conclusão do curso e, conseqüentemente, sentirem-se valorizados na profissão.

Assim como os apresentados até aqui, Campos e Santana (2013, p. 3262), também consideram a estrutura das instituições de ensino, as práticas pedagógicas, a metodologia do professor, a dificuldade para assimilar o que é ensinado, etc., fatores internos que impulsionam a evasão. No caso dos fatores externos os autores destacam (p. 3268), entre outros, a incompatibilidade de horários de estudo com trabalho, a dificuldade ao cursar paralelamente outro curso, a falta de aptidão para com a profissão correspondente ao curso técnico abandonado, as dificuldades de deslocamento, a dificuldade de aprendizagem e desinteresse ante o autodesenvolvimento. Esses autores tornam-se fundamentais nessa pesquisa por também fazerem referência a um campus do IFS - no caso, o campus Itabaiana - e também por se tratar de estudos sobre um curso técnico na forma subsequente.

Após apresentarmos um rol de fatores que podem contribuir para o aumento da evasão no campus (com a certeza de que há outros), trazemos agora os dados apresentados no Gráfico 5, que mostram as taxas de evasão no campus e na instituição como um todo, enfatizando o período de 2022 a 2023. Ampliamos os dados para mais dois anos (2020 e 2021) para termos um melhor entendimento dos números atuais.

Gráfico 5 - Taxa de evasão (%) no *Campus* e no IFS (2020 – 2023)



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos dados da Plataforma Nilo Peçanha (2024)

Esses dados nos trazem algumas observações. A primeira é o reduzido número de evadidos no ano de 2021, muito provavelmente causado pela peculiaridade apresentada pela *Pandemia de Covid-19*. É possível que o cenário da Pandemia, com as aulas remotas quase que integralmente em 2020 e 2021, tenha influenciado nos índices de evasão em 2021 (ou até mesmo atrapalhado no levantamento desses dados). Aqui vale registrar que a taxa de evasão de toda a rede em 2021 foi de 18,70%.

Trazem-se agora duas ressalvas: a primeira é que praticamente nos dois primeiros anos de Pandemia as visitas técnicas com os estudantes e as viagens para capacitação e/ou participação em eventos dos servidores (despesas orçamentárias) basicamente não existiram. Assim, foi possível remanejar parte desses orçamentos para outros serviços, como as assistências estudantis dos *campi*. A segunda ressalva, que faz com que a primeira tenha uma importância ainda maior, é a de que o período da pandemia coincidiu com os cortes e/ou congelamentos dos orçamentos destinados às instituições federais de ensino.

Aproveita-se a oportunidade para reforçar, mais uma vez, que os anos de 2020 e 2021 não foram escolhidos justamente porque a política do PRAAE foi totalmente adaptada para atender às peculiaridades trazidas pela Pandemia de Covid-19. Essas adequações influenciaram na distribuição do Auxílio Permanência Estudantil. Baseado nos documentos internos estudados, nos relatórios de gestão e na experiência como servidor da instituição, durante o ano de 2021 o campus, através da CAE distribuiu aproximadamente 130 *Tablets* entre os estudantes. No mesmo período mais de 160 estudantes foram beneficiados com o APE³⁰ e outros 41 fizeram uso do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital. Finalmente, naquele ano 6 estudantes foram beneficiados com chips contendo 20 *Gigabits* no pacote de dados mensal (Projeto Estudantes Conectados). Esses dados são importantes no entendimento do quanto os dois anos anteriores a 2022 foram anormais, inclusive na distribuição dos auxílios do PRAAE³¹.

Traz-se para a discussão novamente a Tabela 5 (seção 2.1), com a peculiaridade do ano de 2021, já pontuada. É fundamental considerar o contexto político e econômico vivenciado pelo país desde o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Desde então, os orçamentos repassados pela união às instituições federais de EPT vêm caindo ano a ano ou, na melhor das hipóteses, sequer acompanharam a inflação anual (Silvestre *et al*, 2022, p.679).

³⁰ Foram lançados 3 editais em 2021, quase simultaneamente com o início de cada período letivo.

³¹ Todas as linhas de ações do PRAAE citadas, com exceção do APE, foram criadas exclusivamente para atender os estudantes durante a pandemia.

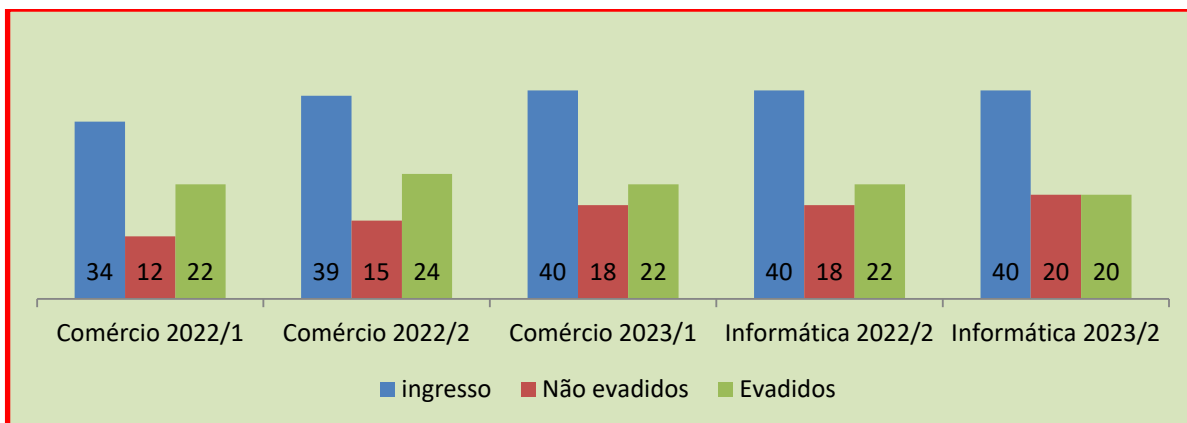
A segunda observação sobre o Gráfico 5 é a necessidade de se explorar esses dados relacionando-os com outros, para que se possa ter um panorama mais claro do contexto. Com exceção do ano de 2021, a evasão no campus foi bem mais alta do que a evasão na instituição Aliás, Tobias Barreto é o campus que apresenta a maior taxa de evasão anual³² em todo o IFS, segundo a PNP, com exceção do ano de 2022, quando foi o segundo. De novo, como membro da equipe multidisciplinar e das comissões que acompanhavam o ensino durante a pandemia, os dados dos relatórios, dos formulários discentes e docentes, as conversas com estudantes e professores, entre outros, apontam que no início da pandemia, mais especificamente no primeiro semestre de 2020, nosso campus sofreu bastante. As incertezas do momento, o pouco investimento financeiro para enfrentar a doença, a falta de formação de nossos profissionais para aquele momento, principalmente para os professores, tudo isso contribuiu para elevar os índices da evasão. Já a partir de 2022, o desgaste mental, a necessidade de aulas práticas exigidas pelos nossos cursos, a volta dos empregos no comércio e nas confecções têxteis locais (lembrar mais uma vez que estamos nos referindo aos estudantes do subsequente que são na grande maioria trabalhadores formais ou informais), entre outros, fizeram com que nossos estudantes também se evadissem.

Do Gráfico 6, de construção pessoal, baseado nos documentos estudados e no SIGAA³³, se compararmos com os dados do gráfico 5, perceberemos que a evasão apresentada neste último é maior. A explicação para isso é clara: Os dados do Gráfico 5 referem-se à evasão entre todas as formas de cursos técnicos ofertadas pelo campus. Já os dados do Gráfico 6 fazem referência apenas às cinco turmas ofertadas pelo campus na forma subsequente em 2022 e 2023 que, como já dito, é a que apresenta a maior taxa de evasão no campus.

³² Estamos considerando o período de 2017 até 2023, que foi quando a PNP passou a divulgar os dados.

³³ A consulta no SIGAA foi feita em 2024 e atualizada no mês de fevereiro de 2025.

Gráfico 6 - Ingresso, evadidos e não evadidos no Campus (subsequente) 2022/2023

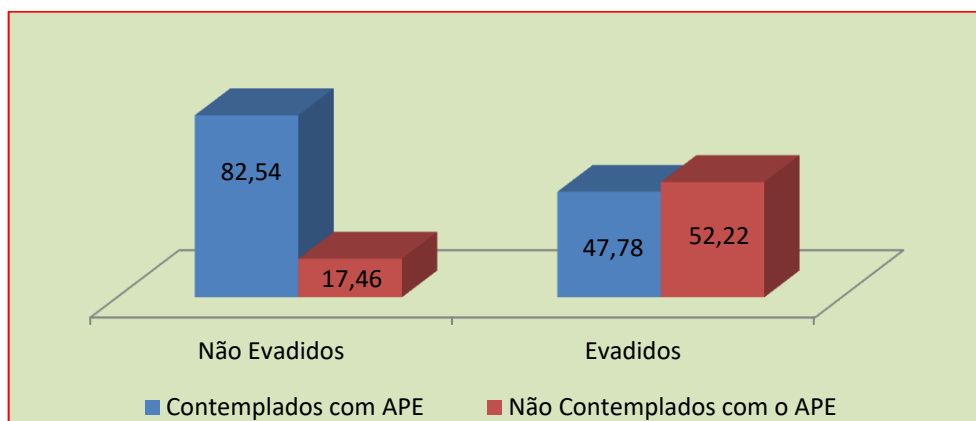


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos documentos analisados (2024).

Consideramos como evadidos, todas aquelas categorias apontadas pela PNP (abandono, cancelamento, reprovação, transferências internas e externas e desligamento). Por outro lado, estamos considerando como não evadidos no Gráfico 6 os estudantes que concluíram os cursos ou que estão com matrículas ativas ou trancadas.

Ainda pelos dados do Gráfico 6, dos 113 estudantes ingressantes na forma subsequente em 2022, 60,17% se evadiram. Da mesma forma em 2023 a evasão foi de 52,5% entre os 80 estudantes ingressantes³⁴. Frisa-se aqui que nem todos os estudantes ingressantes em 2023 concluíram seus cursos, já que nas turmas de Comércio os cursos contêm três semestres letivos e nas turmas de Informática, quatro semestres letivos. Ademais, nem todos os estudantes concluem o curso no prazo previsto.

Gráfico 7 - Relação entre a evasão e o APE entre os evadidos e não evadidos (%)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos documentos analisados (2025).

³⁴ As taxas de evasão no campus em 2022 e 2023, incluindo todas as formas ofertadas de cursos técnicos, foram de 32,93% e 36,34%, respectivamente, conforme o Gráfico 5.

Faz-se, a partir de agora, uma relação entre os estudantes que recebiam (ou não recebiam) o Auxílio Permanência Estudantil, discriminados no Gráfico 7. As informações, que se baseiam nos relatórios mensais (ou bimestrais) de acompanhamento da assistência estudantil, nos resultados dos editais que ofertaram o APE no período analisado e nas planilhas semestrais, documentos estes explicitados na metodologia, nos levam aos seguintes percentuais³⁵: Entre os evadidos, aproximadamente 52,22% não recebiam o APE. Sob outra perspectiva, entre aqueles que não se evadiram aproximadamente 82,54% recebiam o auxílio. Estes mesmos documentos demonstraram que dos estudantes que não recebiam o auxílio, 81,03% se evadiram, ou seja, menos de 20% dos estudantes que não recebiam, continuaram no curso. Esses dados ajudam a clarear o quanto nossos estudantes são dependentes dos auxílios do PRAAE e, conseqüentemente, corrobora na busca do objetivo primário da pesquisa.

3.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Quando analisamos a evasão, mais especificamente no contexto atual da EPT, automaticamente somos levados a relacionarmos os últimos dois séculos da Educação Profissional no Brasil, suas finalidades, o público a quem sempre foi destinado a EPT, etc. Os dados apresentados deixam claro que a EPT, mais que as outras modalidades de educação, apresentam problemas (antigos e atuais) que acabam contribuindo para a evasão.

No caso específico dos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto, que não apresenta muitas diferenças em relação a outros *campi* Brasil afora, combater a evasão perpassa por diversas questões, entre as quais melhoria na locomoção, no material didático, na merenda escolar, na infraestrutura institucional, na ampliação do número de bolsas do PRAAE, na atualização dos estudos de viabilidade entre os cursos ofertados e os indubitavelmente condizentes com a necessidade da população, etc.

Quando analisamos os fatores causadores da evasão não devemos enxergá-los de maneira isolada nem tampouco encarmos ao pé da letra. A título de ilustração, podemos mencionar o fator individual denominado “*qualidade da formação escolar anterior*”. Infere-se que ele aparece no rol de fatores individuais, mas poderia muito bem está no rol dos fatores

³⁵ Como nenhum estudante da turma de Informática 2023/2 foi cadastrado no PRAAE, considerou-se apenas as outras quatro turmas. Foi perguntado à CAE os motivos do não cadastramento dessa turma no programa e a resposta foi de que não havia recurso financeiro, conforme constatamos a informação posteriormente no Relatório de Gestão de 2024. Em consulta à página do PRAAE na internet, constatamos que o último edital para cadastro de novos estudantes foi lançado no início do primeiro semestre letivo de 2023. Naquela ocasião, 83 estudantes realizaram o cadastro. Depois disso, apenas os contemplados naquele edital puderam participar das atualizações cadastrais posteriores.

externos à instituição. Assim como muitos outros fatores, provavelmente a maioria, o rol descritivo pode pertencer a mais de uma categoria e, mais que isso, acaba-se chegando a uma categoria ainda maior que é a de uma política pública que abranja todo o processo educacional da vida do estudante.

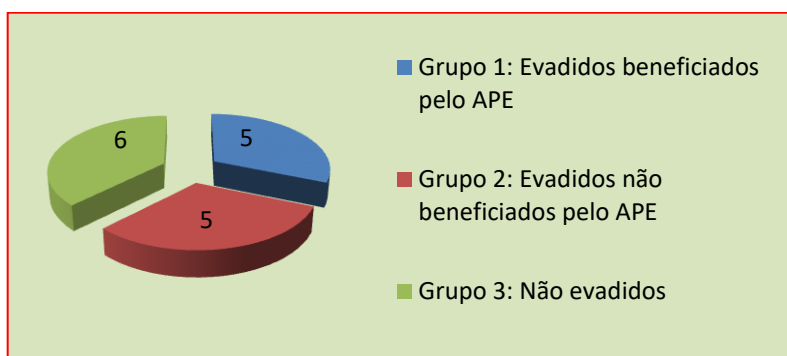
Outro exemplo é quando percebemos a necessidade da ampliação do número de estudantes contemplados com os auxílios do PRAAE. Não se trata apenas de mais estudantes contemplados. É preciso enxergar que os valores também precisam ser ampliados para atender às necessidades destes estudantes. Esses auxílios são ainda mais necessários quando analisados no contexto geral do campus, que não conta com merenda escolar e que os estudantes moram distantes e constantemente têm problemas com o transporte ofertado. Também convém considerar a realidade socioeconômica da cidade.

O próprio *Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica* (BRASIL, 2014) nos traz que: apesar dessas características estarem ligadas à ordem individual dos estudantes, as instituições de ensino devem se comprometer a buscar medidas que contribuam com a solução ou mitigação dessas questões (BRASIL, p. 19, 2014). Ou seja, é preciso que as políticas públicas educacionais se engajem não somente com a abertura de vagas para este público, conforme a exigência do mercado capitalista, mas também se preocupem em manter estes estudantes nas escolas. A evasão escolar é causada por uma gama de fatores e estes devem ser analisados como um todo.

4 A EVASÃO ESCOLAR NO CAMPUS TOBIAS BARRETO NA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Este capítulo discorre sobre os dados da pesquisa de campo realizada com estudantes e ex-estudantes dos cursos técnicos do Campus Tobias Barreto, na forma subsequente. É baseado nas entrevistas realizadas com os mesmos no mês de janeiro de 2025. Foram realizadas dezesseis entrevistas, conforme o Gráfico 8, distribuídas em três grupos³⁶. O *Grupo 1*, com estudantes evadidos e contemplados com o Auxílio Permanência Estudantil. O *Grupo 2* com estudantes evadidos e não contemplados com tal auxílio. Finalmente, o *Grupo 3* composto por estudantes não evadidos que concluíram o curso ou que continuavam estudando, independente de serem contemplados ou não com o auxílio. As respostas foram organizadas em sua totalidade e, mesmo não sendo um estudo comparativo, sempre serão consideradas as especificidades de cada grupo.

Gráfico 8 - Entrevistados distribuídos por grupos



Fonte: Tabulação própria do autor conforme dados da pesquisa (2024).

Utilizaremos o *Documento orientador para a superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica* (BRASIL, 2014), publicado pelo MEC, para categorizar as respostas das causas da evasão e retenção (fatores individuais, fatores internos à instituição e fatores externos à instituição). Este documento se mostra indispensável para ajudar alcançar os objetivos dessa pesquisa, por ser um documento construído pelo próprio MEC, voltado para a EPT, trazendo o conceito, as causas e as sugestões para a diminuição da evasão e da retenção. O mesmo documento servirá de base para elencar os fatores que aumentam as chances de evasão e de retenção classificando-os por tipo, por fatores gerais e por fatores específicos, conforme seu anexo C. Finalmente o utilizaremos para identificar as ações de intervenção sugeridas pelos entrevistados para

³⁶ Mais informações sobre os sujeitos da pesquisa já foram apresentadas no capítulo do processo metodológico.

diminuir a evasão (Anexo D do documento). Tais ações não se encontravam de maneira clara e estavam desordenadas ao longo do documento. Portanto, foi necessário organizar cada informação, de acordo com cada tópico.

Foi consultado também o *Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFS* (IFS, 2016), em pesquisa com os estudantes evadidos e retidos, o qual nos traz fatores causadores da evasão que estão de acordo aos apontados pelos entrevistados:

Entre os motivos apontados, o que levou os estudantes a evadirem foi, principalmente, a dificuldade de aprendizagem, a incompatibilidade de horários com outras atividades e/ou trabalho seguidos da não identificação com o curso e a dificuldade com o transporte escolar, este último para os *campi* do interior (IFS, 2016, p. 9-10).

Quando comparados os principais fatores causadores da evasão entre o documento do IFS e os entrevistados em Tobias Barreto, há uma compatibilidade, com exceção dos auxílios financeiros institucionais, onde em Tobias Barreto este fator sempre esteve entre os mais citados. Tal fator também é citado no documento, porém acreditamos ser de maneira vaga: “Os estudantes também destacam a melhoria da oferta do atendimento individualizado com professores, demais profissionais, ampliação dos auxílios e programas de monitoria como fatores que contribuem para diminuir a retenção” (IFS, 2016, p. 11).

A fonte primária utilizada para a construção deste capítulo foram as entrevistas. Contudo, faz-se necessário enxergá-lo como resultado das construções dos capítulos anteriores, bem como da experiência vivenciada diariamente pelo autor, como servidor do campus.

4.1 DADOS GERAIS DOS ENTREVISTADOS

Entre os entrevistados, dez eram evadidos e seis concluíram ou continuavam no curso. Entre os cinco estudantes evadidos do Grupo 1, todos concluíram com êxito pelo menos um período (dos quais dois se evadiram no último período do curso). Essa informação se mostra relevante porque deixa claro que com um pouco mais de cuidado a instituição poderia ter formado ao menos mais dois estudantes desse grupo. Quando consideramos todo o universo de estudantes evadidos, inclusive considerando nosso conhecimento como servidor da instituição, muitos outros se evadiram no último período do curso.

Entre os cinco estudantes evadidos do Grupo 2, quatro não concluíram nenhum período. Já entre os entrevistados do Grupo 3, três estudantes concluíram o curso e três

continuavam estudando. Além das informações prestadas pelos entrevistados, as mesmas foram consultadas no portal SIGAA.

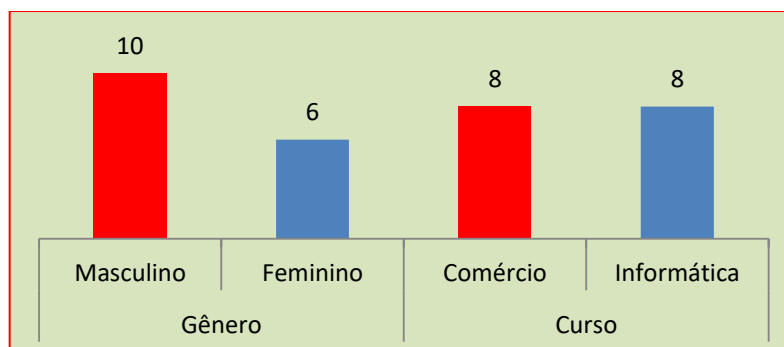
A forma como o estudante ingressa na instituição é um dado que pode também ser utilizado como ferramenta de ingresso e ainda pouco explorada. Dos 16 entrevistados, 14 ingressaram sem fazer uso de nenhuma espécie de cota, ou seja, ingressaram nas vagas reservadas à ampla concorrência. Esse fato chamou a atenção porque a ampla concorrência corresponde a apenas metade das vagas ofertadas. A outra metade é distribuída por grupos que levam em consideração fatores como a renda, a cor/raça, a proveniência da escola pública, entre outros. Apenas um entrevistado ingressou pela reserva de vagas do grupo B³⁷ e outro do grupo C³⁸. É preciso investigar os motivos que levam o candidato durante os processos de seleção a não fazerem uso das reservas de vaga. Será que falta informação? Será que a documentação comprobatória é complexa? Finalmente destaca-se que não foi perguntado a renda familiar dos estudantes durante as entrevistas e, quando buscou-se essa informação no SIGAA, 75% dos entrevistados não declararam a renda e 25% responderam ter renda familiar que variavam de meio salário mínimo até 1,5 salário mínimo.

No tocante ao gênero, dez eram do gênero masculino e seis do gênero feminino. No tocante ao curso, oito eram do Curso Técnico em Comércio e oito do Curso Técnico em Informática, conforme o Gráfico 9. Baseado em outros dados coletados nos documentos, há um nivelamento entre os gêneros no tocante à quantidade de estudantes que ingressaram no período considerado. Também é possível perceber o nivelamento entre os gêneros quando se olha para os números da evasão. A discrepância é escancarada quando analisamos os números isolados no curso Técnico em Informática. Aqui, 70% dos que ingressam nesse curso são do gênero masculino e, entre os 30% de ingressantes do gênero feminino, dois em cada três se evadem. Não é objetivo desta pesquisa analisar a evasão por gênero, mas destaca-se que nos últimos dez anos, seguindo uma tendência nacional, “o IFS tem desenvolvido iniciativas de inclusão de estudantes, a exemplo das ações de empoderamento do gênero feminino e LGBT nas iniciativas da Diretoria de Assuntos Estudantis” (IFS, 2022, p. 123), o que não significa que essas ações não possam ser ampliadas. Sobre a conclusão do ensino médio, 15 estudantes o cursaram na rede estadual de ensino e apenas um concluiu esta etapa na rede particular.

³⁷ Proveniente de escola pública ou escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniado com o poder público e renda inferior a 1 SM por pessoa.

³⁸ Proveniente de escola pública ou escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público, Renda superior a 1 SM por pessoa, Autodeclarado Preto, Pardo ou Indígena.

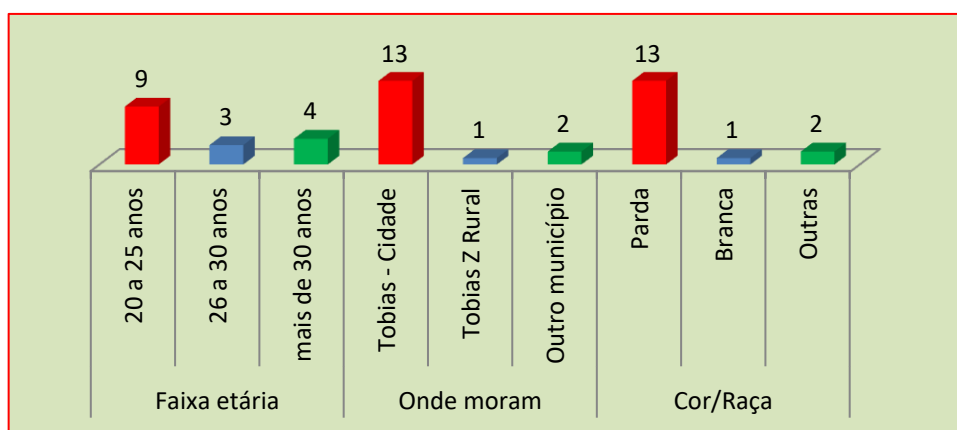
Gráfico 9 - Gênero e curso dos entrevistados



Fonte: Tabulação própria do autor conforme dados da pesquisa (2025).

A faixa etária de nove entrevistados era dos 20 aos 25 anos, três de 26 a 30 anos e quatro tinham mais de 30 anos. No quesito relacionado à cor/raça³⁹, treze se autodeclararam pardos, um branco, um negro e um latino. Quando questionados onde moravam, treze responderam que moravam na cidade de Tobias Barreto, dois na zona rural de Itapicuru e um na zona rural de Tobias Barreto, conforme Gráfico 10. Os três entrevistados que disseram morar na zona rural se evadiram do curso, o que representa um dado importante para esta pesquisa.

Gráfico 10 - Faixa etária, local de moradia e cor/raça dos entrevistados



Fonte: Tabulação própria do autor conforme dados da pesquisa (2025).

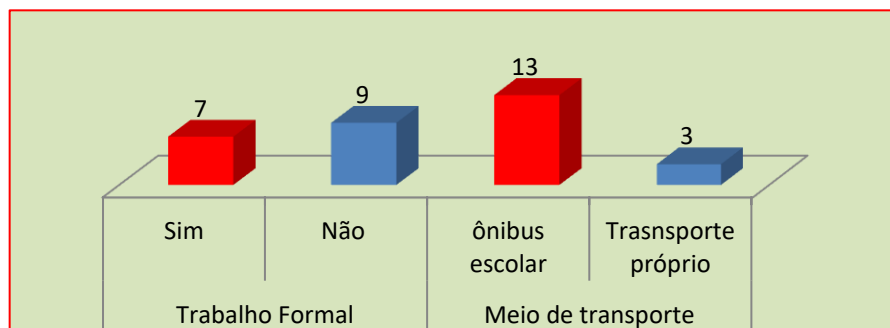
Quando perguntados se trabalhavam, sete responderam trabalhar formalmente e nove responderam estar desempregados, não trabalhavam ou faziam serviços informais. Traz-se

³⁹ Baseado no Manual Quesito Cor/Raça e Etnia do Senado Federal, o quesito cor ou raça é uma classificação usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 2020 para denominação étnica ou racial das pessoas no Brasil. Essa classificação inclui os termos: preta, parda, amarela, indígena ou branca. Cada uma dessas categorias é autoatribuída, ou seja, a própria pessoa se autodefine como pertencente a algum desses termos. O documento pode ser acessado em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642501/Manual_quesito_cor_raca_etnia_SF.pdf.

para a discussão, Santos (2021)⁴⁰ que, quando buscou saber a porcentagem de estudantes do campus que trabalhavam (também na forma subsequente), mais de 67% responderam que trabalhavam. Comparando as duas pesquisas, conclui-se que é um público onde grande quantidade trabalhava e estudava.

Sobre o meio de transporte que utilizavam para ir ao campus, três disseram ir de transporte próprio (a moto foi a única resposta para os três) e treze responderam que utilizavam o transporte oferecido pela prefeitura, conforme o Gráfico 11 (os três estudantes da zona rural faziam uso de dois transportes escolares: um até a cidade e outro até o campus). No tocante ao transporte, a dependência do ônibus ofertado pela prefeitura nos últimos quatro anos se intensificou, já que, segundo Santos (2021), “a forma como o estudante ia à instituição revelava uma forte dependência daquele meio de transporte”, contudo, a porcentagem dos que o utilizavam era em torno de 43%. Não podemos deixar de destacar a necessidade urgente de a instituição agir no tocante ao transporte como um todo, mas principalmente para os estudantes que moram nos bairros mais distantes, em outros municípios e na zona rural.

Gráfico 11 - Meio de transporte e trabalho formal dos entrevistados



Fonte: Tabulação própria do autor conforme dados da pesquisa (2025).

Quando questionados sobre quais auxílios do PRAAE receberam, com exceção do APE, todos disseram ter recebido uma camisa de farda⁴¹. A maioria disse que recebeu ao menos uma vez lanches de iniciativa da CAE. Finalmente, alguns disseram ter recebido um kit contendo mochila, caderno e estojo. Registra-se aqui também a necessidade de se distribuir mais material escolar para estes estudantes, como mais fardamentos e cadernos. Nas

⁴⁰ Sempre que se fazer pertinente, utilizaremos o trabalho de Santos (2021), seja para confrontar, seja para reforçar os dados e informações obtidas nas entrevistas, resultante de sua pesquisa de mestrado realizada nesse mesmo campus, com estudantes também da forma subsequente, porém com objetivos diferentes.

⁴¹ Muitos entrevistados reclamaram do fato de ter recebido apenas uma camisa de farda, porque não era suficiente, principalmente para os que não se evadiram e para os que passaram mais tempo frequentando as aulas. Outros ainda reclamaram da qualidade do material.

conversas com os entrevistados ficou claro que uma camisa não era suficiente para todo o curso e muitos não tinham condições de pagar para fazer uma farda.

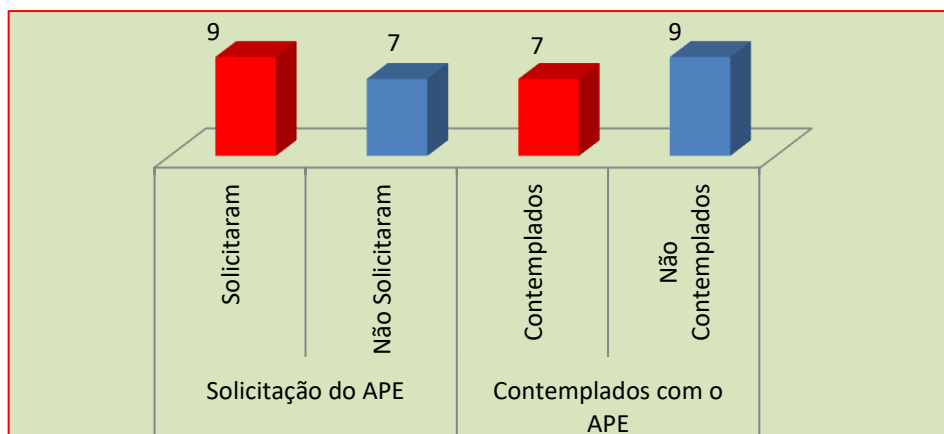
4.2 A INFLUÊNCIA DO AUXÍLIO PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO COMBATE À EVASÃO

Buscando responder ao problema de pesquisa proposto neste trabalho, trazem-se agora as informações coletadas nas entrevistas no tocante à importância dos auxílios do PRAAE para os nossos estudantes. Estas devem ser analisadas de maneira conjunta com todo o trabalho produzido. Teixeira (2016) considera que a assistência estudantil deve ser vista não apenas como um investimento por parte do Estado, mas como uma necessidade para que as instituições consigam desenvolver ações de enfrentamento das desigualdades de acesso e permanência nas instituições de ensino (Teixeira, 2016 *apud* Souza, 2023. P. 43).

Quando questionados sobre o APE, onze entrevistados responderam que não sabiam da existência dos auxílios do PRAAE antes de se matricularem no curso. Já entre os cinco que responderam saber da existência, quatro disseram que esse fato influenciou a se matricular no curso. O entrevistado 6 relatou: “sim, influenciou a se matricular porque era uma forma de ajudar também nas outras despesas, no transporte, em casa”. Outro entrevistado, o 16, respondeu: “foi uma das coisas que mais me motivou porque a gente que... que sobrevive de bolsa família então a gente não consegue pagar um curso. Então a gente vai pensando em ter pelo menos para o transporte, para o lanche”.

Entre os dezesseis entrevistados, nove solicitaram o auxílio, dos quais sete foram contemplados e dois não, conforme Gráfico 12. Os dois que não foram contemplados alegaram que não finalizaram a inscrição porque tiveram dificuldades no preenchimento dos formulários ou na comprovação das informações. Os dois acabaram se evadindo. Em seu artigo sobre o acesso à política de assistência estudantil, Rocha (2023) relata que um percentual considerável não é avaliado no quesito de situação socioeconômica porque são indeferidos já na entrega da documentação, pela sua incompletude. A autora acredita que os candidatos passam por um processo de exclusão digital, no qual há limitado manuseio de determinados sites e programas, bem como pouca leitura e compreensão dos editais. Fazendo uso da minha experiência profissional no campus, bem como baseado nas respostas de alguns dos entrevistados, esse contexto se aplica também ao Campus Tobias Barreto.

Gráfico 12 - Entrevistados que solicitaram e/ou foram contemplados com o APE



Fonte: Tabulação própria do autor conforme dados da pesquisa (2025).

Mesmo entre os sete entrevistados contemplados com o APE, alguns também relataram os mesmos problemas ao preencher os formulários. Entre os sete que não solicitaram o auxílio, três disseram que desconheciam a existência dos mesmos, dois disseram ter pegado os formulários, mas tiveram dificuldades no preenchimento e desistiram de enviar e dois responderam não ter solicitado por haver estudantes mais necessitados que eles.

Concordamos com o pensamento de Martins (2020), quando discorre que a falta de uma divulgação mais efetiva da política de assistência estudantil, atrelado a um edital de difícil acesso para alguns, pois, muitas vezes disponível apenas no sítio do Instituto e com informações muitas vezes não claras, acaba por justificar porque tantos estudantes, até mesmo aqueles que recebem o benefício, desconhecem o impacto que o auxílio causa no seu êxito acadêmico (Martins, 2020, p. 78). Mesmo reconhecendo a importância do trabalho de divulgação dos editais do PRAAE, seja através da equipe multidisciplinar, da CAE ou de outros setores do campus, acreditamos que podemos ampliar as formas de divulgação ainda mais.

O entrevistado 8, que não solicitou o APE, fez o seguinte relato: “eu acredito que não foi oferecido pra gente. Eu acredito que tanto eu como o resto da minha turma não souberam de forma clara e objetiva do que se tratava o PRAAE, o que era o PRAAE e, principalmente, como solicitar”. O entrevistado 5 relatou que: “eu nunca soube da existência desse auxílio aí... também nunca me ofertaram né? [...] foi negligência da parte da instituição”. Nessas falas não podemos deixar de observar a necessidade urgente da melhoria da comunicação institucional.

Os entrevistados também foram questionados sobre como utilizavam (ou utilizariam, caso fossem contemplados) o APE, Conforme o Gráfico 13. A compra de merenda escolar

(lanche) e a utilização para pagar um transporte foram as respostas mais comuns citadas por nove e oito entrevistados, respectivamente.

Gráfico 13 - Utilização do Auxílio Permanência Estudantil dos entrevistados



Fonte: Tabulação própria do autor conforme dados da pesquisa (2025).

Essas respostas foram as mais citadas por motivos óbvios: no primeiro caso porque a instituição não disponibiliza merenda escolar para os estudantes e no segundo caso porque mesmo havendo a disponibilidade de ônibus cedido pela prefeitura, as queixas eram quase que unânimes e diversificadas (o ônibus era cheio; atrasava muito; chegava muito tarde porque fazia um percurso longo; não contemplava a todos; três estudantes dependiam de outro transporte para chegar à cidade; entre outros motivos citados).

A questão dos auxílios financeiros acaba afetando diretamente duas dificuldades relatadas em grande escala pelos estudantes: o transporte e alimentação, exemplificadas na fala do entrevistado 8, que relatou: “eu precisei muito dos auxílios financeiros (e não recebia) para custear o transporte, principalmente para eventos, que são extraclasse, palestras, tudo mais que a gente precisa se deslocar até lá, bem longe. E eu não tinha condições de pagar um transporte. Daí a maioria das vezes eu perdia. Todos basicamente, nem a maioria, todos eu perdi. [...] pensei em desisti, mas a gente tenta continuar porque já está envolvido e pela garantia de ser o IFS... o ensino é de excelente qualidade”.

A fala acima, que não é isolada entre os entrevistados, reflete diretamente em algumas situações, entre as quais a necessidade de ampliação das bolsas e dos valores das mesmas. Muitos dos trabalhos acadêmicos analisados nesta pesquisa, a exemplo de Martins (2020), destacam a importância da participação dos estudantes em atividades extraclasse como contribuição para êxito e permanência, mas observam também a necessidade de mais auxílios para que esses estudantes possam ter maior possibilidade para participar.

Se o estudante não consegue chegar à escola nos horários normais das aulas por problemas muitas vezes relacionados à precariedade dos auxílios financeiros, parece óbvio que esta mesma dificuldade precisa ser reparada para sanar as demandas estudantis no tocante aos outros dois pilares do tripé institucional, que são a pesquisa e a extensão.

O problema do transporte escolar poderia ser resolvido totalmente com a aquisição de ônibus pelo próprio IFS. Aliás, essa já é uma demanda da comunidade disponibilizada no PDI desde 2021. O prazo discriminado no documento é de até cinco anos, mas condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira (IFS, 2022, p. 212).

A construção da cantina no campus, o passo inicial para resolver o problema da merenda escolar, também é uma demanda discriminada no PDI desde 2021 e com previsão de concretização até 2024. Também nunca se concretizou por estar condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira (IFS, 2022, p. 212).

Ainda sobre como utilizar os recursos, o pagamento de dívidas pessoais, a compra de material escolar e a utilização para se aperfeiçoar na área foram citadas duas vezes cada. Houve ainda uma resposta de compra de bens de uso de higiene pessoal e uma outra de que utilizaria o recurso para poder se dedicar aos estudos, sem ter que trabalhar. Percebe-se que alguns estudantes são tão carentes financeiramente a ponto de utilizarem o recurso do PRAAE para ajudar nas despesas de casa. Aqui também se observa uma fala que contempla bem um dos objetivos primários das assistências estudantis, que é dar condições para que o estudante possa se manter na instituição.

Mesmo com um trabalho desenvolvido com estudantes do ensino médio integrado, concorda-se com Martins (2020) quando diz que

[...] mesmo que o valor da bolsa não seja suficiente para todas as despesas com a educação, ele ainda ajuda e consegue impactar positivamente tanto na vida acadêmica quanto pessoal do bolsista, pois garante que os estudantes comprem material escolar, se alimentem melhor e consigam se deslocar para a instituição, além de ajudar os pais em casa, refletindo num melhor desempenho acadêmico e na permanência nas aulas (Martins, 2020, p. 91-92).

Quando questionados sobre ter tido dificuldades financeiras ou materiais enquanto estudavam, nove entrevistados responderam que sim e que essas dificuldades fizeram pensar em desistir do curso. Entre esses nove, seis eram dos grupos 1 ou 2 e, portanto, se evadiram. Esses dados corroboram com o objetivo central desta pesquisa.

Os entrevistados do Grupo 1 foram questionados sobre quais mudanças no APE fariam eles continuarem no curso. Um respondeu que não havia uma relação entre o auxílio e o fato de permanecer ou não no curso. Quatro responderam que continuariam no curso caso o valor

fosse mais significativo (entre esses quatro, dois também disseram que deveria ser ofertados outros auxílios, como para moradia, transporte e internet para fazer as atividades em casa). Para o Grupo 2, foi perguntado se continuariam no curso, caso tivessem sido contemplados com APE, com quatro respostas afirmativas e uma negativa. Finalmente, no Grupo 3, os dois estudantes que recebiam o APE disseram que se evadiriam, caso não tivessem sido contemplados.

Sobre esse questionamento, ou seja, sobre as mudanças no APE, o entrevistado 16 relatou o seguinte: “eu teria concluído o curso se tivessem me dado um valor fixo destinado ao transporte ou ao aluguel e se houvesse menos burocracia. [...]deviam ter me ouvido e suprido minha necessidade com transporte ou aluguel, já que eu tinha relatado tais dificuldades várias vezes”. Rocha (2023), discorrendo sobre a destinação, execução e/ou exclusão da política de assistência estudantil, enfatiza a necessidade de superação da barreira burocrática, também citada pelos nossos entrevistados:

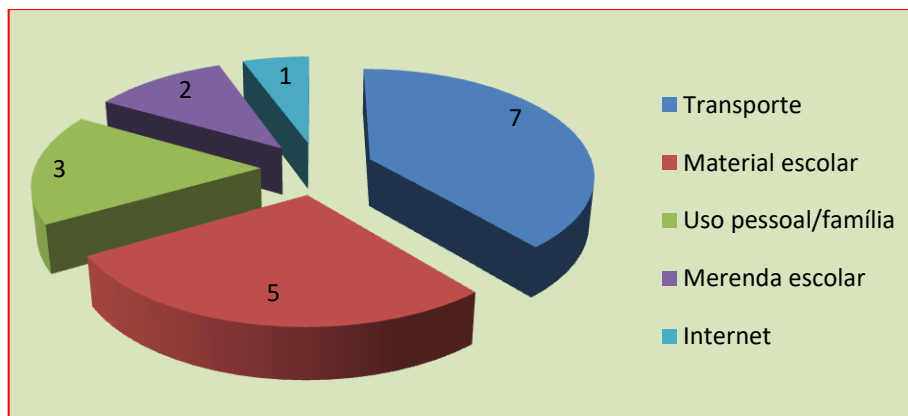
Em relação ao processo de execução da política de assistência estudantil conclui-se que embora se refira a um direito social (acesso e permanência na educação) e venha a contribuir neste quesito, o seu processo de inserção está alicerçado na conquista, para aqueles que ultrapassam também a barreira burocrática e operacional. [...] Na formulação e execução de uma política pública é necessário considerar medidas para minimizar processos de exclusão, bem como respeitar a prerrogativa de profissionais técnicos, para superar barreiras burocráticas e/ou operacionais. O acesso deve ser garantido e tratado como direito e não palco para uma disputa entre aqueles que chegarão até o final do processo (ou não) (Rocha, 2023, p. 5).

Os dados do Gráfico 13 seguem a mesma tendência das respostas discentes apresentadas por Santos (2021)⁴². Quando questionados sobre a importância do auxílio financeiro⁴³ e como o utilizavam, em resposta aberta e não obrigatória, treze estudantes responderam à pergunta. Cada um podia citar mais de um uso e, portanto, o número é maior que treze. O Gráfico 14 traz a compilação dessas respostas.

⁴² Ressalta-se que o campus operava as atividades de ensino de forma remota desde março de 2020 até, pelo menos o início do segundo semestre de 2022, devido a Pandemia de Covid-19. À luz do exposto, precisa-se escrutinar com cuidado os dados daquele trabalho, a exemplo da não dependência do transporte escolar por mais de um ano, já que esses estudantes estudavam remotamente. O fator merenda escolar também perdeu um pouco da sua importância, pelos mesmos motivos.

⁴³ Auxílio financeiro, na pesquisa de Santos (2021) é o termo semelhante para Auxílio Permanência Estudantil, adotado no nosso trabalho.

Gráfico 14 - Utilização do Auxílio Financeiro, conforme Santos (2021)



Fonte: Tabulação própria do autor, adaptado de Santos, 2021 (2025).

Conforme o Gráfico 14, a utilização do auxílio para a compra de material escolar, para a merenda e para o uso pessoal, foi citada por cinco, dois e três estudantes, respectivamente. A utilização para internet também foi citada uma vez. O transporte, há tempos, é o principal uso feito com o recurso pelos estudantes beneficiados com o APE, conforme os dois gráficos analisados.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a relação entre os auxílios do PRAAE e sua relação com a evasão no campus. No entanto, não devemos deixar de analisar as respostas dos estudantes que não se evadiram ou que se evadiram mesmo sendo beneficiados pelos auxílios da assistência estudantil.

Se fizéssemos isso, estaríamos caindo no fosso de que o PRAAE é a solução para o problema da evasão. Sabemos que há diversos outros fatores causadores da evasão que não têm causa direta com os auxílios financeiros. Sabemos que há estudantes que se evadem mesmo sendo amparados pelos auxílios. Como exemplo, podemos citar a evasão causada pela dificuldade na relação entre os pares ou entre os estudantes com os professores. Mesmo nossos professores tendo sido elogiados e considerados pelos entrevistados como decisivos para muitos não se evadirem, não podemos deixar de relatar que houve casos citados onde a reação professor-estudante contribuiu para que este último se evadisse.

Ainda poderíamos citar a saída do estudante que se evadiu para cursar uma faculdade ou para cuidar dos pais doentes. Ou poderíamos citar o caso dos estudantes que não se evadiram, mesmo não sendo beneficiados pelo PRAAE. Isso, porém, não significa minimizar a importância e a necessidade urgente de aprimorarmos nossa política de assistência estudantil e, obviamente apontarmos caminhos para a diminuição de outros causadores da evasão.

Para melhor entendimento, traz-se agora o resumo de duas falas de entrevistados que não se evadiram. O entrevistado 15, que não era beneficiado pelo APE e que continuava estudando, mesmo não recebendo o auxílio e mesmo com um quadro de transtorno de ansiedade generalizada, não desistiu. O mesmo relatou dificuldades com alguns professores e com alguns colegas, mas que nada disso foi suficiente para que ele abrisse mão de querer concluir o curso numa instituição renomada como o IFS.

Já o entrevistado 8, mesmo chateado com o fato do APE nunca ter sido ofertado para ele, o que causou muita dificuldade financeira a ponto de prejudicá-lo nas atividades extraclasse (como cursos e palestras), ou até mesmo dele passar fome por não ter dinheiro para lanche, relatou que teria desistido do curso se não fosse pelas qualidades do IFS.

4.3 FATORES QUE INFLUENCIARAM NA EVASÃO DOS ESTUDANTES

Foi feita a seguinte pergunta aos dez entrevistados dos grupos 1 e 2: Quais outros motivos te fizeram desistir do curso? Essa mesma pergunta foi adaptada aos entrevistados do Grupo 3, ficando assim: Quais outras dificuldades que você enfrentava para estar no curso e que ti fizeram pensar em desistir? O Quadro 4 apresenta as dificuldades apresentadas pelos entrevistados, distribuídos por grupos de fatores, além da frequência em que foi citada.

Quadro 4 - Dificuldades apresentadas pelos entrevistados

Grupo	Fatores específicos	Frequência
Individuais	Dificuldades Financeiras	9
	Dificuldade em conciliar estudo e trabalho	5
	O curso não correspondeu às expectativas	5
	Problemas de saúde	2
	Necessidade de trabalhar	1
	Preferência por cursos superiores	1
Externos à Instituição	Dificuldade de transporte para a instituição	7
	Distância entre a instituição e a residência	2
Internos à Instituição	Insuficiência ou falta de recursos do programa de assistência estudantil	10
	Complexidade dos conteúdos abordados no curso	8
	Dificuldades na relação professor-estudante	8
	Indisponibilidade de merenda escolar	6
	Falha na comunicação da instituição com o estudante	6
	Excesso de cobrança dos professores	6
	Deficiência ou falta de formação pedagógica dos docentes	3
	Dificuldade de realização de aulas práticas	3
	Falta de regularidade no pagamento das bolsas de assistência estudantil	3
	Dificuldades na relação estudante-estudante	3
	Falta de acompanhamento e apoio pedagógico	2
	Falta de professores em algumas disciplinas	2
	Inadequação do turno de oferta	2
	Alta rotatividade de professores em algumas disciplinas	2
	Descontinuidade na oferta de bolsas (auxílios específicos)	1

Dificuldade de obter material para execução de trabalhos e aulas práticas	1
---	---

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2025).

As respostas foram organizadas como sendo fatores internos ou externos à instituição e individuais, conforme BRASIL (2014). Também organizou-se as respostas em fatores específicos e fatores gerais. Cada entrevistado poderia citar mais de uma resposta, as quais seguem discriminadas a seguir.

4.3.1 Fatores individuais e fatores externos à instituição citados pelos entrevistados

Entre os fatores individuais, nove entrevistados disseram que tiveram dificuldades financeiras⁴⁴, enquanto estudavam e essas dificuldades o fizeram pensar em desistir do curso. Mesmo sendo considerado um fator individual, reconhecemos que esse também se classifica como um fator externo à instituição, na medida em que as dificuldades financeiras são reflexos do cenário econômico do país que apresenta altas taxas de desemprego. O estudante não passa por dificuldades financeiras porque não quer trabalhar, mas sim pela dificuldade em se encaixar no mundo do trabalho. Souza (2023) discorre que

A questão financeira pode ser um agravante para a permanência de muitos jovens e adultos na escola, pois, ao mesmo tempo em que têm convicção de que com os estudos podem buscar novas possibilidades de trabalho e aumentar a sua renda e ajudar seus pais, as dificuldades de se manter neste momento estudando e trabalhando e conciliar os dois são complexas (Souza, 2023. P. 62).

A dificuldade em conciliar estudo e trabalho e o fato do curso não corresponder às expectativas foram citados cinco vezes cada um⁴⁵. Souza (2023) nos diz que, entre tantos fatores, a necessidade de trabalhar faz com que os estudantes desistam da escola. A autora sintetiza que a relação do trabalhador estudante com a evasão, muitas vezes é definida pela impossibilidade de conciliar trabalho e estudo (Souza, 2023, p. 51). Contudo, concordamos com Ferreira, J. (2021, p. 37) quando aponta a necessidade de se elaborar estratégias institucionais possíveis para minimizar a problemática, como otimizar o tempo em sala de aula para realização de exercícios e atividades, em detrimento de realização desses em períodos extraclasse.

Problemas de saúde foram citados duas vezes e a necessidade de trabalhar e a preferência por um curso superior foi citado uma vez cada. No tocante aos problemas de

⁴⁴ Desses nove, seis se evadiram.

⁴⁵ Dos cinco que citaram esses dos fatores, três se evadiram.

saúde apresentados, hoje o campus não conta com profissionais médicos ou de enfermagem na sua equipe multidisciplinar.

Ressaltamos que, baseado nos Relatórios de Gestão analisados, torna-se cada dia mais necessária a preocupação com a saúde dos estudantes do nosso campus, tendo em vista alguns dados, entre os quais o crescente número de estudantes com necessidades específicas atendidas pelo NAPNE. Para efeito de comparação, em 2022 o setor acompanhava apenas um estudante. Em 2023 este número subiu para oito e em 2024 para dezenove.

O entrevistado 15, sobre os fatores individuais envolvendo a saúde, trouxe o seguinte relato: “eu tenho transtorno de ansiedade generalizada, então a ansiedade influencia diretamente no meu dia-a-dia e eu acabava muitas vezes faltando o curso por causa do meu diagnóstico”. Quando questionado se a instituição fez algo para amenizar tal problema, o mesmo disse que faz acompanhamento com o psicólogo do campus e que isso o ajudou bastante.

Dois fatores externos à instituição foram citados nas entrevistas: a dificuldade de transporte para a instituição, já bastante explorada nesta pesquisa, (citado sete vezes) e a distância entre a instituição e a residência do ex-estudante (citado duas vezes).

4.3.2 Fatores internos à instituição citados pelos entrevistados

Seis grupos de fatores gerais, internos à instituição, são predominantes entre os citados: (i) a existência e abrangência dos programas institucionais, (ii) as questões didático-pedagógicas, (iii) a atualização, estrutura e flexibilidade curricular, (iv) a gestão acadêmica do curso, (v) a gestão administrativa e financeira da unidade de ensino e (Vi) a formação do professor. A seguir discriminaremos cada um dos fatores específicos de cada um dos grupos de fatores gerais.

No grupo *existência e abrangência dos programas institucionais* temos a insuficiência ou falta de recursos do programa de assistência estudantil, que foi citado por dez entrevistados; a indisponibilidade de merenda escolar, citado por seis entrevistados; a falta de regularidade no pagamento das bolsas de assistência estudantil, citado três vezes e a descontinuidade na oferta de bolsas, citado uma vez.

Sobre os auxílios, ou melhor, sobre o valor dos auxílios, o entrevistado 6 relatou: “eu concluiria o curso se o valor do APE fosse maior, meio salário mínimo, como são as bolsas da UFS, por exemplo. Não só a mim como outros colegas. Muitos trabalham meio período no

comércio e acabam recebendo esse valor e talvez seja uma forma de, ao invés de está trabalhando estudava e recebia aquela parte que recebe trabalhando, pra estudar”.

Já no grupo *questões didático-pedagógicas* as dificuldades na relação professor-estudante foi citado oito vezes⁴⁶; a falha na comunicação da instituição com o estudante foi citado seis vezes⁴⁷; o excesso de cobrança dos professores foi citado seis vezes⁴⁸ e as dificuldades na relação estudante-estudante foram citadas três vezes. A relação professor-estudante é algo a ser levado em consideração, já que, conforme Souza (2023),

O professor, no contexto educacional, desempenha a função de mediador do ensino e da aprendizagem, logo, seu papel é de fundamental importância para o bom desempenho do aluno, uma vez que sua atuação, por meio de práticas educativas inovadoras, “pode despertar no aluno o interesse, a curiosidade e o desejo de aprender de forma significativa” (Souza, 2023, p. 63).

A falha na comunicação com o estudante, que aparece numa frequência alta, seja com o professor, seja com a instituição, seja com a equipe multidisciplinar, contribuiu bastante para a evasão de muitos estudantes, conforme o relato do entrevistado 6: “assim, no meu caso né? Desisti faltando poucos meses para concluir o curso. Eu acredito que a própria equipe deveria ter me procurado, não me recordo deles terem me procurado pra poder saber o motivo de não estar indo às aulas”. Como foi relatado na *seção 3.1*, os membros da equipe multidisciplinar do campus entram em contato com os responsáveis para relatar problemas de assiduidade, aprendizagem ou quaisquer outros problemas acadêmicos. No caso dos estudantes da forma subsequente a equipe entra em contato com o próprio estudante, por já ser maior de idade. Como membro da equipe, acredito que precisamos rever essas ações para que possamos atender integralmente a todos os estudantes e, consequentemente, evitar a evasão. A fala do entrevistado 6 reforça também a necessidade de melhoria nos protocolos de comunicação entre os próprios servidores.

Ainda sobre esse grupo de fatores, Saltine (2008) relata que

[...] é por meio da interação afetiva do estudante com o professor e com seus colegas de classe que ocorre a troca de informações pelo diálogo, no qual todos vão se desenvolvendo intelectualmente na interação das atividades propostas. Quando o estudante sente no olhar do professor que é bem-vindo, reconhecido e que aprender é compartilhar e interagir com diferentes formas de pensar e dizer torna-se autônomo e aprende a construir o próprio conhecimento (Saltine, 2008, *apud*, Ferreira, J., 2021, p. 41) .

⁴⁶ Desses oito, cinco se evadiram.

⁴⁷ Dos seis, quatro se evadiram.

⁴⁸ Dos seis, quatro se evadiram.

O grupo *atualização, estrutura e flexibilidade curricular* apresentou um único fator específico, que foi a complexidade dos conteúdos abordados, contudo, oito entrevistados citaram esse fator, dos quais cinco acabaram se evadindo do curso.

Sobre este ponto, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), discorrem que o perfil do estudante da EPT demonstra a importância da flexibilidade do currículo e de horário para cursar as unidades, uma vez que, não é possível conceber uma política de educação básica e profissional para adultos e trabalhadores nos mesmos moldes da educação regular em termos de duração, tempos e espaços curriculares, conteúdos e abordagem pedagógica (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005, *apud* Ferreira, D., 2021, p. 109) . Só precisamos ter o cuidado de não confundir flexibilidade com aligeiramento e precarização da formação, ou segregação das finalidades e objetivos educacionais.

Transcrevemos agora a fala do entrevistado 16 que abrange diversos fatores, como as questões didático-pedagógicas e a necessidade de atualização e flexibilidade curricular: “o motivo que me fez desistir do curso foi a falta de interesse dos professores. Não entregavam todo o conteúdo. Deixavam que a gente se virasse. Você faz em casa o que der e a maioria das pessoas trabalhava e não tinha tempo. E aí como é que você ia aprender sozinho o conteúdo? Quando chegava em sala pra tirar a dúvida com os professores, geralmente estavam em conversas paralelas e nunca dava todo o conteúdo em sala de aula. Tudo *PDF*, *PDF*, pra casa. Eu sempre relatei que minha dificuldade era não ter tempo de estudar em casa. Sempre pedi que dessem aula e brincassem menos porque a nossa necessidade era estudar no campus e não pegar um *PDF* e estudar em casa”.

O grupo *gestão acadêmica do curso* apresentou os seguintes fatores: dificuldade de realização de aulas práticas, citado por três entrevistados; inadequação do turno de oferta, citado duas vezes e falta de acompanhamento e apoio pedagógico, também citado duas vezes.

A *gestão administrativa e financeira da unidade de ensino* foi citada nos seguintes fatores: falta de professores em algumas disciplinas e alta rotatividade de professores, ambos citados duas vezes.

Em 2024 o IFS finalizou o maior concurso para docentes da sua história⁴⁹, com mais de 180 vagas imediatas distribuídas em todos os *campi*. Tobias Barreto foi contemplado com a chegada de diversos professores. Esses professores chegam para substituir boa parte dos docentes que solicitaram remoção além daqueles que ocuparam as vagas antes preenchidas por professores substitutos. Finalmente, com a ampliação das turmas do EMI e a perspectiva

⁴⁹ Há também um concurso vigente para técnico administrativo. Tobias Barreto já foi beneficiado com novos servidores também.

do início de cursos superiores (para 2026), outros docentes também foram nomeados para o campus. Acredita-se que esse quadro pode ser a solução de vários problemas apontados pelos entrevistados, desde o déficit de professores até mesmo problemas pontuais envolvendo a relação professor-estudante.

Tendo por base os Relatórios de Gestão analisados, até o fim de 2024 o quadro de servidores já havia aumentado em relação aos últimos cinco anos, contando apenas com a nomeação dos servidores técnicos administrativos em 2024. Assim que os professores do último concurso forem todos nomeados, a previsão é que o quadro docente seja ampliado de aproximadamente quinhentos para mais de seiscentos e oitenta professores efetivos.

Em matéria publicada no site da instituição durante a solenidade de posse dos professores no dia 25 de março de 2025, o Pró-reitor de ensino adiantou que diversos servidores empossados vão também integrar o quadro de professores de novos cursos de nível superior que serão ofertados brevemente, entre os quais o Bacharelado de Administração em Tobias Barreto, previsto para 2026.

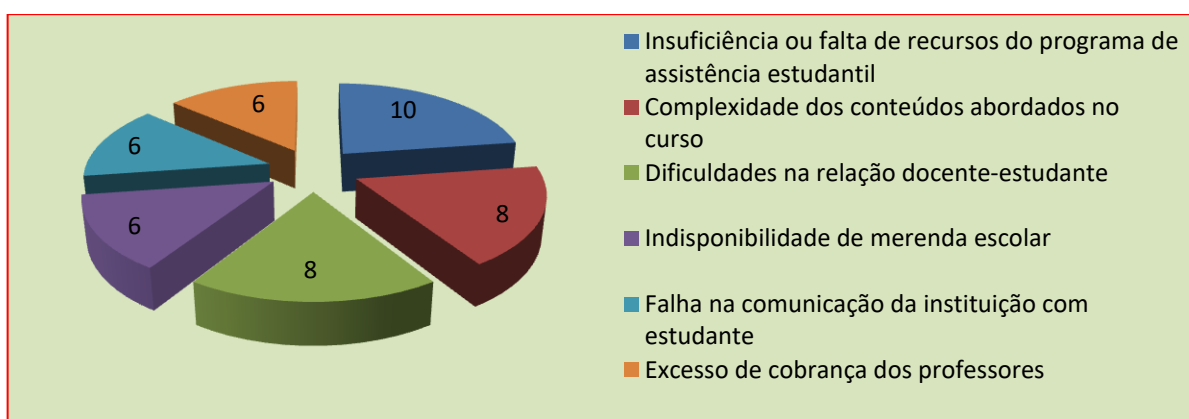
A *formação do professor*, com o fator específico *deficiência ou falta de formação pedagógica dos docentes* foi citado três vezes. Contudo, outros entrevistados declararam ter tido outros problemas no tocante às avaliações. Esse fator precisa ser levado em consideração, principalmente quando analisamos os dados trazidos por Santos (2021) no campus, quando mais 90% dos estudantes opinaram que as avaliações eram boas ou ótimas. A autora já alertava que esses números:

[...] podem estar relacionados ao fato de considerarem que os professores e métodos de ensino estimulam na aprendizagem deles nas disciplinas dos cursos nas quais estão matriculados. Ao mesmo tempo, revelam um fato interessante: o desconhecimento por parte do estudante do PPC do curso de que faz parte. A importância desse conhecimento sobre que tipo de profissional o campus deseja formar vem de encontro com o projeto de futuro desses estudantes, uma vez que muitos ingressam no curso sem ao menos conhecerem o conteúdo das disciplinas (Santos, 2021, p. 90-91).

Finalmente, a dificuldade de obter material para a execução de trabalhos e aulas práticas foi citado por um entrevistado. Conquanto ter sido citado uma única vez, a *dificuldade de obter material para a execução de trabalhos e aulas práticas* não deve ser passada despercebida e, de maneira específica, contribuiu para a evasão de um dos estudantes, conforme relato do entrevistado 3: “não ter por exemplo um aparelho que fosse do instituto que pudesse vir comigo pra casa. Se eu tivesse um ‘tabletzinho’ ali, alguma coisa que pudesse me auxiliar no estudo, talvez eu não tivesse desistido, porque era justamente a falta de acompanhamento ali. Porque assim... tinha lá os computadores, mas por ser longe, acabava

que não dava porque eu trabalha de manhã e de tarde e tinha aula à noite. [...] e talvez se fosse possível eu utilizar o valor do auxílio para financiar um computador com a ‘Caixa’ né, que é federal, talvez eu ficasse no curso”. Juntamente com esse fator, outros, como a comunicação com o estudante, poderia ter sido crucial para a permanência do mesmo, já que a instituição tinha sim *Táblets* que poderiam ser emprestados aos estudantes⁵⁰.

Gráfico 15 - Fatores internos mais citados pelos entrevistados



Fonte: Tabulação própria do autor conforme dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 15 apresenta os fatores internos à instituição, independente do grupo de fatores gerais, mais citados pelos entrevistados. A questão envolvendo os recursos financeiros encabeça o topo, seja pela insuficiência de recursos, seja pelo problema da merenda escolar.

Oliveira (2019), Silva, J. (2021) e Silveira (2023), em seus estudos sobre os principais motivos que levaram à evasão nos cursos técnicos subsequentes, seja através de entrevistas ou de formulários com estudantes evadidos, obteve-se as seguintes respostas adaptadas no Quadro 5 a seguir:

Quadro 5 - Principais motivos que levaram os estudantes à evasão

Motivos	Silva, J. (2021)	Oliveira (2019)	Silveira (2023)
Dificuldade para conciliar estudo e trabalho	X	X	X
Dificuldade de transporte	X	X	X
Metodologia do professor	X	X	X
Dificuldades financeiras	X	X	X
Problemas pessoais/familiares	X	X	
Distância do campus	X		X
Opção por curso de nível superior	X		X
Desestímulo com o curso escolhido	X		
Horário dos cursos subsequentes	X		
Falta de afinidade com o curso escolhido	X		
Falta de interações		X	

⁵⁰ São outra espécie de auxílio da assistência estudantil, distribuído no período da Pandemia de Covid-19 e que ainda há estoque.

Poucas aulas práticas e excesso de aulas teóricas			X
---	--	--	---

Fonte: Elaboração própria. Adaptada de Oliveira (2019), Silva, J. (2021) e Silveira (2023) (2025).

Quando comparamos os motivos citados pelos estudantes no Quadro 5 com os entrevistados nesta pesquisa, observamos que os motivos que causam a evasão são variados e devem levar em consideração os objetivos de cada pesquisa e a realidade social, econômica e geográfica de cada campus estudado. Porém não se deve negligenciar o fato de que boa parte se repete, ou seja, o Gráfico 15 segue na mesma tendência do Quadro 5.

4.4 DETALHAMENTO DA ANÁLISE DOS DADOS DOS ENTREVISTADOS

Como explicitado na metodologia, para analisar os dados recorreu-se à Análise de Conteúdo de Bardin (2016) e suas fases: a Pré-análise, a Exploração do material e o Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na Pré-análise, que objetivou preparar o *corpus* e definir os critérios de análise, o processo foi assim organizado: O *corpus* foi definido como sendo as dezesseis entrevistas com os estudantes e os ex-estudantes do IFS - Campus Tobias Barreto. A fala dos estudantes (fala ou resposta dos entrevistados relacionada ao transporte, à alimentação, à burocracia, ao desconhecimento do programa, à influência do APE, entre outros) correspondeu à *unidade de registro utilizada*. A realidade social, institucional e econômica do Campus Tobias Barreto e dos perfis dos estudantes, correspondeu à *unidade de contexto*.

Como *hipóteses norteadoras*, podem-se destacar as seguintes: 1) Qual o papel do Auxílio Permanência Estudantil na permanência ou evasão dos estudantes? 2) Que fatores influenciam na evasão escolar para além do APE? O *embasamento teórico* foi composto por documentos institucionais (do MEC, do IFS, inclusive os relacionados ao PRAAE) e por autores como Teixeira, Rocha, Martins, Santos, além da experiência do pesquisador.

Na fase corresponde à exploração do material, que tem por objetivo a codificação, a distribuição por categorias e a classificação do conteúdo das falas, tem-se que: as falas dos entrevistados, que foram organizadas em trechos, temas, gráficos, tabelas e/ou quadros, correspondem à *codificação*. As *categorias temáticas* foram baseadas no Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de 2014, produzido pelo MEC – os fatores individuais, os fatores externos à instituição e os fatores internos à instituição. Essas grandes categorias foram detalhadas individualmente, mas sempre consideradas como parte indispensável da totalidade.

No tocante à fase do tratamento dos resultados, inferência e interpretação, chegou-se às seguintes conclusões: como *interpretações principais*, percebe-se que apesar de essencial, o APE é insuficiente e, quando se soma com a burocracia, acaba contribuindo com a evasão. Interpretou-se ainda uma consonância entre os dados das entrevistas com os documentos oficiais, fortalecendo, assim, os resultados. Não se deve deixar de trazer a interpretação de que outros fatores (que não são financeiros) como as relações interpessoais, as expectativas profissionais, entre outros, também podem contribuir com o fenômeno da evasão. Finalmente *infere-se* que: a evasão é multifatorial e os auxílios financeiros, apesar de muito importantes, não podem ser sozinhos a solução do problema. Infere-se ainda a resiliência dos estudantes que continuaram no curso, mesmo sem serem beneficiados pelo APE.

A utilização da Análise de Conteúdo de Bardin (2016) se mostrou eficiente com os objetivos pesquisados, permitindo uma crítica bem contextualizada e uma compreensão da complexa inter-relação dos fatores estruturais, institucionais e pessoais.

4.5 AS SUGESTÕES DISCENTES PARA DIMINUIR A EVASÃO

Foi feita a seguinte pergunta aos dez entrevistados dos grupos 1 e 2: O que a instituição poderia ter feito para você não ter se evadido? Essa mesma pergunta foi adaptada aos entrevistados do Grupo 3, ficando assim: De que forma a instituição poderia ter contribuído mais para sua manutenção no curso? As respostas dos entrevistados foram compiladas no Quadro 6, juntamente com a frequência com que cada uma foi citada.

Quadro 6 - Sugestões de melhorias citadas pelos entrevistados

Citações dos entrevistados	Frequência
Mais bolsas do PRAAE	6
Melhoria na comunicação Institucional com o estudante	5
Preocupação maior com os motivos da falta do estudante	4
Melhoria no transporte	5
Aumento no valor dos auxílios	4
Maior comprometimento de alguns professores	4
Melhoria na internet dos laboratórios	3
Atualização das ementas e/ou das CH das disciplinas	3
Melhoria na comunicação entre a equipe multidisciplinar com o estudante	3
Melhoria na comunicação professor- estudante	3
Melhoria na internet oferecida aos estudantes - Wifi	3
Mais consideração com a opinião dos estudantes	2
Mais aulas práticas e visitas técnicas	2
Melhor distribuição entre as disciplinas e docentes, para maior rendimento	2
Priorizar a merenda escolar	2
Melhor divulgação dos objetivos dos cursos já na divulgação do P. Seletivo	2
Implantar cursos EAD ou semipresenciais	2
Mais professores	1

Melhorar a iluminação nos arredores	1
Variedade maior de cursos	1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2025).

Cada entrevistado citou mais de uma sugestão e, mais uma vez, utilizou-se BRASIL (2014), para agrupar as respostas dos estudantes e utilizar como solução as sugestões trazidas no próprio documento.

As sugestões sobre os *programas institucionais* apresentaram as seguintes respostas: mais bolsas do PRAAE (seis respostas); aumento do valor dos auxílios (quatro respostas) e a solução do problema da falta de merenda escolar (duas respostas).

Como solução, o documento já apresenta as seguintes sugestões de melhorias: para o problema da merenda escolar, investir em infraestrutura para atendimento do programa de merenda escolar e implementar o suporte alimentar e residencial/moradia estudantil para estudantes oriundos de regiões afastadas da unidade de ensino. Para superar os problemas com os auxílios financeiros, temos: ampliar o número de bolsas em programas de assistência estudantil, pesquisa e extensão; fornecer bolsa auxílio, bolsa de estudo, bolsa de trabalho e estágio remunerado; fortalecer as ações vinculadas a programas de financiamento extraordinário com bolsas para estudantes; garantir a regularidade e a agilidade do repasse dos recursos às unidades de ensino, em particular os destinados à assistência estudantil; implementar ou ampliar a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes; incentivar a participação no programa de bolsas de assistência estudantil e desenvolver ações de maior envolvimento com o estudante para detecção do nível socioeconômico e da realidade concreta.

Sobre o problema do transporte, que mesmo sendo uma questão que perpassa os muros da instituição, cinco entrevistados o citaram. As soluções propostas no documento são: adequar os horários das aulas à disponibilidade de transporte público; articular junto aos setores responsáveis pelo transporte público medidas de ampliação e melhoria no serviço prestado (horário, oferta, mais pontos, itinerário); buscar parcerias com o município no sentido de transportar os estudantes residentes em outros municípios ou distritos e ofertar ou ampliar a concessão de auxílio transporte.

Quatro entrevistados sugeriram que a instituição deveria ter uma maior preocupação com as faltas dos estudantes. Para os objetivos dessa pesquisa, essa *questão didático-pedagógica* é de grande relevância. E tanto é que o documento referência citado elenca uma longa série de sugestões, seja para os estudantes que não são assíduos, seja para os evadidos ou retidos: identificar os motivos de falta de assiduidade e pontualidade do estudante por meio

do contato com o estudante e com a família; desenvolver ou aprimorar um sistema de acompanhamento da frequência dos estudantes, por meio dos docentes, da coordenação do curso e da equipe técnica pedagógica; estabelecer contatos periódicos com os estudantes com excesso de faltas; estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso; diagnosticar as causas e os motivos do desinteresse e desmotivação do estudante; promover ações para motivação dos estudantes; realizar diagnóstico para identificar possíveis problemas pessoais e familiares e dar os devidos encaminhamentos (biopsicossocial e pedagógico); realizar escuta pedagógica para apurar a falta de interesse do estudante pelo curso; desenvolver plano de estudos personalizado para estudantes em situação de retenção, segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante; fazer contato com estudantes evadidos para identificar e registrar os motivos da evasão; e informar ao estudante evadido sobre as possibilidades de retorno à instituição (busca ativa).

Outras questões de *ordem didático-pedagógicas* muito citadas pelos entrevistados foram: (i) melhoria na comunicação Institucional com o estudante (cinco vezes); (ii) melhoria na comunicação entre a equipe multidisciplinar com o estudante (três vezes); (iii) mais consideração com a opinião dos estudantes (duas vezes); (iv) melhoria na comunicação professor-estudante (três vezes). A comunicação com o estudante é algo que precisa ser melhorado com urgência, já que, conforme Ferreira, D. (2021),

Quando a instituição escolar conhece seus estudantes, ela pode contribuir com orientações que contornam os fatores de evasão em favor da permanência do estudante no ensino. A evasão por fatores individuais, como trabalho, filhos, problemas familiares ou de saúde, consegue ser minimizada com a percepção e o auxílio da instituição escolar que, entre outras atitudes, pode oferecer tratamento diferenciado a esses alunos: flexibilidade para realizar as atividades não presenciais, apoio pedagógico, acompanhamento pedagógico (Ferreira, D., 2021, p. 109).

A fala do entrevistado 15 representa bem as queixas no tocante à melhoria comunicacional, à consideração com a opinião discente, as voltadas para a formação do professor entre outras: “eles poderiam tentar usar de feedbacks mais frequentes pra que as opiniões dos alunos fossem ouvidas, só isso. [...] eu estou me referindo à relação professor-aluno. Muitas vezes o conteúdo acaba dando um salto e um nível muito alto e os alunos têm dificuldade em acompanhar”.

Santos (2021) salienta que naquela época já se sabia que dois de cada três estudantes não procuravam a equipe pedagógica do campus e, quando procuravam, na maioria das vezes era para buscar informações e instruções sobre o PRAAE. Vale a pena na contemporaneidade fazer com que a equipe pedagógica se aproxime mais desses estudantes, principalmente para

ajudá-los naquela que deveria ser a função básica de uma equipe pedagógica, que é a questão da aprendizagem discente.

Novamente trazem-se as sugestões do documento base para solucionar esses problemas. No caso da comunicação institucional temos: garantir o funcionamento dos setores com atendimento aos estudantes em todos os turnos de aulas da unidade de ensino; melhorar a comunicação interna de forma a minimizar os conflitos entre os servidores e os setores da instituição; estreitar a articulação entre a gestão administrativa e a assistência estudantil; estruturar as coordenações de curso para atender e acompanhar os estudantes; trabalhar a relação professor-estudante, com o objetivo de melhorar o diálogo e ampliar os espaços em que os estudantes possam sugerir práticas escolares mais eficientes para o seu aprendizado; ampliar a equipe multidisciplinar para assegurar o atendimento em todos os turnos e melhorar o acompanhamento junto aos estudantes com baixa frequência e alto índice de reprovação; e desenvolver ações para ampliar a consciência política do corpo discente.

Uma questão importante que exige ações conjuntas por parte da instituição é o pedido discente por um maior comprometimento por parte dos professores. Enfatiza-se que foi relatado que não são todos os professores (são uma minoria), porém com um poder muito grande de influenciar o estudante a continuar ou a desistir do curso. Conforme Ferreira, J. (2021), no tocante aos docentes,

A forma pela qual se preparam e ministram as aulas, assim como o modo de se relacionar com os alunos, são importantes para eles. Além disso, perceber o interesse docente além do aprendizado formal parece funcionar como estímulo, contribuindo para o aspecto pessoal e engajamento (Ferreira, J., 2021, p. 30).

E aí o documento base elenca uma série de medidas para a solução deste problema: implementar ou ampliar ações de formação continuada e programas de qualificação didático-pedagógica para os docentes, em particular para os ingressantes; promover orientações pedagógicas aos docentes; promover ações para motivação dos professores; sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso; rever as práticas de ensino; utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes; programar e ministrar aulas diversificadas que relacionem os conteúdos estudados com o cotidiano do estudante, dando significado ao processo de ensino e aprendizagem; e utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato estudante-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares.

Ainda sobre os professores, vale destacar que o quadro reduzido, até 2024, fazia com que estes trabalhassem com a carga horária no limite. Acredita-se que com a considerada

renovação e ampliação do quadro em 2025, a sobrecarga diminua e, consequentemente, a qualidade do serviço seja ainda melhor. Sobre esse tema trazemos a fala do Pró-reitor de ensino, discriminada no site da instituição em 25 de março de 2025:

Outro ponto evidenciado pelo pró-reitor de Ensino foi que com os novos professores será possível dar fôlego aos servidores que já são da casa. “É um fôlego que a gente tem tanto para as atividades de ensino, de pesquisa e extensão, quanto para a concessão dos nossos direitos enquanto professor. Antes os professores estavam com carga horária muito alta, o que impedia deles desfrutarem do direito de licenciarem-se para realizar capacitação. Agora realmente nossos colegas poderão usufruir desse direito que é de todos os servidores da instituição tanto professores, quanto técnicos-administrativos.

No tocante à *infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino*, obteve-se as seguintes sugestões dos entrevistados: melhoria na internet dos laboratórios (três vezes); melhoria na internet oferecida aos estudantes - Wifi (três vezes); melhorar a iluminação nos arredores (2 vezes); mais professores (uma vez). Percebe-se que são sugestões não muito complexas de serem resolvidas, mas que quando não sanadas podem causar sérios danos à aprendizagem.

A dificuldade na internet aparece como um problema muito grave e traz junto outros problemas, conforme descrito pelo entrevistado 7: “[...] a questão dos *PDFs* ser mandado pro celular da gente na hora pra acompanhar a aula, tinha dificuldade porque não conseguia baixar porque no campus não tem internet suficiente. Não tem acesso à internet de lá e os nossos dados móveis ali naquela região pega muito mal. [...] e aí a gente passava o tempo, passava, atropelava o assunto, coisa que tinha que vê, não viu porque não deu tempo...”.

Ainda sobre a questão da internet, o entrevistado 6 a coloca como sendo a necessidade de um novo auxílio financeiro para tal: “se eu pudesse dar uma sugestão ao PRAAE que eles estudassem a possibilidade de, por mais que fosse um valor irrisório né, sobre a questão da internet, que muitos alunos necessitam da internet pra poder realizar suas atividades em casa e poderia criar um auxílio ou que fosse um plano de celular ou um valor assim irrisório básico que pudesse auxiliar principalmente aqueles alunos que são da área rural né?”

Como solução, BRASIL (2014) nos apresenta: elaborar e implantar políticas de manutenção de equipamentos de laboratório e de multimeios didáticos; estruturar laboratórios para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão; implantar laboratórios de aprendizagem e laboratórios didático-pedagógicos; estruturar laboratórios para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão; melhorar o espaço interno de convivência dos estudantes com áreas de lazer, estudo, complexo esportivo, restaurante e moradia estudantil, acesso a rede lógica com qualidade; adequar a infraestrutura física e

tecnológica necessárias às atividades de ensino e aprendizagem; realizar o planejamento para contratação de servidores técnico-administrativos; e realizar o planejamento da contratação de servidores docentes.

Transcrevendo na íntegra a fala do entrevistado 7 sobre os laboratórios, relatou-se o seguinte: “[...] não tem um laboratório de vendas; foi muito complicado ali, em algumas disciplinas, porque era necessário para aprendermos na prática mexer com estoque, e ia abranger várias disciplinas ali, como Produção. A gente sentiu a falta desse laboratório lá...”.

A construção de laboratórios para os cursos de Comércio estava prevista no PDI para acontecer até 2024 (IFS, 2022, p. 212), mas, sempre condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, nunca se concretizou.

A atualização das ementas e cargas horárias das disciplinas foi uma sugestão de três entrevistados, todos do grupo dos estudantes que não se evadiram e, portanto, estudantes que indubitavelmente conheciam as ementas. Sobre a distribuição das cargas horárias, o entrevistado 7 relatou: “A disciplina de Marketing, foi muito extensa. Coisa que a gente poderia ter aproveitado em outra disciplina. A gente queria ter aprendido precificação, não lembro agora o nome da disciplina... não deu tempo da gente vê precificação. As disciplinas ficaram muito atropeladas... sendo que Marketing foi muita carga horária e ficava repetindo o assunto”.

Como solução tem-se: atualizar e readequar o projeto pedagógico do curso tornando o conteúdo mais significativo para os estudantes; rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho; e realizar fóruns institucionais para discutir os projetos pedagógicos e os problemas inerentes aos cursos.

Ainda sobre atualização dos *PPCs*, o entrevistado 15 relatou: “o nome do curso precisa ser mais direto porque muitas pessoas acabam entrando no curso sem saber do nível técnico necessário ou das habilidades necessárias. Não que isso impeça aquelas pessoas que não sabem de tentar praticar, mas que quando elas chegam lá acabam se assustando com o conteúdo e o nome do curso não ajuda nem um pouco com isso”. O mesmo entrevistado acredita que se “enxugasse” um pouco mais o nome do curso, o aluno teria uma noção mais clara do que o espera ao ingressar. Aqui é importante discriminar que o entrevistado 15 está se referindo ao curso Técnico em Informática, contudo, no curso técnico em Comércio também houve solicitação para a mudança no nome do curso.

A necessidade de mais aulas práticas e visitas técnicas, solicitadas duas vezes, conforme a fala do entrevistado 2, que disse que “faltava muito a parte prática e as viagens técnicas nem sempre eram proveitosas”, podem ser sanadas com as seguintes ações: fortalecer as atividades práticas nos cursos; adquirir equipamentos e materiais necessários à realização de atividades práticas; implantar laboratórios de aprendizagem e laboratórios didático-pedagógicos; flexibilizar a realização de prática profissional ao longo do curso, considerando estágios, projetos de pesquisa, projetos de extensão, projetos integradores, visitas técnicas, dentre outros; buscar parcerias para aumentar o número de visitas técnicas e aulas práticas; e incentivar a realização de estágios curriculares e extracurriculares.

Não foi consultado nesta pesquisa quantos entrevistados participavam de projetos com os servidores, contudo, como servidor da instituição, pode-se afirmar que não são muitos, por motivos diversos, como a falta ou insuficiência dos mesmos. Santos (2021) já constatava que de cada quatro estudantes desta modalidade, apenas um participava de algum projeto na instituição.

Melhor distribuição entre as disciplinas e os professores, para maior rendimento da aprendizagem (citado duas vezes) e melhorar a divulgação dos objetivos dos cursos já na divulgação do Processo seletivo (citados duas vezes) foram solicitações que apresentam as seguintes propostas de execução: analisar a duração dos cursos; detalhar o curso no manual do candidato; disponibilizar, no sítio institucional, informações gerais acerca do curso; divulgar os processos seletivos em veículos de ampla cobertura; instituir campanhas de valorização dos cursos; implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante; rever a política de ingresso e os procedimentos de seleção da instituição; instituir programas de estímulo à fixação de servidores em campus distantes dos grandes centros urbanos; e incluir nos editais de concurso para professor mecanismos para fixação dos docentes, em especial nas instituições que estão distantes dos grandes centros urbanos.

Citado uma vez cada, tem-se *uma maior variedade de cursos* e *a oferta de cursos na modalidade EAD ou semipresenciais*. Diversas sugestões já foram apresentadas. Uma possibilidade imediata, enquanto não se tem a solução definitiva, seria a utilização de 20% de utilização da carga horária em atividades não presenciais para otimização da duração do curso. Sobre a oferta de cursos na modalidade EAD no campus ainda não há uma previsão de quando acontecerá. Contudo, acredita-se ser uma boa notícia o fato de que recentemente o campus atualizou seu organograma com a inclusão da Coordenadoria de Educação a Distância

e que a instituição acaba de firmar parceria com Universidade Aberta do Brasil. De acordo com o Relatório de Gestão de 2024, o IFS foi credenciado, neste mesmo ano, pelo MEC para a oferta de cursos superiores na modalidade EAD (IFS, 2025). O Pró-reitor de ensino também recentemente, em notícia publicada no site da instituição no dia 7 de março de 2025, informou que,

[...] Com a posse dos novos servidores, a instituição vai conseguir impulsionar ainda mais a EAD. Esses professores novos e os removidos, caso não tenham sua carga horária mínima no campus, vão precisar fazer a complementação pela EAD conforme foi previsto nos editais. Portanto, a gente vai ter uma força de trabalho maior também dedicada à oferta de educação à distância, de construir e oferecer esses cursos (site do IFS em 7 de março de 2025).

Ainda baseado em BRASIL (2014), apresenta-se a seguir sugestões que, se implantadas pela instituição, também podem diminuir a evasão no campus. A necessidade dessas sugestões se deu pela captura do pesquisador nos detalhes implícitos com os entrevistados.

No decorrer das entrevistas foi percebido que alguns estudantes apresentavam dificuldades de aprendizagem. A título de ilustração, menciona-se a fala do entrevistado 5: “[...] mais quase no final do período eu tive dificuldade com algumas matérias e até mesmo eu não tive esse domínio todo com a matéria e achei da minha parte que eu deveria parar porque quando eu precisei, praticamente eu vi pessoas fechando as portas na minha cara. Distinção de pessoas. Eu fiquei muito chateado com isso. Com o andamento do sistema do IFS...” Mais uma vez, o relato deixa claro que uma simples questão envolve muitos fatores, como a dificuldade de aprendizagem, a relação do professor com o estudante, entre outros.

As dificuldades de aprendizagem poderiam ser sancionadas com as seguintes ações: criar e implantar uma agenda de estudos individual para estudantes; promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado; orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes; realizar diagnóstico para identificar possíveis dificuldades dos estudantes no início dos componentes curriculares e propor as ações de intervenção pedagógica/andragógica pertinentes; fornecer atendimento individual aos estudantes; divulgar informações sobre programas de apoio aos estudantes; e implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem.

Já para os estudantes que trabalham, seja de maneira formal ou informal, como é o caso dos estudantes do subsequente, algumas ações podem ser implantadas e, conseqüentemente, reduzir a evasão: analisar a adequação da forma/modalidade e o turno de

oferta do curso; adequar os turnos de oferta dos cursos às demandas regionais e às especificidades do estudante; ofertar cursos com horário e turno compatíveis com a demanda e disponibilidade dos estudantes, em particular os trabalhadores; promover estratégias de aprendizagem que priorizem atividades no horário da aula para os cursos destinados ao público trabalhador; limitar a quantidade de atividades extraclasse; e orientar o estudante para criar uma rotina diária de estudos com gestão de tempo.

Outro ponto observado e que merece mais ações é sobre a atuação profissional dos estudantes que concluem nossos cursos técnicos. Em BRASIL (2014), temos as seguintes sugestões de melhorias: divulgar as possibilidades de atuação do profissional; fornecer orientação profissional; informar sobre as possibilidades de inserção profissional no setor produtivo; desenvolver ações de conscientização da importância da qualificação para ascensão profissional; e sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho.

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Os motivos causadores da evasão são diversificados e não são isolados, como pôde ser observado ao longo deste capítulo. Geralmente o que leva o estudante a se evadir é uma série de fatores individuais, fatores internos e fatores externos à instituição. Mas não há como negar que a solução de alguns problemas por parte da instituição diminuiria consideravelmente o fenômeno da evasão, até porque o IFS já tem conhecimento dos principais fatores causadores da evasão, através de documentos institucionais, como o Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFS.

Acreditamos ser muito importante lembrar que, entre as sugestões propostas por BRASIL (2014) na *seção 4.5*, o campus já executa grande parte das mesmas, mas isso não significa que os protocolos não possam ser revistos e até mesmo ampliados. Também não se deve deixar de relatar que pode haver sugestões que não se aplicam a alguma turma, a algum curso ou até mesmo ao campus.

Ao mesmo tempo que é um direito, a educação ofertada no turno noturno, geralmente para estudantes trabalhadores, vem carregada de muitos cuidados a exemplo desses estudantes quase sempre não terem tempo para estudar em casa por causa da rotina de trabalho. Além disso, alguns passaram anos fora da sala de aula. Caso a instituição não considere esses e outros obstáculos, o risco da concretização da evasão é potencial.

Nas situações internas envolvendo a instituição, a formação docente precisa ser considerada como potencial no combate à evasão. Professores sensibilizados e a par da situação dos estudantes entenderão a necessidade de aperfeiçoar o tempo em sala de aula e, conseqüentemente, diminuindo as atividades para casa. Através de uma melhor comunicação envolvendo todos os sujeitos envolvidos, também será possível identificar variáveis que podem fazer com que o estudante não desista do curso. Quando passamos a conhecer nossos estudantes, podemos adequar o horário das aulas, podemos dialogar com as prefeituras no tocante a melhorias no transporte, podemos fazer campanhas na cidade sobre a importância de se ter mão de obra qualificada, podemos procurar as empresas e ampliar parcerias que gerem estágios, entre tantas outras ações.

O próprio IFS, de acordo com os Relatórios de Gestão de 2023 (IFS, 2024, p. 56) e de 2024 (IFS, 2025, p. 52), já aponta as causas ou impedimentos para o alcance das metas. Como já bem explorado nesta pesquisa, inclusive com causas que impulsionam e justificam a escolha do PE, o relatório aponta que a escassez de investimentos nos últimos anos tem impedido o alcance de algumas metas estabelecidas e tem impedido definir uma estratégia para ampliação e consolidação dos campi. Aponta ainda o baixo engajamento dos gestores e de suas equipes nos estabelecimentos da cultura de planejamento, do monitoramento, da gestão por resultados e aprimoramento dos serviços prestados. Finalmente, o relatório aponta como impedimento para o alcance das metas (na verdade já aponta uma solução) a necessidade de implementar uma política sistêmica de comunicação, capaz de promover maior alinhamento e transparência das ações e serviços prestados pela instituição.

5 O PRODUTO EDUCACIONAL

Considerando os pontos até aqui apresentados, considerando que a construção do PE é um dos objetivos específicos da pesquisa, considerando que os documentos da Capes, no tocante aos mestrados profissionais, já trazem a obrigatoriedade da construção de tal produto nos mestrados profissionais (CAPES, 2019, p. 7); ou seja, uma das diferenças regulamentares entre os mestrados profissionais e acadêmicos é justamente essa: a exigência, para os primeiros, da dissertação e do Produto Educacional. Leite (2018) reforça que os produtos educacionais

[...] precisam ser aplicados em condições reais de sala de aula ou de espaços não formais ou informais de ensino e podem assumir as seguintes formas: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos (Leite, 2018, p. 331).

Leite (2018) ainda traz que os produtos educacionais desenvolvidos nos mestrados profissionais na área de ensino se correlacionam à pesquisa desenvolvida e objetiva aperfeiçoar as práticas educativas e a gestão escolar, vinculadas à EPT nos diferentes espaços de ensino ligados ao mundo do trabalho e à produção de conhecimentos. A autora ainda diz que nos PE's é preciso considerar os quesitos relacionados à estética, ao aspecto visual, ao estilo de escrita, à mudança de ação, ao conteúdo e às propostas trazidas no material didático apresentado.

Infere-se que, segundo o pensamento da autora, não é por ser uma pesquisa voltada para os mestrados profissionais que o conhecimento precise ser construído de modo pragmático. Também pode e deve aplicar a relação indissociável entre teoria e prática (Leite, 2018, p. 849). Na mesma linha deste pensamento, o PPPI também nos traz que no IFS deve-se priorizar estratégias e metodologias que rompam com a dualidade entre teoria e prática, possibilitando a conjugação dos saberes técnicos, científicos e culturais (IFS, 2014, p. 44).

5.1 ESCOLHA E DESCRIÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Após as análises dos auxílios do PRAAE no campus, mais especificamente do Auxílio Permanência Estudantil e do fenômeno da evasão, chega-se à conclusão de que há uma relação entre ambos e pretende-se, ao menos, sugerir melhorias na aplicabilidade dos recursos.

Os resultados da pesquisa podem trazer benefícios à comunidade escolar do campus, já que, conhecendo-se os fatores causadores da evasão e estudando os impactos dos auxílios

do PRAAE, consegue-se aprimorar as estratégias para diminuir os índices de evasão e distribuir com equidade tais auxílios.

A proposta inicial para o PE era desenvolver um *Podcast*. Este seria voltado para uma melhor divulgação do PRAAE entre a comunidade escolar da instituição. Contudo, após o contato com os sujeitos da pesquisa, os estudantes, através das entrevistas, percebeu-se a necessidade da elaboração de um material que atendesse de maneira objetiva aos estudantes e chegou-se à conclusão de que o produto originalmente pensado não atenderia às necessidades dos entrevistados. Como solução, pensou-se na construção de um Guia Orientativo, conforme Apêndice C, voltado para os estudantes dos cursos técnicos subsequentes, sempre relacionados com os objetivos da pesquisa. Portanto, foi uma demanda espontânea identificada a partir da pesquisa.

Destaca-se que o PE articula-se com o macroprojeto adotado, já que foca em discussões conceituais específicas, recursos apropriados e propostas inovadoras nos espaços formais de ensino de EPT. Rizzatti (2020) ao considerar a definição de PE, apresenta algumas possibilidades de produtos/processos que estão enquadrados na área de Ensino da CAPES e, nesse caso, o Guia está inserido na categoria manual/protocolo, assim apresentado:

Manual/Protocolo: conjunto das informações, decisões, normas e regras, que se aplica a determinada atividade, que ensina os conhecimentos básicos de uma ciência, uma técnica, um ofício ou procedimento. Pode ser um guia de instruções que serve para o uso de um dispositivo, para correção de problemas ou para o estabelecimento de procedimentos de trabalho. No formato de compêndio, livro/guia pequeno ou um documento/normativa, impresso ou digital, que estabelece como se deve atuar em certos procedimentos (Rizzatti, 2020, p. 5).

A Figura 6 apresenta a capa do Produto Educacional.

Figura 6 - Capa do Produto Educacional



Fonte: Elaboração própria a partir do Produto Educacional (2025).

Objetiva-se com este PE: aproximar o estudante da instituição, prestando informações básicas no tocante aos auxílios e à política de assistência estudantil, porém relevantes; enfatizar que os discentes, além dos compromissos com a instituição, também têm direitos; fazer com que o estudante tenha conhecimento de tudo que a instituição tem a ofertá-lo; contribuir para a permanência do estudante na instituição.

Destaca-se que o Guia Orientativo foi pensado para atender um público discente que não tem muito tempo de estar na instituição, já que a maioria são trabalhadores e chegam exatamente na hora das aulas. Outros não frequentam a sala de aula há anos. Foi relatado nas entrevistas que o ônibus, quando não chega atrasado, chega no horário das aulas. No final da aula também não há tempo para se tirar todas as dúvidas de funcionamento com os diversos setores (além de terem que pegar o transporte de volta, a maioria dos setores administrativos já está fechada, já que muitos desses setores não contam com pessoal suficiente para funcionar três turnos). Resumidamente, a elaboração do guia como PE foi pensada justamente como uma resposta prática à realidade dos estudantes, buscando melhorar a comunicação institucional e contribuir com estratégias de acolhimento.

Os próprios sujeitos da pesquisa relataram que sentem uma diferença na forma como a instituição os trata, quando comparada com os estudantes das formas concomitante e EMI, principalmente os setores administrativos.

Muitos enfatizaram não saber da existência de alguns setores, a ponto de haver relatos de estudantes que não sabiam que podiam contar com o apoio da Assessoria Pedagógica para

ajudá-los na melhoria do processo de ensino e aprendizagem, ou que deixavam de solicitar o auxílio do PRAAE por não saberem a quem procurar para sanar as dúvidas no preenchimento dos formulários e na organização da documentação.

Chegou-se à conclusão de que um Guia Orientativo, no formato digital, destinado aos estudantes da forma subsequente, seria a melhor opção. Primeiro porque o estudante poderia transportá-lo no próprio aparelho celular e consultar a qualquer momento que sentisse dúvida, inclusive utilizando na própria instituição (o podcast já não poderia ser usado a qualquer momento na instituição, pois o som poderia incomodar outros sujeitos, inclusive atrapalhar a aula). Segundo, pela facilidade de se utilizar esse documento nos diversos momentos com os estudantes (nas apresentações da equipe multidisciplinar com os estudantes no início dos períodos letivos, nas apresentações das coordenações de curso juntamente com os estudantes, entre tantos outros momentos).

O Quadro 7 foi construído com trechos de algumas falas dos entrevistados, durante a pesquisa de campo, e tem o propósito de justificar a escolha do PE desenvolvido. Vale observar que não foram citadas todas as falas que justificam a escolha do PE e, portanto, o quadro é apenas exemplificativo. Através dele, percebe-se que a necessidade do aprimoramento na comunicação institucional não está atrelada apenas aos procedimentos do PRAAE; é uma necessidade bem mais ampla. Como o objetivo principal da pesquisa é relacionar o PRAAE com a evasão, preferiu-se abarcar no Guia apenas as informações referentes ao PRAAE, mesmo ciente que estes estudantes são carentes de outras informações também. As falas foram distribuídas por categorias, assim discriminadas: Dificuldade na documentação para requerer os auxílios do PRAAE e a burocracia institucional; Percepção sobre os auxílios do PRAAE; Relação equipe técnica-estudantes.

Quadro 7 - Trechos de falas dos entrevistados que justificam a escolha do PE

<i>Falas do entrevistado(distribuídas por categorias)</i>	<i>Identificação</i>
Dificuldade na documentação para requerer os auxílios do PRAAE e a burocracia institucional	
Precisam ser mais claro na informação. Deixar claro como se inscrever nos editais, como preencher os formulários, e tudo aquilo que envolve o IFS. As perguntas são burocráticas e fazem a gente nem se inscrever por dificuldades.	Entrevistado 9
Não consegui preencher a papelada. É muito burocrático e complicado. Exigem muitos documentos e quando fui entregar já havia encerrado o prazo.	Entrevistado 10
Foi desanimador a forma como foi divulgado pela instituição. Ainda pensei em preencher a documentação, mas desisti porque deu a entender que eu nem iria conseguir.	Entrevistado 11
A documentação solicitada era extensa e complexa. Os formulários também eram complexos. E também porque eu trabalhava de carteira assinada e não sabia se poderia concorrer ou se eu teria problema.	Entrevistado 12
Era muito burocrático. Como tive dificuldade no preenchimento dos formulários e junção da documentação, desisti de enviar.	Entrevistado 13

Se as coisas fossem menos burocráticas, como a papelada e a documentação, e se tivessem me dado um auxílio fixo para eu custear o transporte ou o aluguel, ou se o valor do AAE fosse mais significativo, pra eu custear essas despesas.	Entrevistado 16
Percepção sobre os auxílios do PRAAE	
Passou alguns meses para receber e quando pagaram, não pagaram retroativo.	Entrevistado 1
Era bem bagunçado entender as datas de pagamento.	Entrevistado 2
Eu nunca me inscrevi. Houve negligência da parte da instituição em nunca explicar.	Entrevistado 5
Acredito que não foi ofertada essa possibilidade para a minha turma. (a possibilidade de se inscrever).	Entrevistado 8
Porque nunca tivemos a oportunidade para tal. Nunca nos deram a oportunidade.	Entrevistado 9
Relação equipe técnica-estudantes	
Poderia haver uma maior organização entre os setores, como o PRAAE, que sempre foi desorganizado... Os setores não sabem informar nada e as informações são confusas.	Entrevistado 2
Uma maior clareza entre a equipe do IFS e o estudante. Se tivesse essa interação, talvez eu não tivesse desistido naquele momento conturbado por causa do trabalho.	Entrevistado 3
A relação dos estudantes com a equipe técnica deixa a desejar, pelo menos com o subsequente.	Entrevistado 8
O IFS poderia incentivar melhor os alunos a continuarem no curso.	Entrevistado 9
Poderia a equipe técnica se preocupar melhor com a gente e investigar os motivos de faltarmos.	Entrevistado 12

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da entrevista (2025).

Baseado nas reclamações discentes e nas necessidades apresentadas pelos sujeitos da pesquisa, o Guia aborda as seguintes questões: apresentação; o conceito do PRAAE e a sua finalidade; a composição do PRAAE, discriminando os Projetos, os Serviços e as Linhas de ações; explicação detalhada da principal linha de ação, que é o APE; todas as informações sobre o APE, desde os valores até o passo a passo de como se inscrever nos editais; informações resumidas de outras ações ofertadas pelo PRAAE no campus.

Através de hiperlinks, desde que esteja conectado à internet, o estudante é levado à página do campus, a cada setor, a cada uma das principais normativas do PRAAE, etc.

A apresentação visual do Guia também foi pensada para atender o público estudantil. As cores remetem à instituição e tem o objetivo de fazer com que o estudante sinta-se como parte da mesma. Kotler (2013) nos diz que, mesmo inconsciente, as cores mexem com os sentimentos e as emoções humanas. O ser humano faz escolhas também pela coloração das coisas expostas (Kotler, 2013, *apud* Silva, 2021, p. 64). Pensou-se ainda num visual que não impossibilitasse a acessibilidade do documento para aqueles com algum problema oftalmológico, como o tamanho da fonte e o fundo claro.

Buscou-se uma linguagem textual não totalmente coloquial, porém não rebuscada, contendo algumas expressões próximas do público jovem. As figuras, os símbolos e a fonte das letras também foram pensados para que o estudante se envolvesse com o material. A Figura 7 simboliza o contexto da apresentação visual discriminada nos dois últimos parágrafos.

Figura 7 - Página 20 do Produto Educacional em sua versão final



Dúvidas sobre o documento de identificação



Fonte: Retirada da Internet e adaptada pelo autor

Caso a sua Carteira de Identificação seja no modelo novo vigente, a CIN, como o modelo do lado esquerdo, não é preciso apresentar o CPF.

Outros documentos também podem ser utilizados para identificação, como a CTPS, o Certificado de Dispensa de Reservista, entre outros.

Agora se for do modelo antigo, como a do lado direito, precisa apresentar o CPF, caso o mesmo não esteja inserido no RG.



Fonte: Retirada da Internet e adaptada pelo autor

20

Fonte: Elaboração própria a partir do Produto Educacional (2025).

O Guia foi disponibilizado em formato digital, pela facilidade e praticidade de acesso pelos estudantes, inclusive podendo salvá-lo no próprio celular, e pela possibilidade da instituição disponibilizar em seu site ou utilizá-lo em momento oportunos, como nos eventos que acontecem nos primeiros dias dos semestres letivos. Apresenta-se no modelo *PDF*, contando com um total de 36 páginas, elaborado através da utilização da Plataforma digital *Canva.com*. O Canva é uma plataforma de design gráfico que permite aos usuários criar gráficos de mídia social, apresentações, infográficos, pôsteres e outros conteúdos visuais.

Por conter legislações internas, necessidades baseadas na realidade local, material e links específicos e por se basear na principal linha de ação da Assistência Estudantil do campus, o Guia é voltado para o Campus Tobias Barreto. Contudo, com as adequações pertinentes, nada o impede de ser adaptado para outros *campi* do IFS ou até mesmo para outros Institutos Federais.

5.2 VALIDAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A validação do PE é uma etapa obrigatória nos mestrados e doutorados profissionais (CAPES, 2019, p.7) e se deu através da banca examinadora, durante a defesa. Antes, o

documento foi avaliado por estudantes e pela Equipe Multidisciplinar⁵¹ do campus. Esta avaliação serviu para que o PE fosse previamente discutido com servidores e estudantes em momentos formativos e de devolutiva, o que contribuiu para sua construção. O mesmo documento enfatiza a necessidade de diferenciar o produto aqui desenvolvido, resultado de uma pesquisa de mestrado profissional, com os *PE's* desenvolvidos em pesquisas de doutorado, tendo em vista que tal diferenciação deve ser explicitada por meio da complexidade, da especificidade e da profundidade de estratégias ou de processos de validação do produto a ser realizado na pesquisa associada (CAPES, 2019, p.7).

Foi aplicado um formulário on-line (Apêndice D), através do *Google Forms*, para que todos pudessem se pronunciar e sugerir melhorias a respeito da viabilidade do produto. Pensou-se na utilização do formulário para este fim já que, conforme Gil (2002) é a técnica mais adequada para a coleta de dados em pesquisas de opinião pública. Destaca-se que, com a necessidade de mudança do PE originalmente proposto, houve também a necessidade de adequação no formulário originalmente construído durante o Projeto de Pesquisa.

Destaca-se que o formulário e o Guia, foram enviados separadamente para duas categorias, um para os estudantes e ex-estudantes (os mesmos dezesseis que participaram das entrevistas, os sujeitos da pesquisa) que, neste capítulo, os denominaremos de *categoria 1*, e outro para a equipe multidisciplinar, a qual será denominada de *categoria 2*.

Ressaltamos que escolhemos os sujeitos da pesquisa como uma das categorias para a avaliação do Guia porque concordamos com Jodelet (2017) quando nos traz que os participantes não devem ser considerados apenas como fonte de pesquisa; devem ser considerados quanto ao retorno dos resultados que eles ajudaram a construir (Jodelet, 2017, *apud* Araújo, 2022, p. 105).

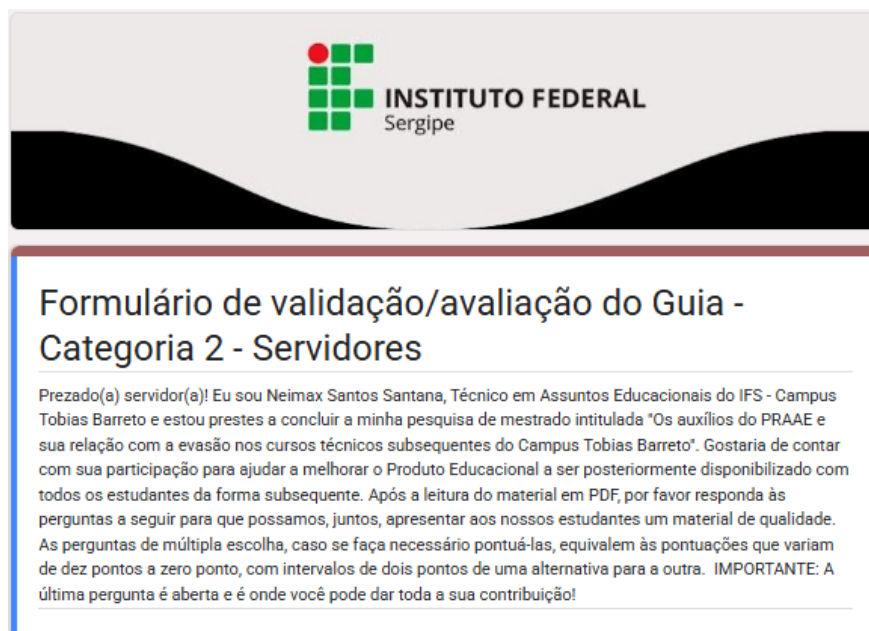
Por sugerirmos que este Guia seja utilizado como uma ferramenta de âmbito de toda a assistência estudantil escolhemos também uma categoria composta por servidores para contribuir com o PE.

Mesmo sendo as mesmas perguntas, a visão de cada um dos grupos é diferente. Todos receberam o material através do e-mail e pelo aplicativo de mensagens Whats App. A Figura 8 representa a parte introdutória do formulário aplicado. O formulário contém oito perguntas,

⁵¹ Para a avaliação deste PE, além dos servidores natos que compõem a equipe multidisciplinar, estendemos o convite para que os três servidores lotados na Coordenação de Registro Escolar (Assistentes de Alunos e Assistentes em Administração) também pudessem colaborar, por serem servidores que contribuem diretamente com os editais da Assistência Estudantil.

sendo seis de múltipla escolha. A pergunta 1 faz referência ao nome do participante e a pergunta 8 é aberta para contribuições.

Figura 8 – Cabeçalho do Formulário de avaliação do Produto Educacional



INSTITUTO FEDERAL
Sergipe

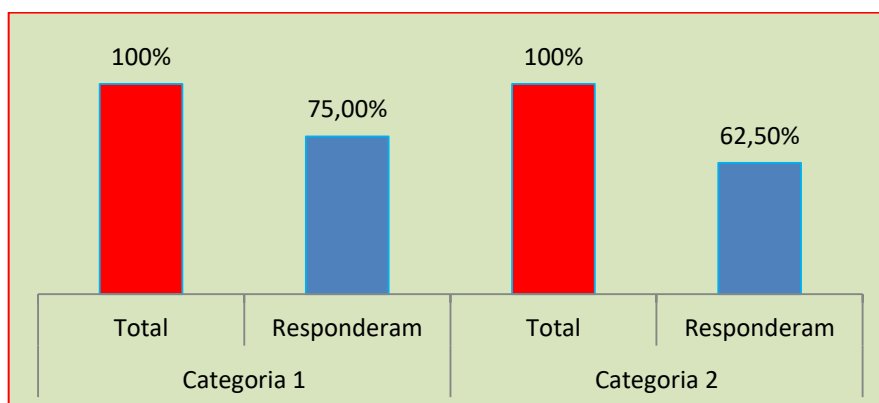
**Formulário de validação/avaliação do Guia -
Categoria 2 - Servidores**

Prezado(a) servidor(a)! Eu sou Neimax Santos Santana, Técnico em Assuntos Educacionais do IFS - Campus Tobias Barreto e estou prestes a concluir a minha pesquisa de mestrado intitulada "Os auxílios do PRAAE e sua relação com a evasão nos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto". Gostaria de contar com sua participação para ajudar a melhorar o Produto Educacional a ser posteriormente disponibilizado com todos os estudantes da forma subsequente. Após a leitura do material em PDF, por favor responda às perguntas a seguir para que possamos, juntos, apresentar aos nossos estudantes um material de qualidade. As perguntas de múltipla escolha, caso se faça necessário pontuá-las, equivalem às pontuações que variam de dez pontos a zero ponto, com intervalos de dois pontos de uma alternativa para a outra. **IMPORTANTE:** A última pergunta é aberta e é onde você pode dar toda a sua contribuição!

Fonte: Autoria própria a partir do formulário de avaliação do PE (2025).

Na *categoria 1*, entre os dezesseis convidados para aferir o PE, doze deram um feedback, o que representa 75% do total. Já entre os oito membros que compõem a equipe multidisciplinar e a Coordenação de Registro Escolar, sem contar comigo e com um servidor que estava de férias, representando a *categoria 2*, cinco responderam ao formulário, representando 62,5% da categoria. O formulário ficou disponível por um período de quatorze dias (duas semanas), tendo uma adesão de participação considerada suficiente. O Gráfico 16 apresenta a porcentagem entre o total de convidados para participar e os que de fato participaram. Para a tabulação do questionário, consideramos como sendo o todo apenas aqueles que participaram.

Gráfico 16 - Porcentagem dos participantes que responderam ao formulário de avaliação do Produto Educacional

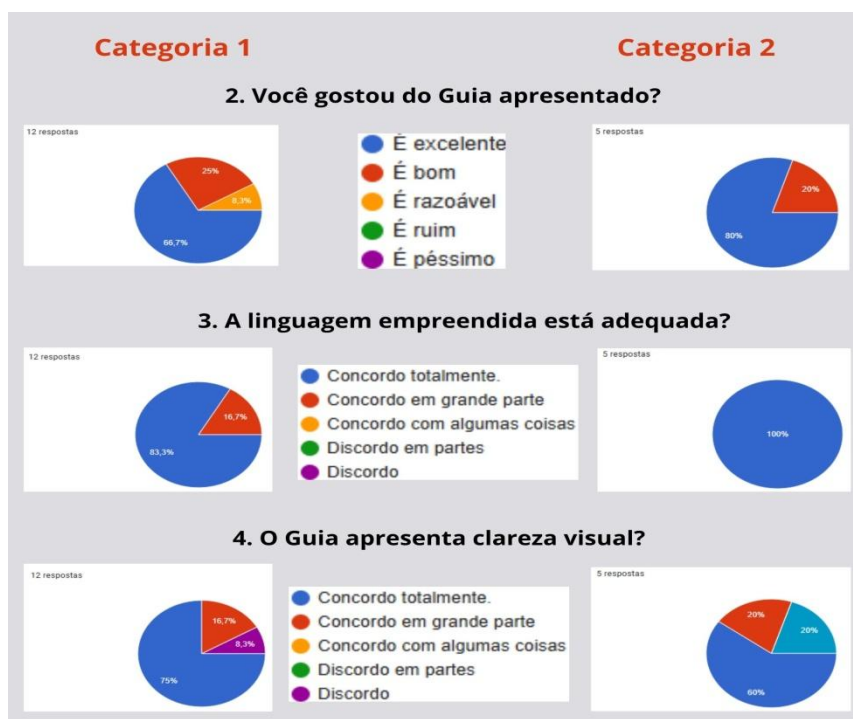


Fonte: Tabulação própria do autor conforme dados da pesquisa (2025).

Quando questionados se gostaram do Guia apresentado, a maioria respondeu que o Guia era excelente ou bom. Entre os participantes da *categoria 1*, 66,7% o classificaram como excelente, 25% como bom e 8,3% como razoável. Já entre participantes da *categoria 2*, 80% classificaram o Guia como excelente e 20% como bom.

A Figura 9 traz a representação gráfica, recortes do Google Forms, das respostas referentes às perguntas 2, 3 e 4 do formulário. O lado esquerdo faz referência à *categoria 1*, enquanto o lado direito se refere à *categoria 2*.

Figura 9 - Representação gráfica das respostas das perguntas 2, 3 e 4 do formulário de avaliação do Produto Educacional



Fonte: Editado no Canva.com, a partir do formulário de avaliação do PE.

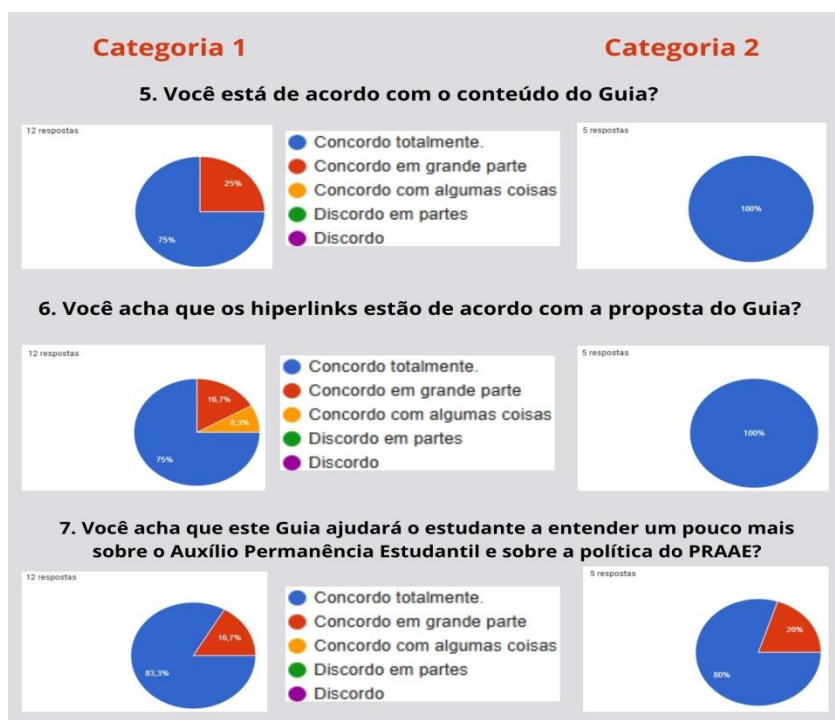
Sobre a linguagem do Guia, entre os participantes da *categoria 1*, 83,3% responderam concordar totalmente, enquanto 16,7% responderam concordar em grande parte. Todos os participantes da *categoria 2* responderam que concordam totalmente com a linguagem empreendida.

Todos foram questionados também sobre a clareza visual e as respostas foram as seguintes: Entre os participantes da *categoria 1*, 75% concordaram totalmente, 16,7% concordaram em grande parte e 8,3% discordaram (um participante discordou). Já entre os participantes da *categoria 2*, 60% concordaram totalmente e 40% concordaram em grande parte do Guia.

No tocante a estarem de acordo com o conteúdo do Guia, todos os participantes da *categoria 1* responderam que concordavam totalmente ou concordavam em grande parte (75% e 25%, respectivamente). Já na *categoria 2*, todos responderam concordar totalmente.

A Figura 10 traz a representação gráfica, recortes do *Google Forms*, das respostas referentes às perguntas 5, 6 e 7. Seguindo a lógica apresentada na Figura 9, o lado esquerdo faz referência à *categoria 1*, enquanto o lado direito se refere à *categoria 2*.

Figura 10 - Representação gráfica das respostas das perguntas 5, 6 e 7 do formulário de avaliação do Produto Educacional



Fonte: Editado no Canva.com, a partir do formulário de avaliação do PE.

O Guia apresenta hiperlinks, nos quais os usuários são levados para páginas específicas onde podem conhecer melhor os setores, as legislações do PRAAE, etc. Quando foram questionados se achavam que os hiperlinks estavam de acordo com a proposta do Guia, obtivemos as seguintes respostas: 75% dos participantes da *categoria 1* concordaram totalmente, 16,7% concordaram em grande parte e, finalmente, 8,3% disseram que concordava com algumas coisas (um participante). Entre os participantes da *categoria 2*, todos concordaram totalmente com a pergunta.

Também foi perguntado se o Guia ajudaria o estudante a entender melhor sobre o Auxílio Permanência Estudantil e sobre a política do PRAAE. As repostas dos participantes da *categoria 1* foram que concordavam totalmente (83,3%) e que concordavam com a maior parte (16,7%). Na *categoria 2*, 80% responderam que concordavam totalmente e 20% disseram concordar em grande parte.

A última questão abordada foi a seguinte: “Você gostaria de dar alguma sugestão que possa contribuir na melhoria deste Documento? Utilize esse espaço para fazer qualquer observação que achar necessário. É só através da sua colaboração que o material pode ser melhorado!” Entre os participantes da *categoria 1*, quase todos responderam que gostaram muito do Guia, porém, utilizaram o espaço para trazerem importantes contribuições. Apresentamos no Quadro 8 as contribuições apresentadas por esta categoria. Faremos uso da mesma nomenclatura utilizada no decorrer da pesquisa para fazermos referência a cada um dos participantes (a palavra *entrevistado* seguida de um número que varia de 1 a 16).

Quadro 8: Contribuições dos discentes e ex-discentes sobre o PE

Identificação	Contribuição no formulário
Entrevistado 3	Realmente a fonte utilizada não é das melhores e passa uma estética pouco formal. Achei um pequeno erro ortográfico. As ideias de clique no botão me passa uma de pouco acadêmica. Você fala em outros auxílios, mas só fui informado do auxílio permanência à época. Algumas cores não contrastam bem na fonte. Você destaca a necessidade de lê todo o edital, mas eu não entendi o porquê de comentar isso, porque todos lemos o edital por inteiro.
Entrevistado 4	O Documento trás total clareza ao que diz... mas acredito que esse documento poderia ser exposto para facilitar mais para os alunos. Esse benefício é de grande importância e quanto mais facilidade pra sua inscrição melhor.
Entrevistado 6	Analisei o documento e vi que está bem elaborado, com explicações detalhadas que esclareceram várias perguntas que surgiram logo no começo da leitura, mas que, ao continuar, foram sendo solucionadas. Muito bom!
Entrevistado 7	A gente se perde mesmo com as siglas e não sabe a quem recorrer. Esse material vai ajudar muito.
Entrevistado 8	Ressalto a necessidade de ajustes na formatação do texto. Adoção de uma fonte mais legível e amigável à leitura digital, como Tahoma, Poppins ou similar. Revisão do esquema de cores. Sugiro a criação de um documento geral, com diretrizes amplas e comuns a todos os alunos, que funcione como um ponto de partida.
Entrevistado 9	A única dica é que ele seja lançado o mais rápido possível para os estudantes. Será de

	ótima ajuda, pois trás muita clareza e menos burocracia e palavras difíceis (kkkk). Parabéns!
Entrevistado 11	Acredito que a cor das letras em alguns trechos demanda um esforço visual para compreender. As letras podem ser escritas com fonte normal, Arial ou algo parecido.
Entrevistado 13	O Guia está bem elaborado e claro, mas poderia incluir exemplos práticos ou situações reais que ajudem os estudantes a se identificarem com os conteúdos apresentados.
Entrevistado 14	O tema proposto cabe reflexão institucional e social, a evasão está ligada diretamente aos auxílios? Aumentando os valores os discentes teriam mais segurança para dedicar aos estudos? Por que a evasão em um curso é maior? São situações que precisam ser debatidas para o bem de todos. Diante disto, eu apoio a busca por melhorias seja financeira ou estrutural e com esse relatório/documento já é um passo importante.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do formulário (2025).

Entre os participantes da *categoria 2*, a maioria não utilizou o espaço para fazer sugestões de melhorias. Alguns responderam que o material era excelente, esclarecedor e suficientemente compreensivo, respectivamente. Entre os que contribuíram com sugestões, trouxeram a lembrança de que, mesmo o material sendo importante e bom, é preciso lembrar que a instituição está migrando para outra plataforma *online* e, portanto, quando for normatizada, o PRAAE também haverá de migrar para ela. Como ainda não há normativas da nova plataforma, precisou-se construir o documento baseado na plataforma antiga, o SIGAA, para depois adequá-lo. Outra sugestão de melhoria foi no tocante à fonte utilizada (seguindo as sugestões discentes) e à revisão das siglas.

Após as ricas contribuições dos participantes da *categoria 1* foram feitas adequações no Produto Educacional, de modo que contemplasse as sugestões. Diversas sugestões foram acatadas de imediato, principalmente no tocante à formatação, ao esquema de cores, à fonte utilizada, aos erros ortográficos, e à parte visual como um todo. Partes do texto que pareciam muito óbvias para os participantes foram retiradas ou modificadas. Até mesmo ícones que levavam o usuário a clicarem para ter acesso a mais informações *online* foram retirados (o ícone foi substituído por hiperlinks). Foi substituída até mesmo a plataforma digital de criação do documento que inicialmente foi desenvolvido através do Aplicativo *Microsoft Power Point* e depois migrado para o *Canva.com*. Outras sugestões não puderam ser acatadas porque iam de encontro umas com as outras (nesses casos, a sugestão citada por mais avaliadores era a escolhida) ou até mesmo porque fugia da proposta desta pesquisa. Fazendo uma comparação entre as figuras 7 e 11, é possível observar algumas mudanças entre a versão final, na Figura 7, e a versão enviada para avaliação, conforme Figura 11 (as figuras são correspondentes). A versão anexa do Guia (Apêndice C) já é a revisada após as sugestões. Basicamente todos os participantes marcaram como resposta (em todas as perguntas) as duas primeiras alternativas (concordo totalmente ou concordo em grande parte, respectivamente). Apenas um dos

participantes assinalou (em uma pergunta) uma das duas últimas alternativas (discordo em partes ou discordo, respectivamente).

Figura 11 - Página 21 do Produto Educacional, antes das contribuições no formulário de avaliação



Fonte: Elaboração própria a partir do Produto Educacional (2025).

Alguns participantes da *categoria 1* ainda fizeram comentários respondendo ao próprio aplicativo de mensagens, durante o envio do Guia e do formulário, independente de terem utilizado o espaço disponível na pergunta aberta. Um relatou que espera que o material não seja apenas mais uma ferramenta para ser arquivada, mas que seja entregue a todos os estudantes, independente de serem da forma subsequente ou não. Outro participante relatou que seria bom que fossem criados guias como estes também para outros processos/setores. Houve ainda quem dissesse que, enquanto participou do processo de seleção do PRAAE, os procedimentos eram outros (isso aconteceu porque foi em outra época, porém após isso a instituição alterou alguns fluxos, conforme editais mais recentes analisados no campus e na instituição como um todo).

O Guia foi bem aceito em ambas as categorias, podendo ser utilizado como uma ferramenta auxiliar de disseminação do PRAAE e, assim, somar-se às estratégias institucionais já existentes. Acreditamos que o sucesso de uma política tão importante e necessária, perpassa qualquer setor isolado da instituição e precisa contar com a colaboração

de todos os servidores. Esperamos que este Guia possa ajudar nossos estudantes sobre a assistência estudantil.

O PE foi validado pelos membros da banca. Reforça-se a partir de agora algumas informações, independentes de já terem sido discriminadas (mesmo que implicitamente) ao longo do capítulo. O PE, em formato digital e no modelo *PDF*, está vinculado à pesquisa desenvolvida no âmbito do IF Baiano, contudo sua aplicação remete a outra instituição, que é o IFS. O mesmo tem relação direta com a área de concentração, a linha de pesquisa e o macroprojeto desenvolvido na pesquisa. No tocante ao tipo de produto, o mesmo se encaixa como um manual/protocolo. Quanto ao impacto, foi uma demanda espontânea identificada a partir da pesquisa onde o mesmo foi aplicado (avaliado) por duas categorias como solução de um problema previamente identificado. O PE apresenta limitações, já que foi pensado após a identificação em um estudo de caso específico. Outra limitação constatada é o fato de que é necessário estar conectado à internet, caso se queira fazer uso de todos os recursos disponíveis no Produto. Destaca-se que, feitas as adequações, é possível utilizá-lo em outros *campi* e em outras instituições, inclusive aproveitando a estrutura para outros objetivos de pesquisa. Quanto ao estágio da tecnologia, classifica-se como um produto em fase de teste, já que depende da instituição para o qual foi pensado querer utilizá-lo. Seu acesso será público e gratuito pela página do PROFEPT.

Conclui-se assim o capítulo que apresentou os fundamentos, as bases teóricas e a criação de um Produto Educacional. As sugestões de melhorias foram acolhidas em grande parte, porém, quando não cabidas neste PE, foram trazidas para esta pesquisa, por acreditar-se que as falas dos sujeitos envolvidos vão além da proposta do Guia e podem ser aproveitadas para a criação de outros documentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que foi observado durante este estudo, com a consciência de que a evasão escolar é um fenômeno de causas múltiplas presentes em todas as modalidades de ensino, entre as quais a Educação Profissional, esta pesquisa buscou analisar o problema de pesquisa inicialmente proposto, que foi a indagação de quais as possíveis contribuições do PRAAE/IFS no combate à evasão nos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto.

Buscando alcançar o objetivo geral, que foi a análise dos auxílios do PRAAE e sua relação com a evasão nos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto e, conseqüentemente, auferir respostas para o problema de pesquisa, foram trabalhados os seguintes objetivos específicos: 1) a compreensão do conceito da evasão no contexto da EPT; 2) a compreensão do contexto do PRAAE no Campus Tobias Barreto; 3) a análise da evasão no campus entre os estudantes assistidos e os não assistidos pelo PRAAE e 4) a produção e aplicação de um Produto Educacional com relação direta com a política do PRAAE.

Um rigoroso processo metodológico foi construído no Capítulo 1, para que a pesquisa pudesse se desenvolver. Processo esse que precisou ser ratificado por um Comitê de Ética, neste caso, o da Universidade Tiradentes.

Antes mesmo do desenvolvimento dos objetivos específicos, foi preciso se aprofundar na modalidade EPT no Brasil, desde sua origem até chegarmos aos nossos atuais Institutos Federais. Observou-se como a educação, especialmente a Educação Profissional e Tecnológica, se transformou ao longo da história do Brasil. Desde o período colonial, com iniciativas voltadas prioritariamente às classes menos favorecidas, até os desdobramentos na atualidade com os Institutos Federais, percebe-se um caminho marcado por avanços e retrocessos. Também foi nesse momento que se conheceu melhor o processo de criação do Instituto Federal de Sergipe e do Campus Tobias Barreto, bem como da realidade socioeconômica e educacional da região centro-sul do estado de Sergipe.

Para o alcance do primeiro objetivo específico, foi desenvolvido no Capítulo 2 um apanhado bibliográfico e documental de conceitos baseados em diversas referências: O Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFS, a PNP, o Anuário Brasileiro de Educação, o INEP, entre outros. O conceito de evasão adotado nesta pesquisa foi o apresentado pelo Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal, publicado pelo MEC em 2014. O mesmo foi escolhido por estar em consonância com

os demais, além da sua objetividade e amplitude, comportando todas as informações baseadas no levantamento bibliográfico e documental.

O segundo e o terceiro objetivo específico foram apresentados e contextualizados ainda no Capítulo 2 e desenvolvidos através dos Capítulos 3 e 4 desta pesquisa, devendo, portanto, serem entendidos como complementares. Os resultados mostraram que a assistência estudantil, nesse caso os auxílios do PRAAE, tem um peso significativo na decisão do estudante permanecer ou se evadir.

No Capítulo 3 foram explanados os dados percentuais da evasão na EPT, no IFS, no campus e nos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto, principalmente nos três primeiros anos da década atual. Percebeu-se que quase sempre os números apresentavam taxas mais elevadas ao passo que íamos fazendo o recorte, ou seja, os números eram mais elevados entre a forma subsequente, em seguida no campus, depois no IFS e, finalmente, em toda a rede federal. Para efeito de comparação, entre os discentes ingressantes da forma subsequente (2022 e 2023) no campus, as taxas de evasão anual foram de aproximadamente 60% e 52%, respectivamente. Esses mesmos dados, quando analisados tomando como base todos os estudantes de todas as formas ofertadas no Campus Tobias Barreto, caem para 33% e 36%, respectivamente, o que, apesar de mais amenos, são assustadores.

Após debruçar-se na pesquisa, chegou-se à conclusão de que a forma subsequente no campus apresenta taxas alarmantes de evasão por motivos variados e peculiares, a saber: em sua maioria são trabalhadores e, como tal, isso já representa uma dificuldade para continuar estudando; assim, é um público que necessita de mais apoio e suporte da escola. Constatou-se também que, mesmo sendo um público carente dos aportes financeiros da assistência estudantil, é também na forma subsequente onde o estudante apresenta grandes dificuldades para ter acesso a esses recursos, já que chegam à instituição na hora da aula, precisam pegar o ônibus imediatamente após. Além disso, os próprios estudantes relataram que nem sempre os setores estão abertos no turno noturno. Todo esse cenário também contribui para que estes estudantes não tenham tempo (ou o entendimento necessário) para lerem os editais e poder entender os seus direitos. A escolha do Guia como Produto Educacional também tem o objetivo de dar um suporte aos estudantes no tocante a esse quadro.

Os dados orçamentários dos últimos anos (do IFS e da Assistência Estudantil) também foram explorados, para que pudesse ser feita a relação entre a evasão nos cursos escolhidos e o PRAAE. Ficou claro que os orçamentos repassados ao IFS nos últimos anos (2019 a 2023) não acompanharam a proporção de estudantes que ingressaram e, mais que isso, quando

analisamos a parcela destinada para a assistência estudantil, os números são ainda mais desanimadores. O ano de 2024 foi abordado em partes nesta pesquisa, já que os dados necessários na pesquisa documental ainda não estavam disponíveis e, quando disponíveis, eram parciais. Mesmo assim, pelos documentos acessíveis, o cenário financeiro institucional para 2024 não demonstrava ser diferente em relação aos anos anteriores.

Baseado em diversos trabalhos acadêmicos e nos documentos institucionais do IFS, foram listados os principais fatores causadores da evasão na EPT, os quais muitos coincidiriam com os apresentados pelos sujeitos desta pesquisa. Mesmo com fatores diversificados, muitos dos quais externos à instituição (os que dizem respeito aos aspectos individuais e aos aspectos externos), chegou-se à conclusão que as defasagens orçamentárias contribuem para o aumento da evasão, inclusive indo não contramão do objetivo geral desta pesquisa.

Ainda baseado nos documentos estudados, quando se analisa as cinco turmas estudadas (da forma subsequente) no tocante a serem ou não beneficiadas com o APE, que é a principal linha de ação do PRAAE, chegamos aos seguintes números: entre aqueles que não se evadiram aproximadamente 82,54% recebiam o auxílio, já entre os evadidos, os que recebiam eram menos 48%. Os dados parecem óbvios, mas, quando partimos para a pesquisa de campo e passamos a conhecer de perto as necessidades dos nossos estudantes e ex-estudantes, entendemos o quão significativo são esses recursos.

A pesquisa de campo com os dezesseis estudantes e ex-estudantes da forma subsequente, o que corresponde a aproximadamente 8,5% dos discentes dessa forma de ensino no período, nos trouxe as principais causas da evasão, os motivos e os fatores. Mais que isso, percebemos que muitos são comuns em diversas instituições, quando comparados com o referencial teórico desenvolvido.

Através de entrevistas individuais, semiestruturadas, os entrevistados apontaram os fatores principais que causam ou contribuem para a evasão e os mais citados foram: dificuldades financeiras, dificuldade em conciliar estudo e trabalho, dificuldade de transporte para a instituição, insuficiência ou falta de recursos do programa da assistência estudantil, indisponibilidade de merenda escolar, falha na comunicação com a instituição, dificuldade na relação professor-estudante, entre tantos outros.

Percebeu-se que nem tudo que causa a evasão tem relação direta com a instituição, mas, através dos fatores citados, não há dúvida de quão grande é a importância do PRAAE para frear a evasão no campus. É através desses auxílios que os estudantes se alimentam na

instituição, que comprem material escolar, que suprem os problemas com transporte, entre outros.

Quando os entrevistados foram questionados sobre a utilização do APE, as principais respostas foram: Merenda escolar, transporte escolar e material escolar. O problema do transporte escolar e da merenda (construção da cantina) poderia ser resolvido se as ações do PDI saíssem do papel. Atenta-se, mais uma vez, para o fato de que muitas políticas públicas educacionais dos Institutos Federais, como a Assistência Estudantil, a aquisição de bens materiais e ampliação dos espaços físicos são dependentes dos orçamentos disponibilizados pela União. Assim, acreditamos que todas as políticas públicas implementadas para conter a evasão são bem vindas, como a implantação do *Pé-de-meia*, em 2024. O equívoco é acreditar que novas políticas públicas são suficientes para suprir os objetivos de outras. Nossos estudantes do subsequente não podem ser contemplados com o *Pé-de-meia* e isso torna a política de Assistência Estudantil ainda mais importante para este público.

Para não restar nenhuma dúvida sobre a importância que se tem o PRAAE em nosso campus, trazemos as principais sugestões de melhorias sugeridas pelos entrevistados, onde muitas têm relação direta com o APE ou com outras ações desenvolvidas pelo PRAAE. Eis as principais sugestões: mais bolsas do PRAAE; melhoria na comunicação institucional com o estudante; preocupação maior com os motivos da falta do estudante; melhoria no transporte; aumento no valor dos auxílios; maior comprometimento de alguns professores.

Ressalta-se que nem todas as falas dos sujeitos da pesquisa vão de encontro aos auxílios do PRAAE e, mesmo assim, resulta em evasão. Temos estudantes que se evadem por outros motivos, como a escolha por um curso superior, motivos pessoais, doença, mudança de cidade, etc. Nestes casos a instituição tem uma parcela de interferência mínima.

Há ainda os casos citados que não têm relação com o PRAAE, mas que não impedem que sejam revistos pela instituição: complexidade dos conteúdos abordados no curso; excesso de cobrança dos professores, falha na comunicação entre os discentes e a instituição; falta de aulas práticas e visitas técnicas, etc. Foi comprovado que tudo isso pode resultar em evasão.

Acreditamos que a resolução dos fatores internos à instituição (mesmo que não em sua totalidade) já alteraria bastante o quadro atual no campus pesquisado. E, mesmo reconhecendo a peculiaridade apresentada pelos fatores individuais e externos à instituição, esta precisa ampliar o seu comprometimento na busca por soluções. O referencial teórico nos trouxe (e as entrevistas reforçaram) a necessidade de ampliação dos auxílios financeiros, a

necessidade de organização e comunicação institucional, seja da política de assistência estudantil, seja dos fatores que não estão relacionados à política.

Outra questão que foi observada nesta pesquisa é que, apesar de quase sempre o êxito está relacionado ao fato do estudante concluir o curso ao qual ingressou, há casos onde a evasão no campus não deve ser encarada exatamente como fracasso ou falha no processo educacional. Assim, poderíamos citar o estudante que se evadiu do curso para fazer uma graduação. Percebe-se que não significa que houve necessariamente um fracasso escolar se analisarmos a possibilidade de o período que o estudante passou na instituição serviu como uma amplitude no leque de oportunidades, inclusive de cunho político-social. Percebe-se com isso que, mesmo o abandono da escola anterior para cursar uma graduação seja classificado como um fator individual, enquanto esteve na instituição o estudante pôde ter acesso a outras oportunidades e, nesse caso, sua passagem pelo IFS poderia ser considerada exitosa.

Com o intuito de sanar, ou ao menos diminuir os problemas apresentados durante a pesquisa de campo, onde muitos entrevistados relataram dificuldade na comunicação com a instituição, chegou-se à conclusão da necessidade de construir um PE que tivesse a finalidade de atender às necessidades discentes. E, para desenvolver este PE, que também foi um dos objetivos específicos da pesquisa, chegou-se na conclusão de que o mais adequado seria um Guia Orientativo sobre o PRAAE, que se aprofundasse na sua principal linha de ação, o APE.

O PE foi bem aceito pela equipe multidisciplinar e, principalmente, pelos sujeitos da pesquisa, podendo, assim, caso seja de interesse do campus, ser disponibilizado entre os estudantes, a fim de oferecer caminhos para a superação da evasão.

Diante da amplitude do tema pesquisado e visando não fugir dos objetivos, foi uma consequência natural o fato desta pesquisa não ter contemplado todas as causas que contribuem com a evasão. Pesquisas futuras poderão dialogar melhor com outros subtópicos semeados e levantados aqui, porém não aprofundados, como a comunicação institucional com os estudantes, a relação dos discentes com os docentes entre outros. São temas para pesquisas futuras, alicerçadas com tantas outras já existentes, que podem ser desenvolvidas além dos critérios relacionados à política de assistência estudantil ou relacionados com a política, porém com outros objetivos, como o foco nas discussões orçamentárias.

Sabemos que os desafios são enormes e não são necessariamente de responsabilidade exclusiva de um ou outro setor do campus. O estudo não é um trabalho acabado, mas sim um caminho para ampliarmos as discussões sobre o objeto investigado, até porque, a partir da análise de todos esses fatores, constatou-se a percepção já trazida durante a construção do

referencial teórico, que é a complexidade do tema. É fato que esta pesquisa contribuiu significativamente para a minha formação e esperamos que possa servir como inspiração para a formação de outros sujeitos que buscam encontrar meios de diminuir a evasão, em especial na EPT. Assim, anseia-se que esta pesquisa possa ser compreendido como um documento de gestão institucional, já que apresenta potencial no subsídio de decisões institucionais, em especial, relacionadas à assistência estudantil.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Edclecia Barbosa de. **Evasão escolar: representações sociais construídas por estudantes evadidos do curso técnico subsequente em Eletroeletrônica do IFPE - Campus Afogados da Ingazeira**. Dissertação (Mestrado em EPT) - Instituto Federal de Pernambuco - Campus Olinda. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. p. 170. P. Olinda/PE, 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2016.

BETONNI, Vanessa. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): Um estudo de caso no Instituto Federal Catarinense Campus Videira**. Dissertação (Mestrado em EPT) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Campus Curitiba. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. p. 150. Curitiba/PN, 2021.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em 27/07/2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 28/07/2024.

BRASIL. **Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em 25/07/2024.

BRASIL. **Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em 25/07/2024.

BRASIL. **Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 25/07/2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso em 25/07/2024.

BRASIL. IBGE. **IBGE-cidades**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 25/11/2024.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em 25/08/2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 25/08/2024.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Brasília, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm. Acesso em 03/11/2024.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2008a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acesso em 03/11/2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em 03/11/2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** [Reforma do Ensino Médio]. Brasília: Congresso Nacional, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em 03/11/2024.

BRASIL. MEC. **Anuário Brasileiro da Educação Básica – Todos pela Educação.** Brasília – DF, 2019. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf. Acesso em: 05/02/2024.

BRASIL. MEC. **Catálogo de Teses e Dissertações.** Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>. Acesso em 05/11/2024.

BRASIL. MEC. **Censo escolar, 2020.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>.

Brasil. MEC. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. 2009.** Recuperado em 20 novembro, 2016, em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em 03/04/2025.

BRASIL. MEC. **Documento de área: área 46 -ensino.** Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2019. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colégio-de-ciencias-exatas-tecnologicas-e-multidisciplinar/multidisciplinar/Ensino_Documento_Orientador_APCN_2023.pdf. Acesso em 07/04/2025.

BRASIL. MEC. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2019-pdf/110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal/file>. Acesso em 03/04/2025.

BRASIL. MEC. **Gov.br**. Novos Institutos Federais vão gerar 140 mil novas vagas. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/novos-institutos-federais-vaog-gerar-140-mil-novas-vagas>. Acesso em: 24/05/2024.

BRASIL. MEC. **Plataforma Nilo Peçanha**: Ano Base 2017, 2018, 2019 e 2020. Brasília, DF: MEC, 2020. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>. Acesso em: 27/05/2024.

BRASIL. MEC. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: 2021. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24/09/2024.

BRASIL. **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf>. Acesso em: 24/01/2025.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf>. Acesso em: 24/01/2025.

CAMPOS, R. K. N.; SANTANA, G. C. **Fatores e motivos da evasão escolar no curso técnico subsequente de manutenção e suporte em informática do IFS - Campus Itabaiana**. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 11, Curitiba. 2013. Anais. Curitiba, PUCPR, set., 2013.

CIAVATTA, Maria. **O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?** Revista Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.23, n.1, p. 187-205, jan-abr, 2014.

CORDIOLLI, Marcos Antonio. **Sistemas de Ensino e Políticas Educacionais no Brasil**. Curitiba: Ibpex, 2011.

CUNHA, Eudes Oliveira. **Implementação da política de permanência de estudantes na Universidade Federal da Bahia**. (tese de doutorado). Salvador, 20217.

DIGIÁCOMO, Murilo José. **Evasão Escolar: não basta comunicar e as mãos lavar**. 2005. Disponível em: http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/evasao_escola_murilo.pdf. Acesso em: 24/11/2024.

FERREIRA, Daiana da Rosa. **Processo de Ingresso do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho no Campus Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC): Um Estudo Sobre a Relação Acesso - Permanência - Sucesso - Progressão**. Dissertação (Mestrado em EPT) - Instituto Federal de Santa Catarina –

CERFEAD. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. p. 259. Florianópolis/SC, 2021.

FERREIRA, Júlia A. de O. Ataíde. **Criação de um painel de controle para prevenção da evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.** Dissertação (Mestrado em EPT) - Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Centro. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. p. 133. Manaus/AM, 2021.

FONSECA, Celso S. da. **História do Ensino Industrial no Brasil.** SENAI/DN/DPEA, Rio de Janeiro/RJ, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: UNESP, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais.** Cadernos Cedes Políticas Públicas e Educação. n.º5. Campinas, 1.ed., 2001.

IFS. CD. **Recomendação CD/ IFS nº 37, de 28 de março de 2022.** Recomenda a utilização do Documento referência para atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais do IFS. Disponível em: https://sig.ifs.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 24/10/2024.

IFS. CS. **Resolução nº 128/2022CS/IFS.** PDI 2020 -2024. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, interstício 2020-2024. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Proen/Documentos_Internos/CS_31_-_Aprova_o_Plano_de_Developmento_Institucional_-_PDI_2020-2024.pdf. Acesso em: 24/10/2024.

IFS. CS. **Resolução nº 21/2018/CS/IFS.** Aprova a reformulação do Regulamento do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando – PRAAE/IFS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Diae/Resolu%C3%A7%C3%A3o_21_do_Praae_Proporcionalidade.pdf. Acesso em 16/10/2024.

IFS. CS. **Resolução nº 28/2016CS/IFS.** Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFS. 2016a. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/documentos-internos-proen/353-hotsite-proen/9074-documentos-internos-vigentes-proen>. Acesso em 16/10/2024.

IFS. CS. **Resolução nº 37/2017/CS/IFS.** Aprova a Política de Assistência Estudantil do IFS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Diae/CS_37_-_Aprova_a_Pol%C3%ADtica_de_Assistencia_Estudantil_do_IFS__com_Normas_Anexas.pdf. Acesso em 16/8/2024.

IFS. CS. **Resolução nº 45/2017CS/IFS**. Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Comércio, ofertado pelo Campus Tobias Barreto do IFS. 2017. Disponível em: Acesso em 22/11/2024.

IFS. **PPPI - Projeto Político Pedagógico Institucional - 2014**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/Ascom_Itabaiana/Projeto_Pol%C3%ADtico_Pedag%C3%B3gico_Institucional_PPPI.pdf . Acesso em 16/07/2024.

IFS. **Relatório de Gestão exercício de 2023 do Instituto Federal de Sergipe**. Aracaju: Prodin, 2024, 169p. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao/relatoriodegestao>. Acesso em 22/11/2024.

IFS. **Relatório de Gestão exercício de 2024 do Instituto Federal de Sergipe**. Aracaju: Prodin, 2025, 131p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/157-bbxHJV3c2WtGis_1VXR7Ho_RwE23I/view. Acesso em 11/06/2025.

IFS. SIGAA. **Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas**. Disponível em: <https://sigaa.ifs.edu.br>. Acesso em 24/01/2025.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada**. XI Anped Sul. Reunião Científica Regional da Anped. UFPR. Curitiba; Julho de 2016.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. **Produtos educacionais em mestrados profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos**. In: Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, 7, 2018, Fortaleza. Anais[...] Fortaleza: UNIFOR, 2018. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>. Acesso em 02/05/2025.

MAGALHÃES JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira; BATISTA, Michel Corci (org). **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. ed. 2. Ponta Grossa/PR: Atena, 2023.

MAINARDES, Jefferson. **Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional**. Laplage em Revista (Sorocaba), vol.4, n.1, jan.-abr. 2018, p.186-201.

MARCHESAN, Maria C. Carpes. **O programa permanência e êxito no Instituto Federal Farroupilha: perspectivas para o pós-pandemia**. Dissertação (Mestrado em EPT) - Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. p. 94. Alegrete/RS, 2021.

MARTINS, João Paulo Lira. **Política de Assistência Estudantil no Ensino Médio Integrado: Análise sob a ótica dos alunos do curso de Agropecuária do IFPI – Campus Oiras**. Dissertação (Mestrado em EPT) - Instituto Federal do Sertão Pernambucano – Campus Salgueiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. p. 167. Salgueiro/PE, 2020.

MENEZES, Roberto Goulart; KRAYCHETE, Elsa Sousa. **Desigualdade global e desenvolvimento**. Caderno C R H, Salvador, v. 35, p. 1-7, 2022.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MIRANDA, Natália A. D. **Acompanhamento educacional e sociofamiliar no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais: concepções e propostas no âmbito da assistência estudantil**. Dissertação (Mestrado em EPT) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Ouro Branco. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. p. 105. Ouro Branco/MG, 2021.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. 1ª ed. Coleção Formação Pedagógica. Volume III. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

OLIVEIRA, Alessandro Zardini de. **Política de assistência estudantil do Ifes: ações inclusivas para o acesso, permanência e êxito dos(as) estudantes do Proeja**. Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Vitória, 2022.

OLIVEIRA, Flávia A. de Castro. **Evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano - Campus Ceres**. Dissertação (Mestrado em EPT) - Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. p. 145. Morrinhos/GO, 2019.

PEREIRA, Harrison Novaes Silva. **Proeja noturno no CEEP Régis Pacheco em Jequié/Ba: a evasão na perspectiva discente**. Dissertação (Mestrado em EPT) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Catu. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. p. 132. Catu/Ba, 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Curitiba: s.d.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. 1ª ed. Coleção Formação Pedagógica. Volume V. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RIZZATTI, et al. **Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais**: proposições de um grupo de colaboradores. ACTIO, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: http://profqui.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/334/2020/09/Artigo_Os-Prod.-Educ.-dos-PPG-profissionais.pdf. Acesso em 24 de maio de 2025.

ROCHA, Evicaline dos Santos. **O acesso à política de assistência estudantil: um processo garantido ou conquistado?** IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONEDU, João Pessoa. Out, 2023.

ROSA, Alcemir Horário. **Ecos da EPT - A evasão escolar nos cursos técnicos: diagnóstico, números e propostas para o fortalecimento do ensino técnico - Um estudo de caso sobre a realidade do IFPI – Parnaíba**. Dissertação (Mestrado em EPT) - Instituto Federal do Ceará – Campus Fortaleza. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. p. 285. Fortaleza/CE, 2019.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 205 - 224.

SANTOS, Odaíde F. Campos dos. **Nós, IFS! Permanência Estudantil no Instituto Federal de Sergipe: uma análise a partir do campus Tobias Barreto**. Dissertação (Mestrado em EPT) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Aracaju. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. p. 148. Aracaju/SE, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da politécnica**. Trabalho, educação e saúde", Revista da EPSJV/FIOCRUZ. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, n. 1, pp. 131-52, 2003.

SEDUC/SE. **Secretaria de Educação de Sergipe**. Disponível em <https://seduc.se.gov.br/>. Acesso em 21/04/2025.

SILVA, Carmem B. B. da. **Guia Orientativo enquanto ferramenta para auxiliar estudantes na compreensão dos Editais de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em EPT) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do M. G. do Sul – Campus Campo Grande. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. p. 111. Campo Grande/MS, 2021.

SILVA, Jeane de Lima. **Evasão e ações de Permanência e Êxito na Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade Subsequente: O caso do Instituto Federal do Amazonas - Campus Avançado Manacapuru**. Dissertação (Mestrado em EPT) - Instituto Federal do Amazonas - Campus Manaus. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. p. 139. P. Manaus/AM, 2021.

SILVEIRA, Leda Maria Pereira da. **Prevenção à evasão escolar nos cursos técnicos subsequentes em Educação Profissional e Tecnológica do IFRS - Campus Viamão/RS**. Dissertação (Mestrado em EPT) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. p. 134. P. Alegre/RS, 2023.

SILVESTRE, Ana Lúcia. *et al.* **Cortes orçamentários na educação: uma ameaça à expansão e consolidação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Revista Educação e Políticas em Debate – v. 11, n. 2, p. 669-687, mai./ago. 2022.

SOARES, Priscila da Silva. **Assistência estudantil no Instituto Federal do Acre: Contribuições para uma identidade para além dos auxílios financeiros**. Dissertação (Mestrado em EPT) - Instituto Federal do Acre – Campus Rio Branco. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. p. 108. Rio Branco/AC, 2022.

SOUSA, Maria da Graça do Nascimento de. **Evasão ou permanência na educação profissional e tecnológica? Um estudo de caso no IF Sul-Rio-Grandense – Campus Santana do Livramento**. Dissertação (Mestrado em EPT) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. p. 180. Porto Alegre, 2020.

SOUZA, Heloísia C. de. **Fatores associados à permanência e ao êxito dos estudantes nos cursos técnicos subsequentes / concomitantes.** Dissertação (Mestrado em EPT) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Ceres. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. p. 180. Ceres/GO, 2023.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** AATR, Salvador, v. 200, 2002.

APÊNDICES:

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Esta pesquisa seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resoluções nº 510/16 e 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do participante: _____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: “Os auxílios do PRAAE e sua relação com a evasão nos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto”.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Neimax Santos Santana.

ORIENTADORA RESPONSÁVEL: Cristiane Brito Machado

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

Caro(a) estudante, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: “**Os auxílios do PRAAE/IFS e sua relação com a evasão nos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto**”, de responsabilidade do pesquisador Neimax Santos Santana, Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Sergipe, que tem como objetivo analisar os auxílios do PRAAE/IFS e sua relação com a evasão nos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto.

Caso aceite participar, você contribuirá com esta pesquisa realizando um depoimento (em áudio), na forma de entrevista semiestruturada presencial e individual, que contribuirá para o desenvolvimento desta pesquisa.

Quanto aos possíveis riscos decorrentes da sua participação na pesquisa estão: possibilidade de constrangimento ao responder a entrevista; medo de não saber responder ou de ser identificado(a); estresse; cansaço ou vergonha ao responder às perguntas; quebra de anonimato e de sigilo, mesmo que de forma involuntária e não intencional.

Ciente destes riscos, o pesquisador buscará garantir a dignidade dos(as) participantes, mantendo-se o princípio da integridade, da justiça e equidade, bem como o direito de manifestar-se em conformidade ou não com o que está sendo proposto. A fim de minimizar os riscos de constrangimento, cansaço e/ou desconforto, no que tange as participações nas avaliações, será promovida uma exposição sobre a pesquisa e seus objetivos, bem como sobre a importância do respeito às diversas opiniões, com o intuito de motivar a interação dos participantes e valorizar a participação de cada um na construção do seu próprio conhecimento e no conhecimento coletivo.

O encontro será realizado em momento propício em um ambiente confortável, a ser definido em comum acordo entre o pesquisador e o entrevistado, respeitando-se a disponibilidade do(a) mesmo(a), de forma a otimizar o tempo, evitando assim o cansaço e o desgaste. Durante o encontro, o pesquisador estará atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto e/ou cansaço, e caso ocorra, o(a) participante terá toda a liberdade de não responder mais às questões.

Buscando ainda minimizar os riscos de constrangimento, incômodo ou ofensa.

Os instrumentos de pesquisa foram elaborados levando-se em consideração os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resoluções nº 510/16 e 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que versam sobre a ética na pesquisa, preocupando-se em desenvolver abordagens respeitadas.

Os CEPs são órgãos “colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (BRASIL, 2012). Sendo assim, o pesquisador encaminhou todos os instrumentos de coleta para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e a coleta de dados apenas ocorrerá após a autorização do mesmo.

Fica assegurada aos participantes a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro, primando sempre pela garantia do respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, com as diferenças e singularidades do grupo, e ainda, o cuidado com a preservação dos seus espaços/ambientes de trabalho.

A Resolução CNS nº 510, artigo 17, inciso IV versa sobre “a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa seja pessoa ou grupo de pessoas, durante todas as fases da pesquisa, **exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário, mesmo após o término da pesquisa**”. Desse modo, o pesquisador reitera que manterá a privacidade dos dados envolvidos na pesquisa que não forem expressamente autorizados pelos participantes. E, se após o seu consentimento em participar da pesquisa, venha, independente dos motivos, desistir de participar, terá o direito e a liberdade de retirar o consentimento, a qualquer tempo, antes ou depois da coleta dos dados, sem nenhum prejuízo para sua pessoa.

Sua participação neste projeto não implicará ônus financeiro, bem como não haverá nenhum tipo de compensação ou gratificação financeira, visto que se trata de uma participação voluntária. Garantimos aos participantes o acesso aos resultados da pesquisa - conforme Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, Inciso VI – que podem ser solicitados e obtidos através do e-mail da pesquisador neimaxsantos@hotmail.com.

Considerando que essas medidas atenuam, mas não anulam os riscos de dano e de quebra de confidencialidade das informações que não forem expressamente autorizadas pelos participantes, caso o participante se sinta constrangido, inseguro, ameaçado, desconfortável ou desmotivado a participar, poderá deixar de participar a qualquer momento, sem nenhum ônus ou constrangimento.

O pesquisador assegura a assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos, seja ela psicológica, financeira ou de qualquer outra ordem, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa. A Resolução CNS nº 466 de 2012 (item IV.3) define que “os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas na pesquisa” (item V.7). Além disso, caso haja despesa do participante e seus acompanhantes, quando necessário, para transporte e alimentação, está garantido o ressarcimento desses valores como uma compensação material. Esse ressarcimento, caso seja necessário será custeado com recursos do próprio pesquisador.

Caso queira, você poderá, a qualquer momento, desistir de autorizar a sua participação. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que você apresentar serão esclarecidas pelo pesquisador e, caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da instituição. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o contato do pesquisador, nos quais poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e a participação, agora ou a qualquer momento.

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: **Neimax Santos Santana**, Rua Francisco José da Silva, nº399, Bairro Barreiro – Campo do Campo do Brito/SE, CEP 49520-000. Telefone: 79 9 9639-8026 / E-mail: neimaxsantos@hotmail.com

CEP – Universidade Tiradentes – UNIT. Avenida Murilo Dantas, 300 – Bairro Farolândia – Telefone: (79) 3218-2128 - CEP 49032-490, Aracaju/SE, cep@unit.br

IV. AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E/OU VOZ

Você tem a liberdade em escolher se autoriza ou não a gravação e/ou divulgação da sua voz para fins específicos de divulgação dos resultados da pesquisa em decorrência da sua participação na Pesquisa intitulada "Os auxílios do PRAAE/IFS e sua relação com a evasão nos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto".

Caso o participante não autorize a gravação e/ou divulgação de sua voz, garantimos o anonimato e a não exposição da identidade do estudante participante na pesquisa. Os nomes dos participantes serão substituídos por letras, exemplo: "estudante A" e o(a) mesmo(a) não será identificado(a) nesta pesquisa e nem disponibilizado em mídia digital. Caso concorde em autorizar a gravação e/ou divulgação da sua voz para fins específicos de divulgação dos resultados da pesquisa, as mesmas poderão aparecer nos produtos resultantes desta pesquisa, produzida pelo pesquisador Neimax Santos Santana e poderá ser apresentado em reuniões, seminários, congressos, conferências profissionais ou acadêmicas dentre outras atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. A guarda e demais procedimentos de segurança com relação aos sons de sua voz são de responsabilidade do pesquisador. O(A) participante pode retirar seu consentimento sobre dados e imagem a qualquer tempo, no entanto, depois de concluída a edição de algum documento, a retirada da mesma pode ficar inviável.

O uso de áudio de participantes está amparado pela Resolução CNS nº 510 de 2016, art. 9º, no respeito à privacidade, garantia de confidencialidade das informações pessoais e da garantia de o participante decidir quais das suas informações podem ser tratadas de forma pública.

Desse modo, o participante tem as opções de:

- 1) autorizar a gravação E/OU divulgação da sua voz; ☐
- 2) não autorizar a gravação E/OU divulgação da sua voz; ☐
- 3) autorizar a gravação mas não a divulgação de sua voz. ☐

Este documento será assinado em duas vias, sendo uma via destinada a(ao) participante e a outra destinada ao pesquisador. Segundo a Resolução CNS 466/12, cabe ao pesquisador, manter em arquivo, sob sua guarda, por 5 (cinco) anos, os dados da pesquisa, contendo fichas individuais e os demais documentos recomendados pelo CEP.

Tobias Barreto/SE, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA - ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

APRESENTAÇÃO

O objetivo dessa pesquisa é analisar os auxílios do PRAAE/IFS e sua relação com a evasão nos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto. Para isso, serão aplicadas entrevistas semiestruturadas presencialmente com estudantes e/ou ex-estudantes dos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto. As perguntas estão organizadas por categorias. Estas entrevistas serão individuais e gravadas em áudio.

PERFIL DO(A) ENTREVISTADO(A)

No início de cada entrevista gravada, o(a) entrevistado(a) dirá seu nome completo, idade, gênero, o nome do curso, se trabalha, com quem mora, o meio de transporte que utiliza(va) para se deslocar ao campus.

ENTREVISTADOS DO GRUPO 1: EVADIDOS QUE RECEBIAM O(S) AUXÍLIO(S) DO PRAAE.

Categoria 1: A relação entre o ex-estudante e o PRAAE

- P1.** Enquanto esteve matriculado no curso, você recebia auxílio do PRAAE?
- P2.** Qual(is) os auxílio(s) que você recebia?
- P3.** Você recebeu os auxílios durante todo o período em que frequentou as aulas?
- P4.** Você já sabia da existência dos auxílios do PRAAE antes de se matricular no curso?
- P5.** A existência dos auxílios do PRAAE te influenciou a se matricular no curso?
- P6.** Como você utilizava o auxílio que recebia do PRAAE?

Categoria 2: A saída ou permanência do estudante

- P7.** Você teve dificuldades financeiras ou materiais enquanto esteve no curso?
- P8.** Se sim, essas dificuldades influenciaram para você desistir do curso?
- P9.** Quais outros motivos que te fizeram desistir do curso?

Categoria 3: A relação entre a evasão e os auxílios do PRAAE

- P10.** Quais mudanças nos auxílios do PRAAE te fariam continuar no curso?
- P11.** De que forma a instituição poderia ter contribuído para sua manutenção no curso?

ENTREVISTADOS DO GRUPO 2: EVADIDOS QUE NÃO RECEBIAM O(S) AUXÍLIO(S) DO PRAAE.

Categoria 1: A relação entre o ex-estudante e o PRAAE

- P1.** Enquanto esteve matriculado no curso, você recebia auxílio do PRAAE?
- P2.** Você solicitou o recebimento de algum auxílio nos prazos previstos?
- P3.** Se sim, qual(is) os auxílio(s) que você solicitou?
- P3.1.** Por que você não foi contemplado com os auxílios?
- P3.** Se não, porque você não fez a solicitação?
- P4.** Você já sabia da existência dos auxílios do PRAAE antes de se matricular no curso?
- P5.** A existência dos auxílios do PRAAE te influenciou a se matricular no curso?
- P6.** Se tivesse sido contemplado, como você utilizaria o(s) auxílio(s) do PRAAE?

Categoria 2: A saída ou permanência do estudante

- P7.** Você teve dificuldades financeiras ou materiais enquanto esteve no curso?
- P8.** Se sim, essas dificuldades influenciaram para você desistir do curso?
- P9.** Quais outros motivos que te fizeram desistir do curso?

Categoria 3: A relação entre a evasão e os auxílios do PRAAE

- P10.** Se você tivesse sido contemplado com os auxílios do PRAAE, teria continuado no curso?
- P11.** De que forma a instituição poderia ter contribuído para sua manutenção no curso?

ENTREVISTADOS DO GRUPO 3: ESTUDANTES QUE RECEBEM OU NÃO O(S) AUXÍLIO(S) DO PRAAE

Categoria 1: A relação entre o estudante e o PRAAE

- P1.** Você recebe auxílio(s) do PRAAE?
- Caso a pergunta P1 seja afirmativa, não fazer as perguntas P4, P5, P6 e P10. Caso a pergunta 1 seja negativa, não fazer as Perguntas P2, P3 e P9.*
- P2.** Você recebe desde o início do curso?
- P3.** Qual(is) os auxílio(s) que você recebe?
- P4.** Você solicitou o recebimento de algum auxílio nos prazos previstos?
- P5.** Se solicitou, por que você não foi contemplado com os auxílios?
- P6.** Se não, por que você não fez a solicitação?
- P7.** Você já sabia da existência dos auxílios do PRAAE antes de se matricular no curso?
- P8.** A existência dos auxílios do PRAAE te influenciou a se matricular no curso?

P9. Como você utiliza o auxílio que recebe do PRAAE?

P10. Se tivesse sido contemplado, como você utilizaria o auxílio do PRAAE?

Categoria 2: A saída ou permanência do estudante

P11. Você tem dificuldades financeiras ou materiais durante o curso?

P12. Se sim, essas dificuldades te fazem pensar em desistir do curso?

P13. Quais outras dificuldades que você enfrenta para estar no curso?

Categoria 3: A relação entre a evasão e os auxílios do PRAAE

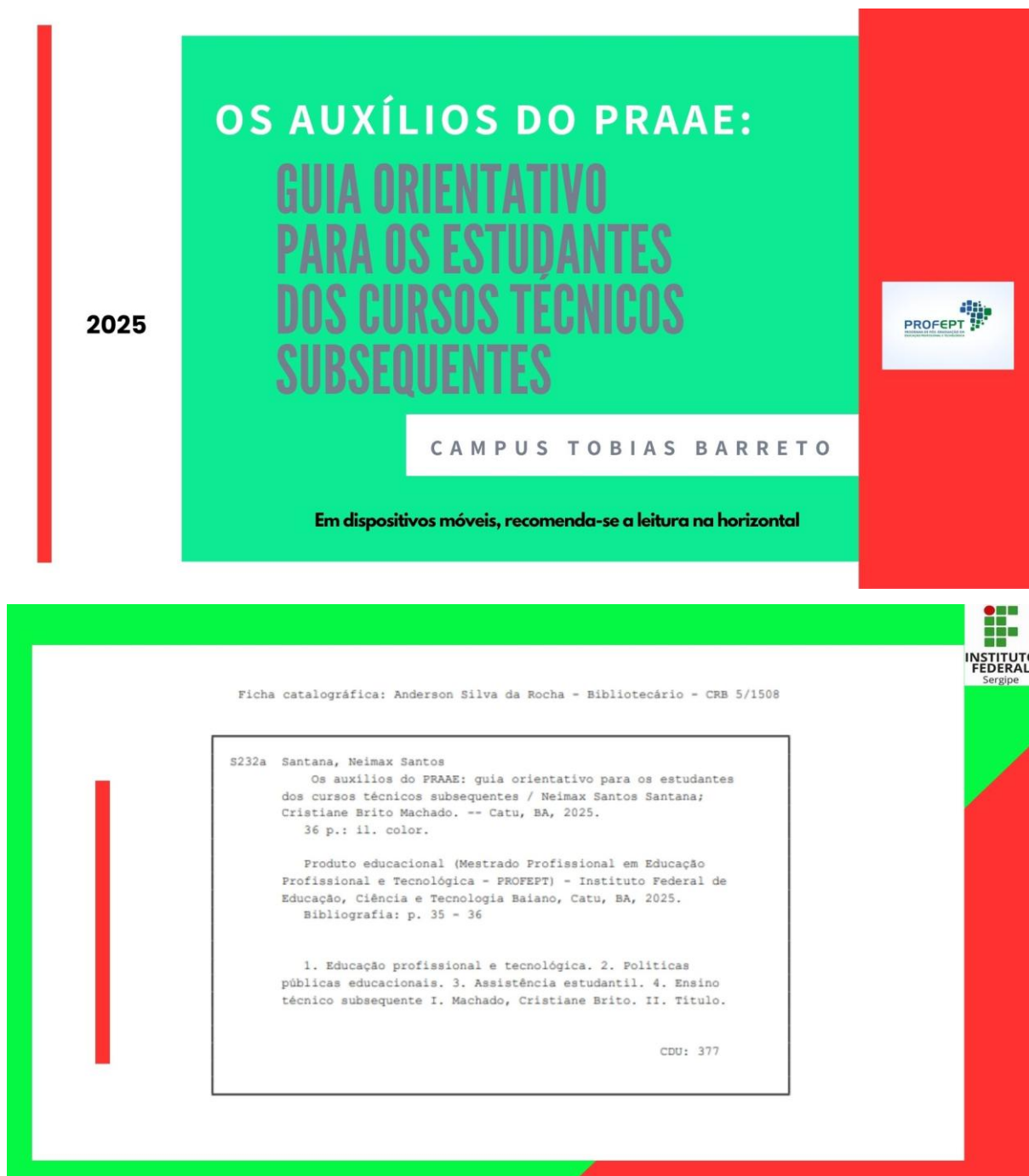
P14. O recebimento (ou não recebimento) do PRAAE influencia você a permanecer no curso?

P15. De que forma a instituição pode contribuir para sua manutenção no curso?

Assinatura do pesquisador responsável
NEIMAX SANTOS SANTANA

APÊNDICE C - PRODUTO EDUCACIONAL - GUIA ORIENTATIVO

<https://www.canva.com/design/DAGoXIWwr7E/jBgxtQoITQNrulP8t8SMkg/edit>





Neimax Santos Santana
Mestre em Educação Profissional e Tecnológica
Técnico em Assuntos Educacionais – IFS

Cristiane Brito Machado
Doutora em Educação
Professora – IF Baiano



EXPEDIENTE TÉCNICO

Instituto Federal Baiano - Campus Catu

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT

Neimax Santos Santana (Mestre do ProfEPT) - Autor

Dr^a Cristiane Brito Machado (Prof.^a Orientadora) - Coautora

Produto Educacional: Os auxílios do PRAAE: Guia orientativo para os estudantes dos cursos técnicos subsequentes.

Origem: Dissertação *Os auxílios do PRAAE/IFS e sua relação com a evasão nos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto.*

Projeto Básico, organização e diagramação: Neimax Santos Santana

Área de conhecimento: Ensino/Educação

Linha de pesquisa: Práticas Educativas em EPT.

Divulgação: Meio digital, no idioma Português.

Disponibilidade: Irrestrita, preservados os direitos autorais e a proibição de uso comercial.

URL: <https://educapes.capes.gov.br>

Localização: Catu - Bahia - Brasil

SUMÁRIO

Apresentação.....	6
O PRAAE.....	7
Mas o que é o PRAAE e qual a sua finalidade?.....	9
Dúvidas? Contate-nos!.....	10
Como é composto o PRAAE?.....	11
Qual a principal linha de ação do PRAAE?.....	13
Qual o valor do APE?.....	14
Quer se inscrever no PRAAE?.....	15
Mas o que é vulnerabilidade econômica?.....	16
Quem faz parte do cálculo da renda familiar?.....	16
Quais as etapas de inscrição no PRAAE?.....	17
1ª Etapa: Documentação.....	18
Dúvidas sobre o documento de identificação.....	20

E como comprovar a renda?.....	21
Exemplos de comprovantes de renda.....	22
O que é necessário sobre a carteira de trabalho?.....	23
Continua com dúvidas sobre a comprovação de renda? Então vamos trazer cinco exemplos!.....	24
2ª Etapa: Inscrição online.....	27
3ª Etapa: Entrega da documentação.....	29
Quais os deveres dos alunos contemplados com o PRAAE?.....	30
O que mais o PRAAE oferece?.....	31
Fui Classificado. E agora?.....	32
Fluxograma de inscrição do PRAAE.....	33
Finalizando!.....	34
Referências.....	35

APRESENTAÇÃO

Este Guia Orientativo é o resultado do produto educacional desenvolvido durante a pesquisa de mestrado intitulada “Os auxílios do PRAAE e sua relação com evasão nos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto”.

Buscando apoiar a equipe gestora nesse processo, apresentamos o Guia Orientativo para os estudantes dos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto, que vem para contribuir e/ou aperfeiçoar o processo de disseminação do PRAAE perante os estudantes.

O documento contém diversos hiperlinks que levam o aluno a conhecer mais sobre a Assistência Estudantil, como as legislações, os setores que podem ajudá-lo, a página onde pode acessar os editais e fazer as inscrições, entre tantos outros recursos. Para ter acesso aos hiperlinks é necessário estar conectado à INTERNET.

Esperamos que este Guia contribua com você, aluno(a), que necessita de todo o apoio da instituição para continuar no curso.

6

O PRAAE

A política de Assistência Estudantil do IFS é conhecida como o PRAAE. É regulamentada por uma série de resoluções, onde destacamos quatro. **Clicando** sobre o nome de cada uma, você será levado ao conteúdo completo da mesma.

Resolução nº 37/2017 – norma que aprova a política estudantil do IFS.

Resolução nº 28/2017 – norma que regulamenta os auxílios e as bolsas ofertados no IFS.

Resolução nº 21/2018 – Regulamento do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando – PRAAE.

7

I. Normativa nº 10/2025 - Acompanhamento dos estudantes assistidos pelo PRAAE.

A sigla PRAAE significa Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando.

É importante observar que toda essa política é resultado da implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo **Decreto nº 7.234/2010**.

Você quer conhecer mais sobre as normas que regem o PRAAE? **Clique aqui** e tenha acesso às normas e regulamentos.

8

Mas o que é o PRAAE e qual sua finalidade?

É um programa que abrange ações, serviços, auxílios e bolsas ao estudante regularmente matriculado no IFS.

Tem a finalidade de prover assistência financeira (auxílios/bolsas), assistência material (fardamento/material escolar) e assistência humana, para que o estudante supere os entraves do seu desempenho acadêmico e conseqüentemente, permaneça e tenha êxito na Instituição.

9

Dúvidas? Contate-nos!

A Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE) é o setor responsável pela gestão, operacionalização e promoção de programas e projetos relacionados à Assistência Estudantil.

Você pode tirar dúvidas pelo [Watts App](#) (79 3711-3287) ou através do [e-mail: cae.tbarreto@ifs.edu.br](mailto:cae.tbarreto@ifs.edu.br). Outros servidores também colaboram com o PRAAE, como a equipe multidisciplinar.

Quer saber mais sobre os [setores do campus](#)? **Clique aqui** e saiba mais!

10

Como é composto o PRAAE

É composto por Projetos, Linhas de Ações e Serviços.

Os [Projetos](#) são de caráter sistêmico e universal, e consideram as demandas e as especificidades apresentadas por cada. São eles: Projeto Jornada de Assuntos Estudantis; Projeto Educação, Saúde e Cidadania; Projeto Partilhando Saberes; Atenção Psicossocial e Pedagógica.

Os [Serviços](#) da Assistência Estudantil do IFS são o Seguro (geralmente utilizado para viagens e/ou visitas técnicas); o Alojamento estudantil e o Refeitório.

11

As **Linhas de Ações** são constituídas de auxílios financeiros e bolsas, que dependem ou não da situação de vulnerabilidade dos alunos. São as seguintes: Auxílio financeiro eventual, Auxílio aos Estudantes de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA; Auxílio Material e Fardamento; Auxílio Residência; Bolsa Trainee; Bolsa Monitoria de Nível Médio e Superior; Bolsa Partilhando Saberes; Auxílio Financeiro para Participação em Eventos; Arte, Cultura, Esporte e Lazer; Bolsa de Incentivo ao Êxito Acadêmico.

Há ainda o **Auxílio Permanência Estudantil**, a principal linha de ação do PRAAE e a que demanda a maior parte do orçamento.

12

Qual a principal linha de ação do PRAAE?

É o **Auxílio Permanência Estudantil (APE)**, que é a concessão de um valor monetário mensal, com a finalidade de contribuir com despesas relacionadas à alimentação, transporte, creche, impressão e fotocópia, dentre outras despesas para a permanência dos alunos na instituição. É o que demanda maiores recursos, tanto financeiros como de profissionais envolvidos.

Vale lembrar que é possível fazer se inscrever em outras linhas de ações, como monitorias, auxílio moradia, entre outras, caso estejam abertas e caso atenda aos requisitos.

Quer entender mais sobre o **APE**? **Clique!**

13

Qual o valor do Auxílio Permanência estudantil?

Como os orçamentos são descentralizados por campi, cada campus estipula os valores dos auxílios de acordo com a disponibilidade orçamentária. Os valores mensais são distribuídos em três classes, baseado na situação de vulnerabilidade do estudante. Atualmente os valores estão distribuídos assim:

Classe A - Alta vulnerabilidade (R\$ 200).

Classe B - Média Vulnerabilidade (R\$ 150).

Classe C - Baixa vulnerabilidade (R\$ 120).

14

Quer se inscrever no PRAAE?

Frequentemente o campus lança os editais. Existem **dois tipos de editais**: O edital de cadastramento, destinado aos estudantes não cadastrados em situação de vulnerabilidade social e econômica, e o edital de atualização cadastral, para os estudantes já cadastrados anteriormente no Programa.

Como não há recurso financeiro para atender a todos os estudantes, os editais são lançados com a observação de que para se inscrever o aluno precisa comprovar vulnerabilidade econômica e, de acordo com as normativas internas, considera-se vulnerável economicamente o aluno com renda familiar de até 1,5 salários mínimo.

15

Mas o que é vulnerabilidade econômica?

É um conjunto de incertezas, inseguranças e riscos enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares e ao acesso e atendimento às necessidades básicas de bem-estar social, que envolvem condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, de renda e de bens de consumo.

Quem faz parte do cálculo da renda familiar?

Todos os membros do grupo familiar que contribuam ou usufruam da renda ou despesas familiares, ainda que não residam sob o mesmo teto.

16

Quais as etapas de inscrição no PRAAE?

O processo se dá através de três etapas:

A **primeira** etapa consiste em organizar toda a documentação exigida e tirar xérox de tudo. Esta etapa é crucial para as próximas duas etapas.

A **segunda** etapa consiste em realizar a inscrição online.

A **terceira** etapa é a entrega da documentação física, na CAE. O estudante entregará a documentação xerocada na primeira etapa, juntamente com os documentos originais.

17

1ª Etapa: Documentação

RG, CPF e Carteira de trabalho (CTPS) do estudante.

Comprovante de residência ou de aluguel se for o caso (caso não tenha contrato de aluguel, o edital oferece um modelo de declaração para ser preenchido). Finalmente pode-se apresentar o comprovante de financiamento de imóvel.

Carteira de trabalho (CTPS) de todos os familiares que residem com o estudante. Caso algum familiar não a possua, apresentar RG ou outro documento com foto. O edital especificará as páginas da CTPS que devem ser apresentadas.

Comprovações de estado civil do estudante e dos membros da composição familiar (Certidão de nascimento, casamento ou de união estável).

18

Comprovações de renda do estudante e dos membros da composição familiar. O edital apresentará qual documento apresentar, de acordo com a atividade desenvolvida, a exemplo de contracheque, contrato de trabalho, entre outros.

Relatório médico se for o caso, para estudante ou familiar com necessidade específica ou doença crônica.

Comprovante de estudante quilombola, indígena ou comunidades tradicionais se for o caso (documento anexo ao edital).

Formulário de cadastramento do PRAAE (anexo ao edital) preenchido e assinado. Pode haver a necessidade de outros documentos no edital.

19

Dúvidas sobre o documento de identificação



Fonte: Retirada da Internet e adaptada pelo autor

Caso a sua Carteira de Identificação seja no modelo novo vigente, a CIN, como o modelo do lado esquerdo, não é preciso apresentar o CPF.

Outros documentos também podem ser utilizados para identificação, como a CTPS, o Certificado de Dispensa de Reservista, entre outros.

Agora se for do modelo antigo, como a do lado direito, precisa apresentar o CPF, caso o mesmo não esteja inserido no RG.



Fonte: Retirada da Internet e adaptada pelo autor

20

E como comprovar a renda?

É necessário enviar os comprovantes de renda de todos que compõem o núcleo familiar e que são maiores de idade.

Cada membro pode apresentar uma situação empregatícia diferente. Por exemplo, a mãe pode ser empregada com carteira assinada, o pai autônomo, o aluno e o irmão desempregado. Nesse caso, é preciso enviar um comprovante de renda para cada um dos quatro membros da família.

O próprio edital já traz nos anexos exemplos de declarações para comprovar a renda.

A seguir, alguns exemplos de comprovantes de renda.

21

Exemplos de comprovantes de renda

Situação empregatícia	Documento a apresentar
Estatutário e trabalhador de carteira assinada	Declaração de imposto de renda, caso declare
	Contracheque
Autônomo, prestador de serviços e trabalhador informal	Declaração do empregador, constando cargo e salário dos últimos dois meses
	Declaração de imposto de renda, caso declare
Aposentado ou pensionista do INSS	Declaração em que conste a renda mensal e a descrição da atividade
	Contracheque
Para desempregados recentes	Extrato de aposentadoria ou da conta bancária ou da pensão do INSS.
	Cópias da baixa nas carteiras de trabalho e das folhas de contratos em branco
	Rescisão de Contrato de Trabalho ou requerimento de seguro desemprego
Outros casos	CAE
	Comprovante de pagamento do seguro
	Procurar a COAE.

Fonte: Elaboração própria

22

O que é necessário sobre a carteira de trabalho?



Fonte: Retirada da Internet e adaptada pelo autor

Se a CTPS nunca foi utilizada, apresentar as duas páginas dos dados pessoais e a primeira página onde se registrará o primeiro contrato de trabalho.

Apresentar as páginas de identificação, a última página do contrato de trabalho utilizada e a subsequente.

14	CONTRATO DE TRABALHO	15	CONTRATO DE TRABALHO
Empregador: <i>Carmela Silva</i>		Empregador:	
CNPJ/CPF: 245.358.451-85		CNPJ/CPF:	
Rua: <i>Imbuia Anjoque</i> Nº: 576		Rua:	
Município: <i>São Paulo</i> Est.: <i>SP</i>		Município:	
Emp. do estabelecimento: <i>Atendimento</i>		Emp. do estabelecimento:	
Cargo: <i>Empregado doméstico nos serviços gerais</i>		Cargo:	
CBO nº: 3122-05		CBO nº:	
Data admissão: 02 de 09/2009 de 2014		Data admissão: de de	
Registro nº: Fb: Ficta		Registro nº: Fb: Ficta	
Remuneração especificada: R\$ 500,00		Remuneração especificada:	
(Inventário assinado por MJ)			
<i>Carmela Silva</i>			
Ass. do empregador ou a cargo c/est.		Ass. do empregador ou a cargo c/est.	
1ª de 2ª		1ª de 2ª	
Data saída de de		Data saída de de	
Ass. do empregador ou a cargo c/est.		Ass. do empregador ou a cargo c/est.	
1ª de 2ª		1ª de 2ª	
Com: Dúvidas CTD nº		Com: Dúvidas CTD nº	

Fonte: Retirada da Internet e adaptada pelo autor

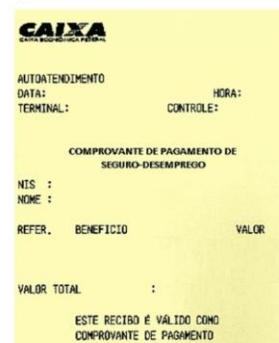
23

Continua com dúvidas sobre a comprovação da renda? Então vamos trazer cinco exemplos!



Fonte: Retirada da Internet e adaptada pelo autor

Se algum membro familiar trabalha de carteira assinada ou é estatutário, pode apresentar a cópia do último contracheque.



Agora se houver membro familiar recebendo seguro-desemprego, pode apresentar o comprovante da Caixa.

Fonte: Retirada da Internet e adaptada pelo autor

24

DECLARAÇÃO DE TRABALHO AUTÔNOMO

Declaramos para os devidos fins que o(a) Sr(a). (nome do(a) autônomo(a)), inscrito(a) no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), presta serviços de natureza autônoma a esta empresa na atividade de (informar), desde (data), aferindo renda mensal média de R\$ X.XXX,XX (valor por extenso).

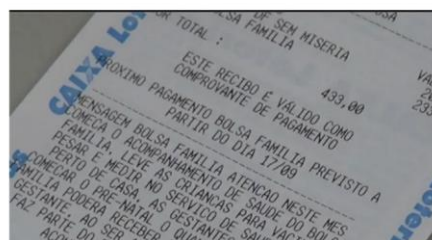
(município) - (UF), (dia) de (mês) de (ano).

(assinatura)
(nome do(a) responsável)
(cargo)
(nome da empresa)
CNPJ nº (informar)

Fonte: Retirada da Internet e adaptada pelo autor

Para os autônomos, uma declaração assinada pode servir como comprovante. Os editais do PRAAE trazem modelos prontos.

Um caso bem como entre nossos alunos são aqueles que são beneficiados pelo Bolsa Família. Nesses casos, podem utilizar o comprovante de saque da Caixa.



Fonte: Retirada da Internet e adaptada pelo autor

25



INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Histórico de Créditos

Página 1 de 2

18/05/2022 14:40:08

Identificação do Filiado

NIT: CPF: Data de Nascimento:
 Nome:
 Nome da mãe:
 Compet. Inicial: 04/2022 Compet. Final: 05/2022

Créditos do Benefício

NB:
 Espécie: 21 - PENSÃO POR MORTE PREVIDENCIÁRIA
 APS:
 Data de Início do Benefício (DIB): 19/07/2006 Data de Cessação do Benefício (DCB):
 Data de Início do Pagamento (DIP): 13/09/2006 MR: R\$ 2.247,55

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão de Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalorado	Isento IR
04/2022	01/04/2022 a 30/04/2022	R\$ 2.465,54	Paga	05/05/2022	05/05/2022	Não	Não	Não

Fonte: Retirada da Internet e adaptada pelo autor

O comprovante do INSS também é uma forma de comprovar a renda de familiares pensionistas que recebam outros auxílios do INSS.

É possível apresentar documentos em formatos digitais, como a CTPS, A CNH, a CIN, entre outros. A orientação é que, em casos de dúvidas, procure a CAE.

26

2ª Etapa: Inscrição online

De mãos de todos os documentos, o aluno deve acessar o site <http://www.ifs.edu.br/inscricoes-prae>, fazer o cadastro (caso ainda não tenha login e senha) e seguir preenchendo as informações solicitadas.

Fonte: Retirada da Internet e adaptada pelo autor

Caso o aluno tenha alguma dúvida ou dificuldade no preenchimento das informações, pode procurar a CAE e fazer o procedimento no próprio setor.

27

O preenchimento é feito em blocos como: dados acadêmicos e pessoais do estudante, despesas do núcleo familiar rendimentos/rendas e composição familiar solicitação de auxílios.

O Preenchimento do Usuário é Obrigatório

INSCRIÇÃO DE CANDIDATO PARA SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIO PRAAF: DADOS PESSOAIS

■ Preenchimento Obrigatório

Nesse passo você irá informar os seus dados pessoais bem como a despesa mensal familiar com habitação, energia, água, esgoto e telefone. Também será informado nesse passo se há outro parente solicitando auxílio no programa.

■ Edital no qual deseja se inscrever: --SELECIONE--

1 - Dados Pessoais do Estudante

■ CPF: (Apenas Números)

■ Nome:

Apelido:

■ Sexo: ☒ Masculino ☐ Feminino

■ Matrícula:

■ Campus: --SELECIONE--

■ Curso: --SELECIONE--

■ Endereço:

■ CEP:

■ Bairro:

■ Ponto de Referência:

■ Cidade:

Telefone Fixo:

Telefone Celular:

■ E-mail:

Fonte: Retirada da Internet e adaptada pelo autor

Após concluir o procedimento de inscrição online, é aconselhável que o aluno imprima, ou ao menos salve no formato PDF, o seu comprovante de inscrição, para a apresentar à CAE, juntamente com toda a documentação exigida.

28

3ª etapa: Entrega da documentação

Após organizar e xerocar toda a documentação exigida no edital, e após realizar a inscrição no site, o estudante deve seguir o cronograma disposto no edital e se dirigir ao campus para fazer a entrega da documentação.

Confira toda a documentação, leia novamente todo o edital e cuidado para não perder os prazos!

Lembre-se de providenciar uma conta bancária em seu nome, caso seja contemplado. Só através da conta você poderá sacar o valor do auxílio.

29

Quais os deveres dos alunos contemplados com o PRAAE?

Assiduidade nas aulas.

Aprovação nas disciplinas.

Obrigações de informar se houve alteração na renda da família.

Os casos de reprovação, elevada quantidade de faltas, alteração na renda familiar, entre outros são analisados bimestralmente pela equipe multidisciplinar.

30

O que mais o PRAAE oferece?

Atenção Psicossocial e Pedagógica

Essas ações visam à promoção do desenvolvimento de ações e projetos de caráter interdisciplinar de natureza preventiva e interventiva, objetivando o acompanhamento dos estudantes em seu desenvolvimento integral, a partir de demandas diagnosticadas no cotidiano institucional, com consequente melhoria do desempenho acadêmico.

Ações de apoio às pessoas com necessidades específicas

Através do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, o campus atende às demandas dos estudantes com tais necessidades, contribuindo não apenas com a efetivação das condições de Permanência e Êxito, mas principalmente através da inclusão dos estudantes.

31

Fui classificado. E agora?

Caso tenha sido desclassificado em quaisquer uma das etapas de inscrição ainda é possível entrar com recurso nas datas e locais discriminados no cronograma.

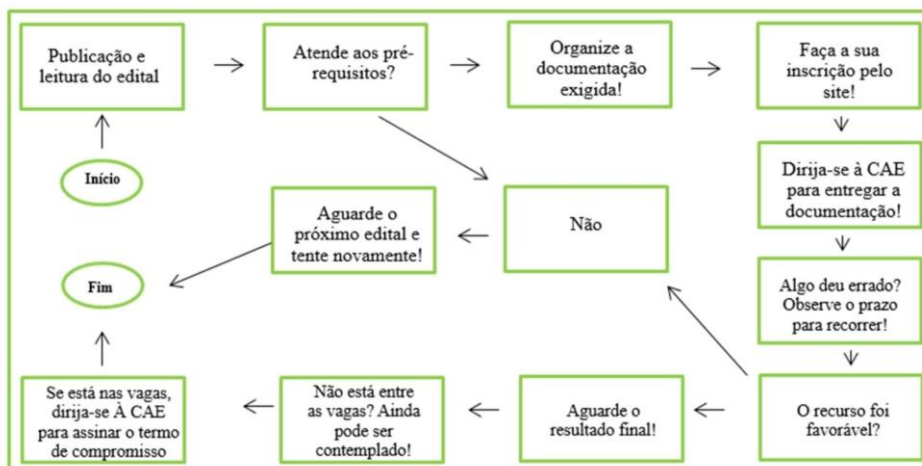
Se mesmo assim não conseguiu ser contemplado, nada impede que tente novamente no próximo edital. Não há uma frequência exata, mas normalmente os editais são ofertados semestralmente.

Após a homologação do resultado é necessário se dirigir à CAE para a assinatura do termo de compromisso.

Caso não esteja dentro das vagas, ainda poderá ser contemplado!

32

Fluxograma de inscrição do PRAAE



Fonte: Elaboração própria

33

Finalizando!!!

Estamos encerrando este Guia e esperamos que você consiga fazer um bom uso dele.

Além dos canais de comunicação que já divulgamos, gostaríamos de te convidar a acessar nossa página no Instagram (ifstobiasbarreto). Através dele você será informado de todos os acontecimentos cotidianos do campus, inclusive sobre os editais do PRAAE.

Estamos sempre à sua disposição!

34

REFERÊNCIAS

Brasil. **Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil – PNAES. Brasília, 2010.

IFS. CD. **Instrução Normativa nº 10, de 4 de abril, 2025**. Dispõe sobre a metodologia de acompanhamento dos estudantes assistidos pelo PRAAE. Disponível em: https://sig.ifs.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf.

IFS. CS. **Resolução nº 37/2017/CS/IFS**. Aprova a Política de Assistência Estudantil do IFS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Diae/CS_37_-_Aprova_a_Pol%C3%ADtica_de_Assistencia_Estudantil_do_IFS_com_Normas_Anezas.pdf.

IFS. CS. **Resolução nº 21/2018/CS/IFS**. Aprova a reformulação do Regulamento do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando – PRAAE/IFS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Diae/Resolu%C3%A7%C3%A3o_21_do_Praae_Proporcionalidade.pdf.

35

IFS. CS. **Resolução nº 28/2017/CS/IFS**. Aprova a reformulação do Regulamento dos auxílios e bolsas ofertados pelo IFS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS. Disponível em: <
https://www.ifs.edu.br/images/Hotsites/diae/Documentos/Normas_regulamentos/1_Norma_Regulamentadora_dos_Auxilios_e_Bolsas.pdf>.

IFS. CS. **Resolução nº 128/2022CS/IFS**. PDI 2020 -2024. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, interstício 2020-2024. Disponível em :

IFS. **Campus Tobias Barreto**. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/tobias-barreto.html>.

IFS. **O PRAAE**. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/sobre-o-praae>.

IFS. **Site do IFS**. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/>.

APÊNDICE D - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL
(Enviado separadamente para os estudantes e para os servidores da Equipe Multidisciplinar).

Prezados(as) servidores ou estudantes! Eu sou Neimax Santos Santana, Técnico em Assuntos Educacionais do IFS - Campus Tobias Barreto e estou prestes a concluir a minha pesquisa de mestrado intitulada "Os auxílios do PRAAE e sua relação com a evasão nos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto". Gostaria de contar com sua participação para ajudar a melhorar o Produto Educacional a ser posteriormente disponibilizado com todos os estudantes da forma subsequente. Após a leitura do material em *PDF*, por favor responda às perguntas a seguir para que possamos, juntos, apresentar aos nossos estudantes um material de qualidade. As perguntas de múltipla escolha, caso se faça necessário pontuá-las, equivalem às pontuações que variam de dez pontos a zero ponto, com intervalos de dois pontos de uma alternativa para a outra. **IMPORTANTE:** A última pergunta é aberta e é onde você pode dar toda a sua contribuição!

- 1. Qual o seu nome completo?**
- 2. Você gostou do Guia apresentado?**
 - a. É excelente
 - b. É bom
 - c. É razoável
 - d. É ruim
 - e. É péssimo
- 3. A linguagem empreendida está adequada?**
 - a. Concordo totalmente.
 - b. Concordo em grande parte.
 - c. Concordo com algumas coisas.
 - d. Discordo em partes.
 - e. Discordo.
- 4. O Guia apresenta clareza visual?**
 - a. Concordo totalmente.
 - b. Concordo em grande parte.
 - c. Concordo com algumas coisas.
 - d. Discordo em partes.
 - e. Discordo.
- 5. Você está de acordo com o conteúdo do Guia?**
 - a. Concordo totalmente.
 - b. Concordo em grande parte.
 - c. Concordo com algumas coisas.
 - d. Discordo em partes.
 - e. Discordo.

- 6. Você acha que os hiperlinks estão de acordo com a proposta do Guia?**
- a. Concordo totalmente.
 - b. Concordo em grande parte.
 - c. Concordo com algumas coisas.
 - d. Discordo em partes.
 - e. Discordo.
- 7. Você acha que este Guia ajudará o estudante a entender um pouco mais sobre o Auxílio Permanência Estudantil e sobre a política do PRAAE?**
- a. Concordo totalmente.
 - b. Concordo em grande parte.
 - c. Concordo com algumas coisas.
 - d. Discordo em partes.
 - e. Discordo.
- 8. Você gostaria de dar alguma sugestão que possa contribuir na melhoria deste Documento? Utilize esse espaço para fazer qualquer observação que achar necessário. É só através da sua colaboração que o material pode ser melhorado!**

ANEXOS:

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE TIRADENTES -
UNIT



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Os auxílios do PRAAE/IFG e sua relação com a evasão nos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto.

Pesquisador: NEIMAX SANTOS SANTANA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 83494824.9.0000.5371

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA BAIANO -

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.268.670

Apresentação do Projeto:

O presente projeto de pesquisa tem origem no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. A pesquisa será realizada no Instituto

Federal de Sergipe, Campus Tobias Barreto, tendo como sujeitos de pesquisa estudantes e/ou ex-estudantes do Ensino Médio Subsequente. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, que conta com pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Na pesquisa de campo, serão realizadas entrevistas individuais e semiestruturadas, pretendendo-se um número de 15 participantes, subdivididos em três grupos. O projeto será apresentado

aos estudantes e ex-estudantes. Os voluntários assinarão os devidos termos de participação, assegurando o sigilo e as medidas mitigadoras frente

aos possíveis riscos. As entrevistas serão agendadas em dia e horário à conveniência do participante. Os áudios das entrevistas serão gravados e

transcritos integralmente, preservando-se o anonimato dos participantes. As entrevistas se baseiam no tipo semiestruturadas ou parcialmente

estruturadas, baseadas nas subdivisões propostas por Antônio Carlos Gil (2002). Serão analisadas a partir da Análise de Conteúdo, proposta por

Bardin (2016). Pretende-se com essa pesquisa analisar os auxílios do PRAAE/IFG e sua relação com a evasão nos cursos técnicos subsequentes

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - PPPE - Bloco F - Térreo
Bairro: Bairro Farolândia CEP: 49.032-490
UF: SE Município: ARACAJU
Telefone: (79)3218-2112 Fax: (79)3218-2100 E-mail: cep@unit.br

UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT



Continuação do Projeto: 7.200.070

do Campus Tobias Barreto. A pertinência da realização deste estudo se justifica pela oportunidade de refletir sobre educação profissional. Há a necessidade de conhecer as causas da evasão e atuar de forma preventiva para que se tenha êxito. As ações Institucionais podem contribuir com o sucesso escolar e com ações que atuem o sentimento de pertencimento dos Ingressantes.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar os auxílios do PRAAE/IFS e sua relação com a evasão nos cursos técnicos subsequentes do Campus Tobias Barreto.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Possibilidade de constrangimento ao responder a entrevista; medo de não saber responder ou de ser identificado(a); estresse; cansaço ou vergonha ao responder às perguntas; quebra de anonimato e de sigilo, mesmo que de forma involuntária e não intencional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este projeto de pesquisa tem como objetivo geral analisar os auxílios do PRAAE/IFS e sua relação com a evasão nos cursos técnicos subsequentes

do Campus Tobias Barreto. Os objetivos específicos são a compreensão do conceito da evasão, no contexto da EPT; a compreensão do contexto

do PRAAE/IFS no Campus; analisar a evasão no Campus entre os estudantes assistidos pelo PRAAE/IFS e os não assistidos e a elaboração de um

Podcast que tenha relação direta com a política do PRAAE/IFS e com os principais fatores causadores da evasão no Campus. Autores que se

debruçaram na temática básica da pesquisa proposta ajudarão a compor o referencial teórico, dos quais pode-se citar, Moura, Ramos e Clavatta.

Um apanhando de teses e dissertações, além dos documentos Institucionais, também ajudará no entendimento da proposta. Metodologicamente, o

estudo possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório, contemplando pesquisa bibliográfica e estudo de caso, bem como pesquisa de campo,

na qual serão entrevistados 15 estudantes e/ou ex-estudantes dos cursos técnicos subsequentes do campus Tobias Barreto, subdivididos em três

grupos. As entrevistas serão individuais e semiestruturadas. As análises deverão se fundamentar no método da Análise de Conteúdo, de Laurence

Bardin. A pesquisa norteará a elaboração do produto educacional, onde foi pensada a

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 -PPPE - Bloco F - Térreo

Bairro: Bairro Farolândia

CEP: 49.032-490

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3218-2112

Fax: (79)3218-2100

E-mail: cep@unit.br

UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT



Continuação do Processo: 7.268.670

construção de um podcast relacionado com a temática.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Este projeto de pesquisa tem como objetivo geral analisar os auxílios do PRAAE/IFS e sua relação com a evasão nos cursos técnicos subsequentes

do Campus Tobias Barreto. Os objetivos específicos são a compreensão do conceito da evasão, no contexto da EPT; a compreensão do contexto

do PRAAE/IFS no Campus; analisar a evasão no Campus entre os estudantes assistidos pelo PRAAE/IFS e os não assistidos e a elaboração de um

Podcast que tenha relação direta com a política do PRAAE/IFS e com os principais fatores causadores da evasão no Campus. Autores que se

debruçaram na temática básica da pesquisa proposta ajudarão a compor o referencial teórico, dos quais pode-se citar, Moura, Ramos e Clavatta.

Um apanhado de teses e dissertações, além dos documentos Institucionais, também ajudará no entendimento da proposta. Metodologicamente, o

estudo possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório, contemplando pesquisa bibliográfica e estudo de caso, bem como pesquisa de campo,

na qual serão entrevistados 15 estudantes e/ou ex-estudantes dos cursos técnicos subsequentes do campus Tobias Barreto, subdivididos em três

grupos. As entrevistas serão individuais e semiestruturadas. As análises deverão se fundamentar no método da Análise de Conteúdo, de Laurence

Bardin. A pesquisa norteará a elaboração do produto educacional, onde foi pensada a construção de um podcast relacionado com a temática.

Recomendações:

Necessário inserir o endereço do CEP da Universidade Tiradentes (Unit) no TCLE (Avenida Murilo Dantas, 300 º Farolândia. CEP: 49032-490 º ARACAJU º SERGIPE.)

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado. No entanto, é necessário inserir o endereço do CEP da Universidade Tiradentes (Unit) no TCLE (Avenida Murilo Dantas, 300 º Farolândia. CEP: 49032-490 º ARACAJU º SERGIPE.)

Considerações Finais a critério do CEP:

PP: Participante de Pesquisa; PB: Plataforma Brasil; PD: Projeto detalhado; FR: folha de rosto.

O CEP informa que de acordo com a Resolução CONEP, Diretrizes e normas - A

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 -PPPE - Bloco F - Térreo		
Bairro: Bairro Farolândia		CEP: 49.032-490
UF: SE	Município: ARACAJU	
Telefone: (79)3218-2112	Fax: (79)3218-2100	E-mail: cep@unit.br

UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT



Continuação do Parecer: 7.268.670

responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais e Cabe ao pesquisador: a) apresentar o protocolo devidamente instruído ao CEP ou à CONEP, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa; b) elaborar o Termo de Consentimento e Assentimento, quando necessário; c) desenvolver o projeto conforme delineado; d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final; e) apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa; g) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e h) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Para os projetos que receberem situação de parecer PENDENTE, o pesquisador terá um prazo de 30 dias para proceder aos ajustes e reencaminhar os documentos para o CEP/Unit. Findo este prazo o projeto será arquivado pelo CEP/Unit, e desta forma o pesquisador deverá realizar um novo procedimento de submissão.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2418790.pdf	16/09/2024 22:05:28		Aceito
Folha de Rosto	folhaDerosto_PB_Neimax_assinadoassinado.pdf	16/09/2024 21:55:01	NEIMAX SANTOS SANTANA	Aceito
Outros	Formulario_validacao_podcast_assinado.pdf	16/09/2024 21:54:23	NEIMAX SANTOS SANTANA	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTAS_assinado.pdf	16/09/2024 21:53:47	NEIMAX SANTOS SANTANA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.pdf	16/09/2024 21:52:31	NEIMAX SANTOS SANTANA	Aceito
Outros	CARTA_DE_AUTORIZACAO_PROJETO_NEIMAX_assinado.pdf	13/09/2024 16:55:47	NEIMAX SANTOS SANTANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_maior_de_18.pdf	11/09/2024 20:25:49	NEIMAX SANTOS SANTANA	Aceito
Outros	Curriculo_orientadora.pdf	11/09/2024 19:47:31	NEIMAX SANTOS SANTANA	Aceito

Endereço: Campus Ferrolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - PPPE - Bloco F - Térreo
 Bairro: Bairro Ferrolândia CEP: 49.032-490
 UF: SE Município: ARACAJU
 Telefone: (79)3218-2112 Fax: (79)3218-2100 E-mail: cep@unit.br

UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT



Continuação do Parecer: 7.268.670

Outros	TERMO DE CONFIDENCIALIDADE_O RIENTADORA assinado.pdf	11/09/2024 19:39:16	NEIMAX SANTOS SANTANA	Acelto
Outros	TERMO CONFIDENCIALIDADE_PESQ UISADOR assinado.pdf	11/09/2024 10:22:08	NEIMAX SANTOS SANTANA	Acelto
Outros	TERMO COMPROMISSO_DO_PESQU ISADOR assinado.pdf	11/09/2024 10:21:33	NEIMAX SANTOS SANTANA	Acelto
Outros	DECLARACAO_DE_NAO_COOPERAC OES ESTRANGEIRAS assinado.pdf	11/09/2024 10:20:39	NEIMAX SANTOS SANTANA	Acelto
Outros	CURRICULO_NEIMAX assinado.pdf	11/09/2024 10:19:15	NEIMAX SANTOS SANTANA	Acelto
Cronograma	CRONOGRAMA_DETALHADOassinad o.pdf	11/09/2024 10:16:29	NEIMAX SANTOS SANTANA	Acelto
Orçamento	DECLARACAO DE ORCAMENTO DE TALHADO RECURSOS_PROPRIOS_a ssinado.pdf	11/09/2024 10:16:13	NEIMAX SANTOS SANTANA	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Aprciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 04 de Dezembro de 2024

Assinado por:

ADRIANA KARLA DE LIMA
(Coordenador(a))

Endereço: Campus Fariolândia - Av. Murilo Dantas, 300 -PPPE - Bloco F - Térreo
Bairro: Bairro Fariolândia CEP: 49.032-490
UF: SE Município: ARACAJU
Telefone: (79)3218-2112 Fax: (79)3218-2100 E-mail: cep@unit.br

Documento Digitalizado Público

Dissertação de Mestrado de Neimax - Orientadora Prof. Cristiane Brito

Assunto: Dissertação de Mestrado de Neimax - Orientadora Prof. Cristiane Brito
Assinado por: Reinaldo Aguiar
Tipo do Documento: ANEXO
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

▪ **Reinaldo Pereira de Aguiar, SECRETARIO EXECUTIVO**, em 07/08/2025 08:57:29.

Este documento foi armazenado no SUAP em 07/08/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1120972

Código de Autenticação: a5ed6e1734

